



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
MUSEU AMAZÔNICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL - PPGAS**

**VANESSA DE CARVALHO BENEDITO**

**COMUNITÁRIOS E ARQUEÓLOGOS: UMA ETNOGRAFIA DO FAZER  
ARQUEOLÓGICO NAS COMUNIDADES DO LAGO DO LIMÃO (Iranduba) e RIO  
PARDO (Presidente Figueiredo), AMAZONAS**

**Manaus/AM**

**2018**

VANESSA DE CARVALHO BENEDITO

COMUNITÁRIOS E ARQUEÓLOGOS: UMA ETNOGRAFIA DO FAZER  
ARQUEOLÓGICO NAS COMUNIDADES DO LAGO DO LIMÃO (Iranduba) e RIO  
PARDO (Presidente Figueiredo), AMAZONAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM como requisito para obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.

Área de concentração: Povos Tradicionais e Mundo Rural Amazônico.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Machado Dias Júnior

Manaus/AM  
2018

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

B463c Benedito, Vanessa de Carvalho  
Comunitários e Arqueólogos: uma etnografia do fazer  
arqueológico nas comunidades do Lago do Limão (Iranduba) e do  
Rio Pardo (Presidente Figueiredo), Amazonas. / Vanessa de  
Carvalho Benedito. 2018  
139 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Carlos Machado Dias Júnior  
Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade  
Federal do Amazonas.

1. Antropologia. 2. Arqueologia. 3. Lago do Limão. 4. Rio Pardo. I.  
Dias Júnior, Carlos Machado II. Universidade Federal do Amazonas  
III. Título



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA

VANESSA DE CARVALHO BENEDITO

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e dezoito, às 9h00min (nove horas), na sala de reuniões do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Amazonas, ocorreu a sessão pública de Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada **Comunitários e Arqueólogos: uma etnografia do fazer arqueológico nas comunidades do Lago do Limão (Iranduba) e do Rio Pardo (Presidente Figueiredo), Amazonas**, apresentada pela aluna Vanessa de Carvalho Benedito, que concluiu todos os pré-requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social, conforme estabelece o regimento interno do Curso. Os trabalhos foram instalados pelo Prof. Dr Carlos Machado Dias Júnior (PPGAS/UFAM), Orientador e Presidente da Banca Examinadora, que foi constituída, ainda, pelos seguintes membros: Profa. Dra. Ana Carla dos Santos Bruno (INPA, PPGAS/UFAM) e Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva (UFAM), examinador externo. A Banca Examinadora, tendo decidido aceitar a dissertação, passou à arguição pública da mestranda. Encerrados os trabalhos, os examinadores expressaram o seguinte parecer:

- Prof. Dr Carlos Machado Dias Júnior

Parecer: ( Aprovado ) Assinatura: [Assinatura]

- Profa. Dra. Ana Carla dos Santos Bruno

Parecer: ( Aprovado ) Assinatura: [Assinatura]

- Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva

Parecer: ( Aprovado ) Assinatura: [Assinatura]

Parecer Final

A banca reconhece o apuro do trabalho e  
os resultados alcançados, e sugere que sejam  
revisita os detalhes mencionados nas arguições

[Assinatura]  
Presidente da Banca Examinadora



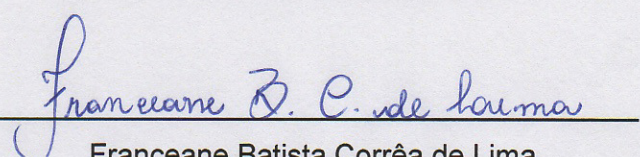
Proclamados os resultados, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu, Franceane Batista Corrêa de Lima, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora. Este documento é válido por 60 (sessenta dias) a partir desta data.

Manaus, 9 de abril de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Carlos Machado Dias Júnior

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Ana Carla dos Santos Bruno

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva

  
\_\_\_\_\_  
Franceane Batista Corrêa de Lima  
Secretária

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos: elemento pré-textual opcional em uma dissertação ou tese. Trata-se de um substantivo masculino que significa ato ou efeito de agradecer, expressão ou fato que manifesta gratidão. E gratidão é o que sinto por várias pessoas que contribuíram direta e indiretamente para que eu conseguisse dar esta dissertação por finalizada. Parece uma tarefa fácil nominar cada uma das contribuições, mas definitivamente não é. Escrevi esses agradecimentos mentalmente tantas vezes, e agora não tenho certeza por onde começar.

Agradeço ao Professor Carlos Machado Dias Júnior, meu orientador, por ter aceitado o desafio de orientar um trabalho no meio do caminho, e por não ter desistido de mim. Por todas as contribuições intelectuais, as revisões em tempo recorde, as palavras encorajadoras, a boa vontade e disposição, muito obrigada.

Agradeço à querida Professora Ana Carla Bruno, pelas aulas sensacionais de teoria III, por essa vontade contagiante de socializar o conhecimento que torna o aprendizado em antropologia menos assustador. Obrigada pelas inúmeras contribuições na banca de qualificação, e por todo o encorajamento quando tudo parecia desmoronar.

Agradeço ao querido colega de profissão, Carlos Augusto da Silva, o Tijolo, sempre disposto a ajudar e contribuir com a sua vasta experiência em arqueologia amazônica. Obrigada por ter aceitado ser sujeito deste trabalho, e contribuir com as suas memórias na construção da etnografia.

Agradeço aos amigos, colegas de profissão e também sujeitos da etnografia, Elaine Wanderley e Luciano Silva pelas conversas, memórias, discussões, embates, cervejas e contribuições. Obrigada à Ângela Araújo Lima pelas conversas.

Agradeço aos meus sujeitos comunitários que me acolheram em suas casas, pela paciência e compartilhamento de seus conhecimentos que, para além desta dissertação, muito ensinaram sobre mim. Obrigada ao Moca, Tati, Cláudio, seu Nego, seu Bené e seu Leo.

Agradeço à France Corrêa, secretária do programa, por todas as orientações burocráticas, disposição em ajudar e puxões de orelha. Ao seu Ivo e seu Francisco, seguranças patrimoniais do adorado e saudoso prédio histórico da Ferreira Pena, por todo o cuidado e paciência durante as várias horas de estudo em semanas sem folga.

Agradeço à minha parceira, amiga, “personal revisora” e fotógrafa Margaret Cerqueira, por todas as discussões, revisões, contribuições e questionamentos. Por todo o apoio moral e intelectual mesmo quando os olhos só estavam abertos por fita crepe. Por ter dito tantas vezes

que tudo ia dar certo, mesmo quando tinha dúvidas do futuro. Por todas as etapas de campo e de vida dos últimos anos compartilhadas.

Agradeço ainda à minha família, minha base, que sempre nos deixou claro que sem estudo tudo fica bem mais difícil. Por ter incentivado mesmo acreditando que as minhas escolhas acadêmicas não me dariam futuro. E por toda a paciência e compreensão pelas minhas ausências durante este processo.

Agradeço ao Almeida pelos mapas elaborados aos 45 do segundo tempo, à Socorro e Pryslla pelas transcrições, à Skarlett pela revisão do abstract, e à equipe de arqueologia do Centro Histórico pela paciência nos meus dias mais difíceis e pela torcida por um final feliz.

Agradeço à todas e todos que, por ventura, a memória não ajudou, mas que contribuíram com esta pesquisa; e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de estudos.

## RESUMO

Há décadas a região amazônica tem sido palco de pesquisas arqueológicas. A partir deste cenário e do diálogo entre a antropologia e a arqueologia esta etnografia foi construída por meio da descrição densa. A pesquisa foi multissituada entre dois projetos de arqueologia realizados no Estado do Amazonas: o PAC e o COMIDA. O recorte foi à duas comunidades, o Lago do Limão em Iranduba e o Rio Pardo em Presidente Figueiredo. O PAC teve duração de quase duas décadas e o COMIDA está em curso desde 2012. O objetivo foi entender a dinâmica humana do presente, as relações entre comunitários e pesquisadores no contexto da pesquisa arqueológica. A etnografia pretendeu visibilizar os sujeitos dando vozes aos mesmos. A pesquisa no Lago do Limão foi pensada como laboratório de descrição e análise das relações entre comunitários e pesquisadores, e como base comparativa para o que tem sido desenvolvido no Rio Pardo, entendendo a pesquisa antropológica uma produção etnográfica fundamentada no conhecimento adquirido a partir da observação, descrição e análise em busca de uma tradução a respeito do *outro*. As hipóteses que permearam a etnografia em tela é de que uma postura de autoridade científica adotada junto aos comunitários poderia interferir na extroversão dos objetivos da pesquisa em arqueologia; o que dificulta a compreensão da presença e do trabalho do arqueólogo pelo comunitário é o ruído na comunicação entre ambos. Predominando os recorrentes pré-julgamentos voltados para o saque ao patrimônio “da comunidade”. A antropologia pode contribuir de forma positiva para o estabelecimento das relações entre sujeitos pesquisadores e comunitários, quase sempre estigmatizadas como relação etnocêntrica ou colonizadoras.

Palavras-chave: Lago do Limão; Rio Pardo; Arqueologia; Antropologia.



## ABSTRACT

For decades the Amazon region has been the scene of archaeological research. Since then this scenario and dialogue between anthropology and archaeology this ethnography was constructed through dense description. The research was multisited between two archaeology projects carried out in Amazonas State: PAC and COMIDA. The places choose two communities, the Lago do Limão in Iranduba and Rio Pardo in Presidente Figueiredo. The PAC has lasted almost two decades and COMIDA is under way since 2012. The objective was to understand the human dynamics at the present, the relations between community and researchers directed to archaeological research. The ethnography intended to make the subjects visible giving voices to them. The research in Lago do Limão was conceived as a laboratory of description and analysis of the relations between community members and researchers, and as a comparative basis for what has been developed in Rio Pardo, we realize anthropological research an ethnographic production based on the knowledge acquired through observation, description and analysis in search of a translation about the other. The hypotheses that permeated screen ethnography is that a posture of scientific authority adopted with the community could interfere in the extraversion of the research objectives in archeology; which makes it difficult to understand the presence and work of the archaeologist by the community is the noise in the communication between them. Predominating pre-judgment recurring aimed the service of "community" heritage. Anthropology can contribute positively to the establishment of relationships between research subjects and community, it usually stigmatized as an ethnocentric or colonizing relationship.

Keywords: Lago do Limão; Rio Pardo; Archaeology; Anthropology.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> – Mapa de localização das comunidades do Lago do Limão em Iranduba, e Rio Pardo em Presidente Figueiredo .....	30
<b>Figura 02</b> – Mapa de localização da comunidade do Lago do Limão .....	43
<b>Figura 03</b> – Sítios arqueológicos no Lago do Limão .....	46
<b>Figura 04</b> – Mapa esquemático de acesso à comunidade do Rio Pardo .....	85
<b>Figura 05</b> – Registro de Moca brincando em um cipó, após termos caminhado pela propriedade do senhor Jair e identificado uma ocorrência arqueológica .....	94
<b>Figura 06</b> – Machados em pedra polida encontrados por Moca e Henrique em local próximo à residência da família .....	96
<b>Figura 07</b> – Moca mostrando os fragmentos de cerâmica arqueológica identificadas por ele na propriedade da dona Isabel, que não reside mais na comunidade .....	97
<b>Figura 08</b> – Peneira molhada realizada às margens do Rio Pardo .....	98
<b>Figura 09</b> – Seu Leo, líder comunitário, nos contando sua experiência com a arqueologia e suas expectativas para o futuro .....	108
<b>Figura 10</b> – Cláudio segurando uma ferramenta lítica que poderia ter sido utilizada como um percutor (instrumento utilizado para confeccionar outras ferramentas líticas, cuja funcionalidade análoga seria a de um martelo ou marreta) .....	121
<b>Figura 11</b> – Moca me mostrando cerâmica arqueológica em um sítio recém descoberto por ele .....	122
<b>Figura 12</b> – Leitura de lâmina no microscópio .....	122

## LISTA DE SIGLAS

CABA – Centro de Arqueologia dos Biomas da Amazônia  
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
DOU – Diário Oficial da União  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EIA – Estudo de Impacto Ambiental  
EP – Educação Patrimonial  
FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas  
FAZ – Federação Amazonense da Agricultura  
Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz  
ICP – Inquérito Civil Público  
IDAM – Instituto de Desenvolvimento da Amazônia  
ILDAM – Instituto Leônidas e Maria Deane  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
LAMA – Levantamento Arqueológico no Município de Manaus  
LI – Licença de Instalação  
LO – Licença de Operação  
LP – Licença Prévia  
MAE – Museu de Arqueologia e Etnologia  
MPF – Ministério Público Federal  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PAC – Projeto Amazônia Central  
PMM – Prefeitura Municipal de Manaus  
PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social  
PPGSCA – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia  
PPG/CASA – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia  
PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

PRONAPABA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEC – Secretaria de Estado de Cultura

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TPI – Terra Preta de Índio

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
<b>CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<u>Breve histórico da formação da disciplina de arqueologia no Brasil</u> .....	17
<u>Como se constrói a pesquisa na arqueologia</u> .....	22
<u>Breve histórico das pesquisas arqueológicas no Amazonas</u> .....	25
<i>O Projeto Amazônia Central</i> .....	31
<i>O Projeto COMIDA</i> .....	37
<b>CAPÍTULO II – A EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA MULTISSITUADA .....</b>	<b>40</b>
<u>PARTE I: O PAC e o Lago do Limão</u> .....	42
<i>Localização e contexto socioeconômico</i> .....	42
<i>Contextualização das pesquisas arqueológicas no Lago do Limão</i> .....	44
<i>Os sujeitos e os discursos recortados</i> .....	48
<i>Os sujeitos pesquisadores</i> .....	49
<i>Os sujeitos comunitários</i> .....	64
<u>PARTE II: O COMIDA e o Rio Pardo</u> .....	84
<i>Localização e contexto socioeconômico</i> .....	84
<i>Contextualização das pesquisas arqueológicas no Rio Pardo</i> .....	86
<i>Os sujeitos e os discursos recortados</i> .....	87
<i>Os sujeitos pesquisadores</i> .....	89
<i>Os sujeitos comunitários</i> .....	93
<b>CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>110</b>
<u>Balanco geral e contribuições da antropologia para o estabelecimento das relações</u> .....	123
REFERÊNCIAS .....	129

## INTRODUÇÃO

A partir de um diálogo entre a antropologia e a arqueologia, a pesquisa em tela visa apresentar, por meio de uma descrição densa e multissituada (GEERTZ, 1985; MARCUS, 1995), a etnografia de dois projetos de arqueologia realizados no Estado do Amazonas: o Projeto de Levantamento Arqueológico na Área de Confluência dos Rio Negro e Solimões (conhecido como Projeto Amazônia Central – PAC) que pesquisou grande parte do município de Iranduba, porém esta etnografia se restringiu à comunidade Lago do Limão; e o Projeto Alimentação, Manejo da Terra e Cultura: uma abordagem paleoetnobotânica<sup>1</sup> da pré-história indígena no nordeste do Estado do Amazonas – COMIDA, que pesquisou os municípios de Iranduba, Presidente Figueiredo e Manacapuru, mas que está restrito ao Rio Pardo, no município de Presidente Figueiredo nesta pesquisa. Ambos os municípios possuem um número significativo de sítios arqueológicos que foram estudados ou ainda estão sendo pesquisados por arqueólogos que vem contribuindo com o entendimento da dinâmica humana do passado. E, nesta etnografia buscou-se entender a dinâmica humana do presente, ou seja, a relação entre comunitários e arqueólogos nessas duas localidades no âmbito dos projetos PAC e COMIDA.

A etnografia busca recortar fatos e valores expressivos do contexto de relações entre dois sujeitos observados: comunitários ribeirinhos e arqueólogos cientistas. Considerando os modos distintos de existência entre cada um deles, “modernos” e “não-modernos”<sup>2</sup> (LATOUR, 1994), o foco da descrição densa coloca duas questões: como se constrói a interação entre ambas as partes? Como podem interferir um no outro a curto e médio prazo?

A construção etnográfica ganhou maior densidade na comunidade do Lago do Limão, no município de Iranduba, Amazonas. Visto que a região foi palco, durante quase duas décadas (de 1995 até meados de 2011), de pesquisas acadêmicas em arqueologia no âmbito do Projeto Amazônia Central (PAC). Sendo possível apreender por meio dos discursos certos fatos que contribuíram com a memória dos comunitários, os sentimentos e valores destes quanto à passagem dos arqueólogos por suas vidas.

O Lago do Limão, portanto, pode ser pensado como o laboratório de descrição e análise do contexto de relações entre comunitários e pesquisadores. A partir dessa experiência em

---

<sup>1</sup> A paleoetnobotânica estuda a relação direta entre as plantas identificadas no registro arqueológico e as populações que as utilizavam (SHOCK, 2015).

<sup>2</sup> Modernidade para Latour (1994) está mais associada a um status de perfil avançado em relação às técnicas de pesquisa, que seriam responsáveis pela “proliferação dos híbridos”, do que com a ideia de história e evolução, amplamente divulgada entre os evolucionistas. Os “não-modernos” não permitem que os híbridos se proliferem na medida em que não concebem o mundo dentro da dicotomia natureza/cultura (op. cit.).

Irlanduba, a construção da etnografia na comunidade do Rio Pardo ganha seus contornos e conteúdos locais que estavam sendo construídos no momento da observação. Podemos pensar o primeiro como um processo inicial acabado, com início, meio e fim; enquanto o segundo, no Rio Pardo, como um processo em construção. O esforço, é importante frisar, busca uma comparação na ordem dos fatos e valores, em busca de ordenamentos instituídos a partir do experimento que marca a relação comunitários e cientistas.

São apresentados, ainda, uma avaliação acerca dos efeitos da presença constante de arqueólogos nessas comunidades com ou sem uma negociação mais ampla junto aos comunitários. E uma discussão sobre eventuais reflexos da ausência de uma negociação com viés antropológico (CLIFFORD, 1983, 1998; FISCHER, 2011; CRAPANZANO, 2007 [1980], 1991) para entrada em campo.

Entre fatos e valores que marcam as relações dos comunitários com seu meio físico e sociocultural, nota-se um discurso recorrente dos comunitários demonstrando um entendimento de que as áreas definidas pela ciência enquanto sítios arqueológicos já haviam sido ocupadas pelos povos indígenas em tempos passados, o que eles observam na evidência das cerâmicas que afloram pelos solos das regiões, assim como pela presença da terra preta de índio. No que tange a comunidade do Rio Pardo, a proximidade entre a história vivida e a reserva indígena dos Waimiri-Atroari faz com que os vestígios arqueológicos sejam associados a estas populações. Já na comunidade do Lago do Limão, não há uma referência concreta quanto à ideia que tinham, antes de os arqueólogos chegarem na comunidade, quanto à associação de artefato arqueológico e índios do passado.

A presença de pesquisadores de diversas áreas e localidades é bastante comum entre populações tradicionais ou ribeirinhas na região Amazônica. No caso de arqueólogos, estes estão transitando na região desde meados de 1949 aproximadamente. Jacques Derrida (2003) trata da relação de “hospitalidade” que, segundo ele, é estabelecida entre o pesquisador e o seu interlocutor no momento do campo sob a ótica de um tipo de “desconstrução do método” de abordagem e de inserção no contexto do outro, isto é, da autoridade etnográfica imposta por um olhar etnocêntrico, muito comum entre os pesquisadores que se relacionam com comunitários.

Atenta para não reforçar uma interpretação estigmatizada e recorrente que aponta para a equação colonizador (pesquisador) e seus colonizados (interlocutores), nem naturalizar tal situação, é preciso relatar os fatos e as narrativas que revelam uma relação marcada pelo distanciamento. Para alguns dos comunitários ouvidos, a passagem de arqueólogos por suas comunidades não deixou boas lembranças. Talvez porque a grande maioria dos arqueólogos advém de outras regiões do país, sobretudo do sudeste em que se detém a maior concentração

de financiamento para pesquisas científicas (YAMAMOTO, 2000), somando-se às distorções criadas pelo fato de alguns pesquisadores advirem de outras áreas do conhecimento que não são necessariamente das ciências sociais e humanas.

Em que pese o exposto no parágrafo acima, tem-se que somente no ano de 2013 a primeira turma de graduação em arqueologia foi formada pela Universidade do Estado do Amazonas. Dessa turma pioneira, que iniciou com cerca de 30 alunos, apenas 17 receberam o título de bacharelado<sup>3</sup>, sendo todos amazonenses. É importante destacar esse novo contingente de bacharéis em arqueologia, os quais de fato (e por direito), representam “novos arqueólogos”. Afinal, eles são “novos arqueólogos” por serem recém-formados e, sobretudo, por serem comunitários. O que inaugura um novo e importante momento no contexto das relações em foco, abrindo uma janela interessante e inspiradora para o exercício antropológico.

Abarcando o contexto descritivo e analítico das relações entre os sujeitos arqueólogos e comunitários, assim entendidos no exercício antropológico, os ganhos são de todos e de muitos aspectos. Ganham comunitários e arqueólogos com apropriações trocadas no discurso, na formação do saber e na construção institucional que estabelece regimentos legais para os termos das relações que os vinculam, comunitários e arqueólogos. Para o exercício da antropologia, esse contexto se faz desafiador e muito estimulante, pois, tratar ambos pela categoria de sujeitos é conferir legitimidade e, portanto, levar a sério o que um tem a dizer sobre o outro. Entendendo a pesquisa antropológica por uma forma de produção etnográfica fundamentada no conhecimento implicando em uma aplicação metodológica de observação, descrição e análise em busca de uma tradução à respeito do *Outro*. Uma tradução pautada por aquilo que é diferente de um *Eu*.

As hipóteses que permeiam a etnografia em tela é de que uma postura de autoridade científica adotada junto aos comunitários pode interferir diretamente na extroversão dos objetivos da pesquisa em arqueologia<sup>4</sup>. O que provavelmente dificulta a compreensão da presença e do trabalho do arqueólogo pelo comunitário é o ruído na comunicação entre ambos. Predominando os recorrentes pré-julgamentos voltados para o saque ao patrimônio “da comunidade”.

É importante notar que o discurso dos pesquisadores interfere no discurso dos comunitários e pode ser notado, na medida em que se insere novas noções e conceitos da arqueologia em seus mundos. Eles passam a compor e constituir, direta e indiretamente, as

---

<sup>3</sup> Ver sítio eletrônico: <http://www1.uea.edu.br/>

<sup>4</sup> Em linhas gerais, a pesquisa de arqueologia tem o objetivo de estudar a cultura material dos povos do passado com o intuito de produzir o conhecimento científico acerca de modos de vida e organização social progressos.



formas de organização social da comunidade. Diretamente isso se faz notório nas disposições do poder entre lideranças em sucessão, podendo ser observado entre aqueles que estão envolvidos diretamente com as pesquisas, como os mateiros, por exemplo. A compreensão do porquê os pesquisadores estão na Comunidade faz com que esses comunitários passem a indicar novas áreas de sítios arqueológicos, porém, não enseja na compreensão dos motivos pelos quais os arqueólogos estudam *in situ* a cultura material, escavando-as e trasladando-as para laboratórios, reservas técnicas e museus distantes. Reforçando a ideia de que os pesquisadores muitas vezes estão mesmo subtraindo recursos valiosos da comunidade, ou do local.

A dissertação está dividida em três capítulos. No **Capítulo I, “Contextualização”**, apresento um panorama acerca da formação da disciplina de arqueologia no Brasil: formada a partir de influências estrangeiras coloniais, com aproximadamente dois séculos de esforços para a sua consolidação efetiva, acadêmica e governamental. Para tanto, organizo o capítulo num primeiro momento, de forma cronológica, com um “Breve histórico da formação da disciplina de arqueologia no Brasil”, onde é apresentado um contexto geral desde os primeiros relatos acerca da percepção dos sítios arqueológicos, até as portarias e instrução normativa mais recentes para às pesquisas de arqueologia inseridas no âmbito do licenciamento ambiental. A partir de então, os demais tópicos são apresentados de forma a desencadear um processo lógico de entendimento na mente dos nossos leitores acerca das etapas em que as pesquisas são realizadas.

Trato ainda de questionar “como se constrói a pesquisa na arqueologia” apresentando o processo que vai desde a categorização da pesquisa em acadêmica ou preventiva (esta última inerente ao licenciamento ambiental), perpassando pela concepção do projeto de pesquisa em arqueologia que se pretende executar, a autorização do Instituto<sup>5</sup> de proteção do patrimônio até a entrega do material arqueológico na reserva técnica para a guarda definitiva do patrimônio arqueológico. Na sequência apresentamos um “Breve histórico das pesquisas arqueológicas no Amazonas” fornecendo assim um panorama amplo do recorte da pesquisa, o Estado do Amazonas, e os estudos de casos, o Projeto Amazônia Central na comunidade do Lago do Limão em Iranduba; e o Projeto COMIDA na comunidade do Rio Pardo em Presidente Figueiredo. Ambos os projetos foram contextualizados a partir dos dados presentes tanto nos processos formados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando do pedido de autorização de pesquisa, quanto em artigos, dissertações e teses produzidas no âmbito destes.

---

<sup>5</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

O intuito do capítulo I é contextualizar a construção das pesquisas arqueológicas dentro e fora da academia demonstrando quais as influências sofridas e até que ponto a formação histórica da disciplina poderia esclarecer as relações, ou ausência dessas, entre os sujeitos que interagem durante as pesquisas de campo em arqueologia.

O **Capítulo II**, “**A experiência etnográfica multissituada**”, é introduzido com uma discussão acerca do que seria fazer arqueologia na perspectiva dos arqueólogos a partir de um levantamento secundário. Pretendemos, com isso, partir da teoria para a prática, ou seja, apresentar um panorama teórico do fazer arqueologia para então adentrarmos às etapas do campo, observando, na prática, como isso foi e tem sido praticado nos dois projetos alvos desta etnografia, o PAC, no Lago do Limão, e o COMIDA, no Rio Pardo.

A partir desta introdução, o capítulo foi dividido em duas partes. A primeira, o Lago do Limão, utilizada como referência, pois as pesquisas estão encerradas desde meados de 2011, tem início com a apresentação de seu contexto socioeconômico e sua localização para que possamos situá-lo. A partir de então são descritas as pesquisas arqueológicas realizadas no local, assim como o impacto e a influência que tais pesquisas trouxeram para a comunidade acadêmica. Na sequência são apresentados os personagens acadêmicos definidos como sujeitos acadêmicos para o Lago do Limão.

Ainda na primeira parte deste capítulo são apresentados os personagens comunitários definidos como sujeitos comunitários a partir do envolvimento que tiveram nas pesquisas. Abordamos, ainda, a maneira como se deu o envolvimento e a relação estabelecida durante o processo. Esta primeira parte se encerra com uma análise das consequências da presença e das relações entre pesquisadores e comunitários no momento posterior ao encerramento das atividades.

A estrutura da segunda parte do capítulo II, direcionada à comunidade do Rio Pardo, local onde as pesquisas ainda estão em curso, mantém a mesma linha. Início também pela sua localização e contextualização socioeconômica, seguida pela definição dos personagens acadêmicos e comunitários. É apresentada ainda a maneira como se deu o envolvimento dos sujeitos na pesquisa, e como tem se dado a relação partindo da perspectiva dos sujeitos acadêmicos e comunitários. O encerramento do capítulo se dá com uma prévia e superficial comparação entre a atuação dos projetos nas comunidades e os resultados preliminares.

O **Capítulo III**, “**Considerações**”, é iniciado com a apresentação do que está sendo considerado como fator determinante para os tipos de abordagem, de relação estabelecida e de retorno para a comunidade, que é a espécie de pesquisa realizada, se acadêmica ou preventiva.

Considerando que estamos lidando com momentos diferentes entre as comunidades estudadas, o Lago do Limão na qual as pesquisas foram encerradas em meados de 2011, e o Rio Pardo, local onde ainda está em andamento, é que apresentamos, na sequência, as análises dos pontos em comum entre as duas áreas. Essa análise serviu como subsídio para o meu entendimento acerca das relações entre sujeitos acadêmicos, sujeitos comunitários, e vice-versa, identificadas durante a etapa de campo.

Apresento ainda uma análise comparativa acerca do método de abordagem empregado pelos pesquisadores no Lago do Limão e as alterações ou permanências do método no Rio Pardo, ao longo dos anos que separam as pesquisas. O objetivo é apresentar um entendimento acerca da identificação do local e do momento em que são estabelecidas as relações entre arqueólogos e comunitários em um contexto de pesquisa.

Apresento também um histórico da não implantação do CABA (Centro de Pesquisa do Bioma Amazônia), motivo de grande frustração dos comunitários do Lago do Limão. Além disso, são apresentadas situações ocorridas em campo nas quais podemos aplicar a simetria de Latour (1994), e uma breve discussão sobre o papel das instituições na atuação dos pesquisadores.

Ademais, abordo ainda as contribuições que a antropologia pode fornecer para o estabelecimento das relações entre sujeitos pesquisadores e comunitários, quase sempre estigmatizadas como relação etnocêntrica ou colonizadoras.

## CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO

### Breve histórico da formação da disciplina de arqueologia no Brasil

Os primeiros relatos acerca do que hoje é definido enquanto sítio arqueológico remontam aos documentos de cronistas do final do século XVI, quando da menção às casas subterrâneas<sup>6</sup>, aos sambaquis<sup>7</sup> e às inscrições rupestres (SOARES DE SOUSA, 1974; CARDIM, 1978; SAMPAIO, 1955 apud BARRETO, 1999/2000). A partir das expedições de viajantes e naturalistas no final da segunda metade do século XVIII e início do XIX é que a arqueologia começa a ser vista como potencial para os estudos acerca da origem dos povos americanos, por exemplo. Dentre aqueles que contribuíram com registros no âmbito da arqueologia podemos destacar Saint-Hilaire (1816-1822) e von Martius (1818-1821), sendo que o segundo estava preocupado com a origem dos povos pré-coloniais brasileiros, sustentando uma teoria de “involução cultural”<sup>8</sup> indígena, colocando estes povos como civilizações em estágio incontornável de decadência (BARRETO, 1999/2000; NOELLI & FERREIRA, 2001). Ideias como a de von Martius foram amplamente disseminadas e aceitas entre os intelectuais da época, bastante frustrados com o passado brasileiro nada glamoroso.

Este tipo de pensamento demonstra uma tradição de interpretações colonialistas que são disseminadas durante longos anos na trajetória de formação da disciplina e quiçá até os dias de hoje, como discutiremos mais a frente. E que a trajetória de formação da disciplina está completamente dissociada da dinâmica social da época, restrita à especialistas – estrangeiros no primeiro momento.

No decorrer desse processo, muitas peças arqueológicas foram sendo coletadas de modo amador e constituíram os gabinetes de curiosidade (TRIGGER, 2004; ROBRAHAN-GONZALEZ, 1999/2000), dentre os quais podemos citar o Museu Nacional (criado em 1808), no Rio de Janeiro, embora tenha sido criado com um perfil de museu de história natural e cuja produção tenha sido fortemente influenciada pela antropologia biológica (BARRETO, 1999/2000).

---

<sup>6</sup> Casas subterrâneas ou buracos de bugre são estruturas escavadas no solo, presentes em maior abundância na região sul do Brasil, podendo ocorrer também no sudeste de São Paulo. Seu uso estaria associado a habitação. Tais estruturas (normalmente circulares) variam de tamanho e profundidade, e dificilmente ocorrem de forma isolada. Esse tipo de sítio arqueológico tem sido associado aos grupos Jê (ROGGE e BEBER, 2013).

<sup>7</sup> Sambaquis são sítios arqueológicos formados por amontoados de conchas e que eram utilizados como depósitos de lixo e cemitérios.

<sup>8</sup> Para involução cultural ver Spix e Martius, 1938.

A história da pesquisa arqueológica no Brasil é parcialmente semelhante à disciplina desenvolvida na Europa e na América do Norte, primeiro por ter sido formada por uma grande maioria de pesquisadores estrangeiros, e segundo por conta da influência direta de pesquisadores franceses e norte americanos com suas correntes teóricas. Além disso, foi construída a partir do dualismo entre os pensamentos evolucionistas e criacionistas, causando desconfortos, como por exemplo, quando da descoberta de ossos humanos associados a ossos fossilizados da fauna extinta em Lagoa Santa, Minas Gerais, pelo botânico dinamarquês Peter Lund entre os anos de 1834 e 1844 (PROUS, 1992). Tais descobertas não foram consideradas pertinentes durante décadas porque transcenderiam a antiguidade do homem sugerida na bíblia (op. cit.).

Ainda assim, a partir das descobertas de Lund houve um incentivo por parte da coroa brasileira às pesquisas arqueológicas, ocorrendo então as primeiras escavações em sambaquis da região sul e do sudeste, assim como a identificação de sítios da cultura Marajoara, entre as décadas de 1860 e 1870 (PROUS, 1992; BARRETO, 1999/2000).

A arqueologia de forma científica vai se consolidando com o apoio da criação de instituições como o Museu Paulista em São Paulo, o Museu Paraense em Belém, e a reforma do Museu Nacional já no final da década de 1870, cada um com sua influência teórica. O período compreendido até a primeira década do século XX foi marcado por um elevado número de publicações científicas voltadas para discussões acerca da evolução humana, influenciadas pelas discussões internacionais (PROUS, 1992; BARRETO, 1999/2000). Além disso, a cultura material coletada nos sítios arqueológicos servia apenas como exemplo da evolução humana pretérita. No período equivalente as duas guerras mundiais não houve muito acréscimo no que havia sido produzido até então e as pesquisas não avançaram. Foi um período de grandes controvérsias sobre antiguidade do homem na América, a origem das culturas do baixo Amazonas e origem natural ou antrópica dos sítios do tipo sambaqui.

Num cenário internacional, as críticas aos paradigmas da antropologia norte americana no período entre guerras, interfere diretamente no tipo de arqueologia que passa a ser feita nos anos seguintes. A superação do paradigma do evolucionismo e a introdução da percepção de múltiplas culturas a partir da perspectiva do particularismo histórico de Franz Boas contribui efetivamente no que vai ser produzido a partir de então. Neste mesmo período vai surgindo uma nova maneira de enxergar o passado a partir de discussões acerca da necessidade de preservar e proteger a materialização deste, todas influenciadas pelas cartas internacionais. Os germes dessa influência já podem ser percebidos no texto da Constituição de 16 de julho de 1934, no artigo 148, que versa sobre a obrigação de proteção aos “objetos de interesse histórico”. O fruto

disso é a criação tanto do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional<sup>9</sup>, quanto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) responsável pela promoção, preservação e divulgação desse patrimônio (FUNARI & ROBRAHN-GONZALEZ, 2008). Outra consequência diz respeito à implantação de centros acadêmicos no contexto universitário voltados para pesquisa científica em arqueologia. A partir de então, já no período pós-guerra, pesquisadores estrangeiros com toda a sua carga teórica foram trazidos com o intuito de formar arqueólogos brasileiros, isto porque, até então, quem atuava na área eram curiosos (PROUS, 1992). Além disso foi iniciado o processo de criação de uma legislação de proteção ao patrimônio que estava sendo degradado a passos largos.

A maior parte da influência estrangeira na história da arqueologia no Brasil se deve aos franceses e aos norte-americanos. O casal francês Joseph Emperaire (geógrafo) e Annette Laming (arqueóloga) foram responsáveis não só pela formação de arqueólogos brasileiros, como também pela inserção de técnicas mais rigorosas para o estudo científico, além de as primeiras datações por C14<sup>10</sup> (BARRETO, 1999/2000; PROUS, 1992); atuando na escavação de sítios do tipo sambaqui tanto no Paraná quanto em São Paulo, e posteriormente em sítios pré-cerâmicos (op. cit.). O casal norte-americano Betty Meggers e Clifford Evans, influenciados tanto pela ecologia cultural de Julian Steward, quanto pela corrente norte americana do histórico-culturalismo<sup>11</sup> (NEVES, 2006), apresentaram teorias acerca do desenvolvimento cultural na Amazônia. Hipotetizaram que a floresta tropical era um ambiente de difícil manejo em que o determinismo ecológico teria limitado o adensamento das populações pregressas, e que os registros arqueológicos que apresentavam cerâmicas mais elaboradas, como as cerâmicas Marajoaras, por exemplo, fossem de grupos advindos do norte

---

<sup>9</sup> Este decreto-lei restringia a proteção apenas aos bens tombados (conf. § 1º do art. 1º).

<sup>10</sup> O carbono 14 está presente nos seres vivos e a partir da morte, a quantidade existente no ser se dividirá pela metade a cada 5.730 anos sendo possível dessa forma a datação de amostras com até 70 mil anos (FRANCISCO, LIMA e ARÇARI, ANO?).

<sup>11</sup> De acordo com Trigger (2004, p. 200) “o paradigma histórico-cultural punha o foco na cultura (material) arqueológica e não nos estágios gerais de desenvolvimento”, sendo que as alterações nas culturas ainda eram relacionadas a fatores externos como a migração ou difusão, gerando outro problema na medida em que não consideravam as possibilidades de inovações internas nos sistemas culturais. Para além deste paradigma, outros dois, também influenciados pela antropologia norte americana, determinam as correntes teóricas que os arqueólogos brasileiros seguem, nova arqueologia ou arqueologia processual, surgida na década de 1960, e a arqueologia contextual ou pós-processual. A primeira estaria relacionada a “antropologia científica, de base materialista, focada na explanação dos processos culturais” (SYMANSKI, 2014, p. 20) na qual Binford (1968) demonstrou que o registro arqueológico poderia fornecer informações sociais, e os processos de mudança cultural nas sociedades pré-coloniais. A segunda, protagonizada por Ian Hodder, na década de 1980, tem como premissa a compreensão do contexto para acessar “os significados simbólicos da cultura material” (op.cit. p. 26). Embora amplamente influenciada pela antropologia hermenêutica de Geertz, essa corrente teórica está mais próxima da história.

da América do Sul e que teriam se extinguido quando da chegada na Amazônia (PROUS, 1992; BARRETO, 1999/2000; NEVES, 2006). Essa hipótese foi amplamente discutida, porém as pesquisas de arqueologia têm revelado o contrário, uma vez que a Amazônia foi densamente povoada com uma estimativa de 6 milhões de habitantes na época do contato (DENEVAN, apud NEVES, 2012).

No que tange as contribuições de Betty Meggers e Clifford Evans, a de maior destaque está na organização e coordenação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), com atuação no período que vai de 1965 a 1971, e em colaboração com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e a *Smithsonian Institution*. O objetivo do programa foi o de desenvolver pesquisas sistemáticas na identificação, mapeamento e classificação de sítios arqueológicos, visando elaborar um panorama das culturas pré-coloniais brasileiras a partir de métodos padronizados e específicos, inserindo a classificação da cultura material cerâmica identificada nos sítios arqueológicos em Fases e Tradições<sup>12</sup> (PROUS, 1992; BARRETO, 1999/2000; COSTA, 2009; LIMA & MORAES, 2010). Alguns anos após o encerramento do PRONAPA, em meados de 1976, o Museu Paraense elaborou o PRONAPABA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica) com os mesmos objetivos do projeto anterior.

No ínterim do desenvolvimento dessas novas frentes de pesquisa, no ano de 1961, a partir de um esforço coletivo, foi promulgada a lei 3.924 de 26 de julho, a qual versa sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Segundo Prous (1992), para a arqueologia brasileira muito se perdeu com o início da criação dos dispositivos legais em um período em que não havia uma quantidade suficiente de pesquisadores chancelados para desempenhar as atividades realizadas pelos amadores, tendo sido estes últimos acusados de destruição de sítios. Assim, inúmeros sítios desapareceram totalmente porque os arqueólogos amadores estavam impedidos de continuarem escavando e resgatando material arqueológico. O Museu do Sambaqui em Joinville, por exemplo, foi criado especificamente para receber a coleção arqueológica de um desses amadores (PROUS, 1992). O período que engloba as décadas de 1960 e 1970, embora caracterizado pela formação de centros acadêmicos voltados para a pesquisa em arqueologia, limitou as inúmeras publicações aos resultados preliminares e

---

<sup>12</sup> De acordo com Chymz (1976) as Fases são qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação etc. relacionado no tempo e no espaço, em um ou mais sítios, enquanto as Tradições são grupos de elementos ou técnicas com persistência temporal, e são compostas pelas Fases.

superficiais dos levantamentos realizados até então, dando pouca visibilidade internacional ao tipo de pesquisa que estava sendo desenvolvida no país.

Em 1980 é inaugurada a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) com representantes de praticamente todo o Brasil (BARRETO, 1999/2000). Nesse período, há o início da atuação de uma segunda turma de arqueólogos brasileiros com questões teóricas para além da classificação da cultura material, e com o interesse na reaproximação da antropologia social a partir do diálogo com outras fontes de dados, como a biologia e a linguística, por exemplo (op. cit.). A partir deste período, e com a promulgação da lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, que cria o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), é gerada uma demanda de arqueólogos para o processo de licenciamento ambiental, necessário para empreendimentos potencialmente causadores de impacto ao meio ambiente. Porém, é apenas com a Resolução nº 001 do CONAMA, de 23 de janeiro de 1986, que a avaliação de impacto ambiental passa a ser efetiva, assim como a presença de arqueólogos no processo<sup>13</sup>, o que estende a atuação da arqueologia para além das paredes da academia. Pois, passam-se a serem exigidas pesquisas de arqueologia preventiva (isto é, anterior à obra), também denominada de arqueologia de salvamento, nas áreas destinadas às instalações de empreendimentos. Como consequência também desse processo, em 01 de dezembro de 1988 a então SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) expede a Portaria de nº 07 cujo objetivo é regulamentar as autorizações para pesquisas em arqueologia, e estabelecer os procedimentos para elaboração dos projetos de pesquisa tanto no âmbito acadêmico quanto preventivo. As primeiras pesquisas arqueológicas associadas ao licenciamento ambiental, denominadas por “arqueologia de salvamento” ainda durante a década de 1980, estão vinculadas às construções de hidrelétricas (CALDARELLI & SANTOS, 1999/2000). A partir deste período a regulamentação<sup>14</sup> da presença de arqueólogos no processo de licenciamento ambiental começa a ser mais cobrada, e as pesquisas acadêmicas já não possuem mais a hegemonia da atuação como quando no passado de formação da disciplina.

Na primeira década do século XXI, em 17 de dezembro de 2002, é expedida a Portaria IPHAN nº 230<sup>15</sup> que compatibilizava as etapas de pesquisa em arqueologia preventiva com as

---

<sup>13</sup> Art. 6º, inciso I, alínea c – “o meio socioeconômico - o uso e a ocupação do solo, os usos da água e a sócio economia, **destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade**, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos” (grifo nosso).

<sup>14</sup> Em 19 de dezembro de 1997 o CONAMA emite a resolução nº 237 que dispõe também sobre os estudos de impacto ambiental (EIA) e o relatório de impacto ambiental (RIMA).

<sup>15</sup> A Portaria nº 230 foi revogada em 25 de março de 2015 pela Instrução Normativa IPHAN nº 01 a qual estabelece procedimentos administrativos no âmbito do licenciamento ambiental.



licenças ambientais (licença prévia, licença de instalação e operação) necessárias aos empreendimentos potencialmente causadores de impacto ao patrimônio. É principalmente a partir deste período que passam a ser criados os cursos de graduação e pós-graduação em arqueologia, até então restritos aos pouquíssimos centros acadêmicos concentrados na região sul e sudeste, por todo o Brasil. Essa situação é potencializada a partir do ano de 2007 quando o governo federal cria o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) cujo objetivo é o estímulo da economia a partir do investimento em obras de infraestrutura<sup>16</sup>. A implementação do PAC acaba dando deferência à regulamentação dos papéis tanto dos pesquisadores quanto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como órgão anuidor, dentre outros órgãos que dialogam no licenciamento ambiental. Assim, em 26 de outubro de 2011 é promulgada a Portaria Interministerial de nº 419<sup>17</sup> que regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal, incluindo o IPHAN.

Como resultado dessa política desenvolvimentista que interfere diretamente na gestão do patrimônio arqueológico e marca mais um período de atuação da disciplina podemos citar os 18 cursos de graduação e os 19 de pós-graduação entre especialização, mestrado e doutorado espalhados pelo Brasil no momento (JÁCOME, 2016). Atualmente muito se discute acerca do potencial das contribuições que as pesquisas realizadas no âmbito do licenciamento ambiental podem oferecer, pois há críticas por parte da academia de que as pesquisas preventivas consistem predominantemente de levantamentos descritivos e classificatórios (BARRETO, 1999/2000), mas esse não é o objetivo da pesquisa em tela.

### Como se constrói a pesquisa na arqueologia

A pesquisa em arqueologia está diretamente ligada à cultura material. Mas o ofício do arqueólogo não está limitado pela busca de artefatos culturais, está associado também à identificação de outros registros tais como a paisagem modificada pela ação humana, além das informações existentes nos chamados ecofatos e biofatos, que são os vestígios ambientais da ocupação humana: ossos de fauna, vestígios de flora (FUNARI, 2003). A multiplicidade dos tipos de vestígios identificados pela pesquisa arqueológica exige da disciplina a interação com

---

<sup>16</sup> Fonte: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>

<sup>17</sup> A Portaria nº 419 é revogada pela Interministerial nº 60 de 25 de março de 2015 que disciplina a atuação dos órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental.

diversas outras áreas do conhecimento. Na prática, a atuação dos arqueólogos ocorre principalmente em dois ambientes: campo, onde os levantamentos interventivos (escavações) acontecem; e laboratório ou gabinete, onde ocorrem as atividades voltadas para análises quantitativas, qualitativas e interpretações acerca da cultura material coletada em campo. Os resultados levam-nos a transitar por uma terceira esfera, o ambiente acadêmico onde ocorre a discussão dos dados e extroversão do conhecimento produzido. Esse trânsito necessário dentro da arqueologia torna a pesquisa multissituada (MARCUS, 1995).

Para que a pesquisa de campo em arqueologia ocorra é necessária uma autorização. O termo específico para esta autorização é “portaria de pesquisa” e ela deve ser publicada no diário oficial da união (DOU). O processo para obtenção da portaria de pesquisa é iniciado a partir de um projeto que cumpra requisitos básicos<sup>18</sup> dispostos em normativas, a ser apresentado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, por um arqueólogo cuja formação e idoneidade técnico-científica sejam comprovadas junto ao órgão federal. Os projetos de pesquisa são analisados pelo Instituto, em prazos pré-estabelecidos e, se deferidos, enviados para publicação da portaria. Somente a partir desta publicação é que o arqueólogo tem autorização para proceder escavações e coletas de artefatos arqueológicos em trabalhos de campo. Essa relação com o Instituto caracteriza uma quarta esfera de trânsito do pesquisador, na qual a interação também ocorre com o corpo de colaboradores técnicos, aqueles que analisam os projetos que pleiteiam autorização de pesquisa.

Na construção da pesquisa em arqueologia podemos considerar duas principais vertentes na atualidade: acadêmica e preventiva. No caso da pesquisa acadêmica o germe do projeto nasce dos anseios do pesquisador, ou seja, da necessidade de resposta para uma (ou mais) questão específica. No caso da pesquisa preventiva, conforme dito anteriormente, ela parte da exigência de um trâmite burocrático necessário no processo de licenciamento ambiental para a construção de empreendimentos. Outro termo adotado também para esse tipo de pesquisa é arqueologia de contrato.

Na arqueologia preventiva a pesquisa fica limitada à área do empreendimento e ao cronograma pré-estabelecido e menos flexível por estar sempre associada a obras de interesse público e social ou da iniciativa privada. Já a pesquisa acadêmica tem liberdade intelectual e

---

<sup>18</sup> Uma das exigências para obtenção de portaria de pesquisa é a apresentação do endosso institucional. Este documento consiste no compromisso de uma instituição chancelada pelo IPHAN para receber a guarda permanente da eventual cultura material oriunda das etapas de campo. No Estado do Amazonas só existem três locais que apresentam em sua estrutura as condições mínimas necessárias, a saber: Laboratório de Arqueologia do Museu Amazônico – UFAM, e Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de administração da Secretaria de Estado de Cultura – SEC, ambos em Manaus; e o Laboratório de Arqueologia do Instituto Mamirauá, em Tefé.

geográfica para que o pesquisador teste suas hipóteses durante o período que julgar necessário, desde que as normativas impostas sejam observadas. Poderíamos dizer que os processos são invertidos em relação ao tipo de pesquisa a ser executada. Na arqueologia preventiva uma área específica é apresentada ao pesquisador e a partir dela é possível criar as perguntas. Já na pesquisa acadêmica é possível escolher os locais a serem pesquisados de acordo com as questões científicas pré-existentes. Embora mais limitada, a arqueologia preventiva é de suma importância, principalmente, na salvaguarda do patrimônio arqueológico em risco potencial de destruição devido a construção de empreendimentos dos mais variados tipos.

Uma metodologia de registro criteriosa é fundamental para garantir o sucesso nas pesquisas em arqueologia, principalmente no que diz respeito ao trabalho de campo, tanto em pesquisas acadêmicas quanto nas preventivas (GUIMARÃES, 2012). O primeiro passo é o reconhecimento da área, para então criar a metodologia mais adequada para que se obtenha os resultados desejados, seguido pelo levantamento topográfico que consiste no georreferenciamento da área alvo da pesquisa (op. cit.). Para as pesquisas acadêmicas o passo seguinte é a delimitação da área de investigação, que pode ser um sítio arqueológico previamente identificado, e a investigação da profundidade em que ocorrem os vestígios, por meio de intervenções de baixo impacto, por meio de sondagens em subsuperfícies, denominadas de tradagens<sup>19</sup>. O registro das informações obtidas perpassa pela utilização de cadernetas e fichas de campo, registro fotográfico, croquis, mapas etc. Isto porque, é através do registro dos artefatos em seu contexto original que as interpretações e análises serão realizadas e contribuirão para a construção dos dados do sítio estudado. Principalmente porque uma escavação arqueológica também significa a destruição das áreas estudadas, ou seja, a destruição parcial do sítio arqueológico (BARRETO, 1999/2000; GUIMARÃES, 2012).

No entanto, o trabalho do arqueólogo não está restrito ao campo. A etapa seguinte, o laboratório, é onde os artefatos coletados serão analisados e interpretados, na maioria das vezes, um bom tempo após o campo. E esses artefatos podem ser reanalisados inúmeras vezes ao longo do tempo, à luz de tecnologias da época, tornando-os passíveis de alteração nos resultados apresentados no primeiro momento. É a junção das análises dos dados obtidos em campo com as análises laboratoriais que permitem entender o funcionamento e transformação das sociedades pretéritas. Os dados obtidos durante essas etapas devem ser apresentados, no mínimo, em forma de relatório submetido ao IPHAN para seu deferimento, a fim de encerrar o processo gerado quando da solicitação de autorização de pesquisa. É esse relatório final que,

---

<sup>19</sup> Terminologia utilizada na arqueologia para definir perfurações controladas com profundidade variável e realizadas com cavadeira manual boca-de-lobo (SANTOS, 2001).

após analisado, fornece subsídio ao Instituto para dar anuência à licença para o empreendimento, no caso da arqueologia preventiva; e é uma forma de prestação de contas ao órgão e às agências de fomento de pesquisa no caso da arqueologia acadêmica. Para além da formalidade dos relatórios, o ideal é que as pesquisas em arqueologia sempre resultem em publicações das informações e resultados obtidos, assim como em ações de socialização do conhecimento junto também à comunidade em geral para que não fique restrito à comunidade acadêmica (GUIMARÃES, 2012).

Em se tratando dos artefatos coletados, ao final das atividades, ele deve ser enviado a uma instituição de guarda reconhecida pelo IPHAN para que o acervo arqueológico fique em condições adequadas de armazenamento permanente e conservação.

Sendo assim, a construção das pesquisas em arqueologia se dá a partir de um rito institucional rigoroso por se tratar do patrimônio cultural brasileiro. O que demanda do arqueólogo não somente a responsabilidade com o patrimônio, mas também o comprometimento com a comunidade local da área alvo da pesquisa no que tange a comunicação prévia do que se pretende estudar e à socialização dos dados obtidos. Para além da divulgação dos resultados alcançados em periódicos e revistas especializadas voltadas à comunidade acadêmica.

### Breve histórico das pesquisas arqueológicas no Amazonas

O desenvolvimento de estudos colaborativos entre a arqueologia e a antropologia no Brasil, como forma de entender as trajetórias pré-coloniais e históricas envolvendo populações indígenas, tradicionais, suas ocupações e reocupações (NEVES, 2006; MACHADO, 2013), vem contribuindo para um novo entendimento dos processos culturais que ocorreram em diversas regiões.

Foi o arqueólogo alemão Peter Paul Hilbert quem inaugurou as pesquisas arqueológicas sistemáticas no médio e baixo rio Solimões, por volta da década de 1950 (NEVES, 2006), e na região da Amazônia central com a incidência também do rio Negro, como a cidade de Manaus. Em suas pesquisas Hilbert define uma cronologia de ocupação pré-colonial para a Amazônia Central, indicando que povos ceramistas se estabeleceram na região no início dos primeiros séculos da era cristã até o momento do contato com os europeus (op. cit.). Assim, quatro fases, Manacapuru, Paredão, Guarita e Itacoatiara, (apresentadas da mais antiga para a mais recente,

sendo que a Itacoatiara é suprimida pelas pesquisas posteriores) foram definidas com base nas diferenças na tecnologia de produção e decoração dos vasilhames.

Nos arredores de Manaus, o alemão registrou os sítios arqueológicos denominados Refinaria, Base Naval e Paredão, onde atualmente se encontram a REMAN e o Aeroporto de Ajuricaba, popularmente conhecido como da Ponta Pelada (LIMA & MORAES, 2010). No final da década de 1960, Hilbert e Mário Ypiranga Monteiro<sup>20</sup> resgatam uma urna funerária na área da atual praça D. Pedro II e do prédio do INSS<sup>21</sup> (antigo IAPETC), no centro histórico da cidade, e registram a área como o sítio Manaus.

Entre a década de 1970 e meados de 1980, o arqueólogo brasileiro Mário Ferreira Simões, então coordenador do Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica na Bacia Amazônica (PRONAPABA), realizou importantes pesquisas na região da capital amazonense identificando e registrando sítios arqueológicos nas áreas rural e periférica da cidade (LIMA & MORAES, 2010). Neste ínterim, as pesquisas realizadas por Simões contaram com quatro etapas de campo e resultaram na identificação de 35 sítios arqueológicos (SIMÕES & KALKMANN, 1987).

Em meados da década de 1980 ocorre o Programa de Salvamento do Patrimônio Arqueológico na Área do Reservatório da UHE Balbina, no município de Presidente Figueiredo. Este programa realizado no âmbito do licenciamento ambiental para a construção da hidrelétrica identificou, aproximadamente, 147 sítios arqueológicos, dentre eles, um com pinturas rupestres registrado como Gruta do Batismo – o primeiro<sup>22</sup> a ser identificado no Estado do Amazonas (CORRÊA, 1994; CERQUEIRA & PEREIRA, 2014), e que não sofreu impacto direto. Inúmeros sítios ficaram submersos, incluindo os com gravuras rupestres, e tantos outros foram destruídos com a abertura de acessos, terraplanagem etc. (op. cit.).

As pesquisas arqueológicas são retomadas no baixo e médio Solimões na década de 1990, por meio de trabalhos desenvolvidos no âmbito da arqueologia preventiva e acadêmica. A arqueologia preventiva teve grande destaque na execução de projetos na região, como a pesquisa arqueológica realizada no âmbito do projeto do Gasoduto Coari-Manaus<sup>23</sup>. No primeiro momento houve uma etapa executada pela empresa Scientia Consultoria Científica, sob a coordenação da arqueóloga Solange Bezerra Caldarelli (1997/1998), onde foram

---

<sup>20</sup> Historiador e “amazonólogo”, como se autodenominava.

<sup>21</sup> Instituto Nacional do Seguro Social.

<sup>22</sup> Décadas depois houve a identificação de um segundo sítio no município, denominado Cachoeira Salto do Ypi, de acordo com informações obtidas pelos graduandos do curso de arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) durante visita realizada na área em 10/2016.

<sup>23</sup> Projeto iniciado a partir do RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) do ano de 1996, cujo empreendedor é a PETROBRÁS.

identificados 50 sítios arqueológicos, sendo que 14 foram selecionados para serem escavados (SCIENTIA, 1998). A pesquisa foi finalizada pelo arqueólogo Eduardo Góes Neves e sua equipe.

A partir de 1995, o “Projeto Amazônia Central” (PAC)<sup>24</sup>, vinculado ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), passa a estudar sistematicamente a região da Amazônia Central por meio de uma equipe de pesquisadores e estudantes. A área de atuação desse projeto engloba a confluência e interflúvio dos rios Negro e Solimões, especificamente nos municípios de Iranduba, Manaus e Manacapuru, por onde Hilbert também havia pesquisado. Até hoje, mais de cem sítios foram identificados, sendo alguns deles bastante pesquisados e com inúmeras datações radiocarbônicas, o que permite estabelecer cronologias seguras para a ocupação pré-colonial da área (NEVES, 1999/2000). Os resultados refutaram a ideia de uma floresta tropical intocada e muito pouco povoada, revelando, assim, que a região amazônica foi densamente povoada por populações organizadas, ou seja, com estratificação social e que imprimiram modificações na paisagem (NEVES et al, 2003; LIMA, 2008). O Projeto Amazônia Central resultou na publicação de várias dissertações e teses que contribuiriam para o conhecimento sobre os processos culturais que ocorreram antes e no momento imediato do contato com os europeus, bem como contribuiriam para o desenvolvimento das pesquisas de arqueologia na região.

Concomitantemente às pesquisas do PAC, entre os anos de 2002 e 2003, ocorreu o Projeto Arqueourbs, com o intuito de evidenciar os contextos históricos e de ocupação do centro da cidade de Manaus. Assim, uma série de pesquisas com os sítios arqueológicos históricos da região central da cidade foi realizada (ZANETTINI et al., 2002), sendo que alguns sítios históricos estavam sobrepostos em sítios pré-coloniais, como é o caso da Praça Dom Pedro II e do Paço da Liberdade.

As pesquisas sistemáticas voltadas às evidências rupestres da região foram iniciadas no ano de 2005, pelo arqueólogo Raoni Valle e desenvolvidas no baixo e médio curso do rio Negro.

No ano de 2006, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Superintendência do Amazonas, promoveu um plano de ação que viabilizou o projeto “Levantamento Arqueológico no município de Manaus/AM” (LAMA) que foi coordenado pela arqueóloga Helena Lima. Os objetivos gerais consistiram em realizar um mapeamento

---

<sup>24</sup> Estudos realizados entre os anos de 1995 a 2011, sendo que de 1995 a 1999 foram coordenados pelos arqueólogos Eduardo Neves, Michael Heckenberger e James Petersen; de 1999 a 2005 por Eduardo Neves e James Petersen e a partir do ano de 2006 apenas por Eduardo Neves.

arqueológico com a localização, georreferenciamento, delimitação e cadastro dos sítios arqueológicos em áreas pré-selecionadas na cidade de Manaus, incluindo a revisitação de sítios anteriormente identificados, bem como a catalogação do material cultural arqueológico proveniente dos salvamentos promovidos pelo IPHAN e que foi depositado na reserva técnica do Museu Amazônico, da Universidade Federal do Amazonas (LIMA, 2007). Da mesma forma que houve a produção de material pedagógico voltado para a educação patrimonial<sup>25</sup> que visava a extroversão do conhecimento produzido. Como resultados desta pesquisa foram visitados/revisitados 35 sítios arqueológicos, sendo que uma parte destes já haviam sido identificados pelo arqueólogo Peter Paul Hilbert entre as décadas de 1950 e 1960, e por Mário Simões entre as décadas de 1970 e 1980. Para tanto, o referido levantamento possibilitou uma descrição sumarizada desses 35 sítios à época da pesquisa do LAMA (LIMA, 2007). Ainda neste período, cerca de 40 sítios arqueológicos foram identificados no município de Tefé, a partir de pesquisas realizadas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (GOMES et al., 2012 apud CERQUEIRA, 2017).

Entre os anos de 2009 e 2012 um projeto coordenado pela arqueóloga Helena Lima foi realizado nos municípios de Itacoatiara e Silves (médio Amazonas), no qual outros sítios foram identificados. O objetivo deste projeto de pesquisa foi entender os processos de ocupação pré-colonial, a cronologia, e as formas de uso do espaço e territorialidade (LIMA & MORAES, 2013).

A partir de 2012, com a necessidade do licenciamento ambiental para a duplicação da Rodovia Manuel Urbano (AM-070), as pesquisas arqueológicas (preventivas) voltaram a ser realizadas na região de Iranduba e Manacapuru. 15 sítios arqueológicos e 11 ocorrências teriam sido identificados durante a primeira etapa desse trabalho ainda não concluído (SOUZA, 2012).

O projeto “Alimentação, Manejo da Terra e Cultura: uma abordagem paleoetnobotânica da pré-história indígena no nordeste do Estado do Amazonas” (Projeto COMIDA), de coordenação da professora Doutora Myrtle Shock com participação do Museu Amazônico/UFAM, e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), na região de Presidente Figueiredo (e cuja minha participação resultou nessa etnografia), vem ocorrendo desde meados de 2014 e desdobramentos da pesquisa resultarão em outras pesquisas acadêmicas.

---

<sup>25</sup> Segundo Horta, Grumberg e Monteiro (1999, p. 04) “a Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”[...] e “consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva” (op. cit. p. 05).

A partir do ano de 2015, o centro histórico da cidade de Manaus volta a ser pesquisado na perspectiva da arqueologia preventiva. A pesquisa de arqueologia ocorreu no âmbito do projeto de “Requalificação da Avenida Eduardo Ribeiro”, cujo ordenador financeiro foi a Prefeitura Municipal de Manaus – PMM. Nesse bojo foi realizado o projeto de “Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial nas obras de Requalificação da Avenida Eduardo Ribeiro”, coordenado pelas arqueólogas Margaret Cerqueira<sup>26</sup> e Vanessa Benedito<sup>27</sup>, que teve seu término no segundo semestre de 2016. Atualmente, estão em curso os monitoramentos arqueológicos das obras de requalificação das Praças da Matriz e Adalberto Valle, no âmbito do Projeto de Aceleração do Crescimento/Cidades Históricas (PAC/CH), sendo que as pesquisas de arqueologia também são coordenadas pelas citadas arqueólogas da PMM.

O município de Silves e adjacências, no Médio Amazonas, foi pesquisado pelo arqueólogo Filipo Stampanoni. Os resultados da sua pesquisa acadêmica, apresentados no ano de 2016, suscitaram uma profícua discussão sobre o entendimento da existência de uma fronteira cultural arqueológica percebida ou correlacionada à “distribuição de culturas arqueológicas” e à “diversidade etnolinguística” nessa região (STAMPANONI, 2016, p.24).

Quanto à terra preta de índio, material arqueológico recorrente nos sítios da Amazônia Central, e que dispõe de equipes multidisciplinares voltadas exclusivamente para o seu estudo, Neves (2006) diz que a mesma é um indicativo de que os solos amazônicos foram modificados por populações indígenas pré-colombianas, isto é, é um solo cultural. Em sua grande maioria, os sítios de TPI estão geralmente localizados próximos às margens de rios, igarapés e lagos e recebem essa denominação devido à coloração escura do solo. A coloração da TPI foi adquirida paulatinamente, durante um período de densa ocupação populacional a partir da deposição de detritos orgânicos e inorgânicos, atribuindo ao solo não só a cor escura, como também valores mais altos de pH e grande quantidade de nutrientes (WOODS, 2009). Os estudos sobre o entendimento da formação da terra preta de índio têm reunido pesquisadores de diversas áreas, como: a arqueologia, biologia, agronomia, botânica e outras. Os esforços multidisciplinares, iniciados na década de 1960, convergem para a compreensão do manejo do solo empreendido por povos pré-colombianos que resultou nas terras pretas de índio como um solo com alto teor de fertilidade, como exemplo de manejo, têm-se o uso controlado do fogo e o descarte de

---

<sup>26</sup> Arqueóloga da Comissão do PAC/Cidades Históricas da Prefeitura Municipal de Manaus. Bacharela em Arqueologia pela Universidade do Estado do Amazonas e Mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas.

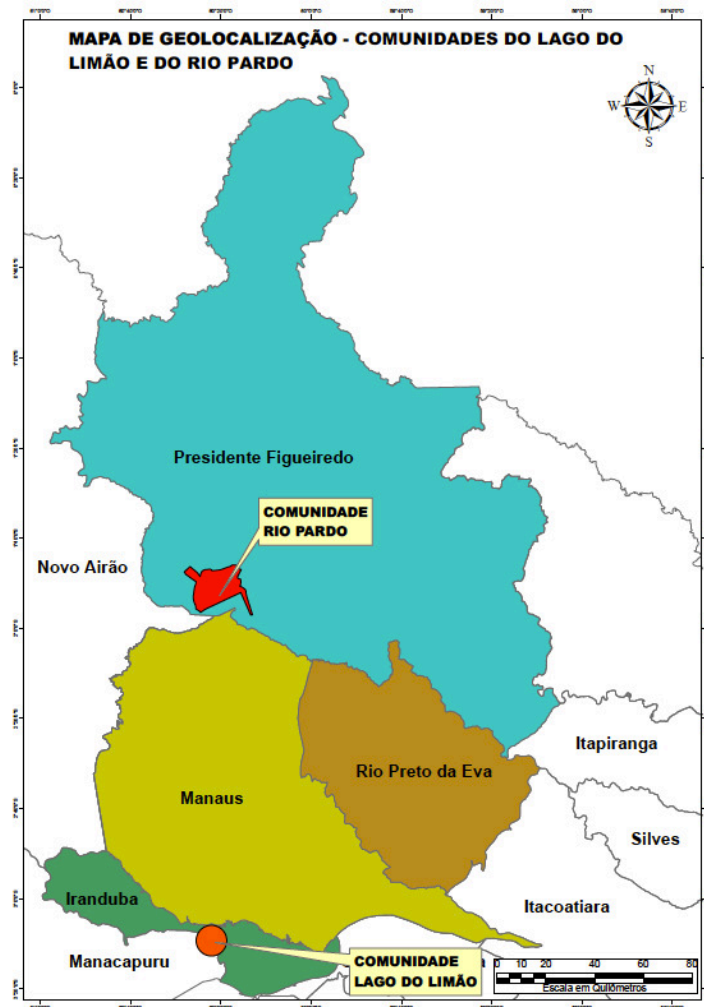
<sup>27</sup> Arqueóloga da ManausCult e da Comissão do PAC/Cidades Históricas da Prefeitura Municipal de Manaus. Bacharela em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas.



resíduos orgânicos (LEHMANN, 2003; KERN et al., 2003; TEIXEIRA, 2008). Em 2002 os pesquisadores da TPI realizaram o primeiro workshop, sendo que as discussões apresentadas no evento resultaram na publicação de um livro. No ano de 2015 foi criada uma rede de colaboração que estuda a terra preta de índio como tema central ou transversal e que vem discutindo e publicando seus resultados, sendo formada por, aproximadamente, 77 pesquisadores de 20 instituições científicas nacionais e internacionais (CERQUEIRA, 2017).

Inúmeras outras pesquisas em arqueologia foram desenvolvidas no Estado do Amazonas, principalmente no âmbito do processo de licenciamento ambiental, porém, optamos por elencar apenas aquelas com maiores proporções.

É necessário contextualizar de forma pormenorizada dois projetos no Estado do Amazonas, o Projeto Amazônia Central (PAC) e o Projeto COMIDA, para alcançarmos o recorte definido para esta etnografia: a atuação do PAC na comunidade do Lago do Limão em Iranduba, e a atuação do COMIDA na comunidade do Rio Pardo em Presidente Figueiredo.



**Figura 01:** Mapa de localização das comunidades do Lago do Limão em Iranduba, e Rio Pardo em Presidente Figueiredo.  
Crédito: Nilton Costa de Almeida

### *O Projeto Amazônia Central*

O projeto de “Investigações Arqueológicas na Área de Confluência dos Rios Solimões e Negro, Estado do Amazonas”, conhecido por PAC, Projeto Amazônia Central, foi criado em 1995 pelos pesquisadores Eduardo Neves<sup>28</sup>, Michael Heckenberger e James Petersen, perdurando até o ano de 2011. Neves (2012) define a Amazônia Central como a área que vai “do baixo curso do rio Japurá, a oeste, à boca do rio Madeira, a leste, da latitude da boca do rio Branco ao norte, à latitude da cidade de Borba, no rio Madeira, ao sul” (p. 21), e a considera como uma profícua fonte de dados, tendo em vista que as hipóteses criadas para explicar os processos de mudanças socioculturais em populações pré-coloniais na Amazônia remetem seus testes ao levantamento de informações na Amazônia central (p. 21). No entanto, a área total da pesquisa “engloba um retângulo cujos lados medem 55 km no sentido norte-sul e 75 km leste-oeste” (processo IPHAN nº 10490.000002/1996-2, p. 8). Assim, a atuação sistemática do PAC se restringiu à área de confluência dos rios Negro e Solimões, “delimitada ao sul pelo rio Solimões, ao norte e leste pelo rio Negro e a oeste pelo rio Ariáú” (NEVES, 2012, p. 22), ou seja, estaria restrita ao município de Iranduba.

Segundo Neves (1996) foram três os principais objetivos da investigação

Em primeiro lugar, os resultados do levantamento sistemático permitirão uma avaliação da distribuição e variabilidade de tipos de sítio presentes na área de estudo, bem como a correlação desses sítios com a diversidade ecológica local. Em segundo lugar, escavações estratigráficas serão conduzidas em alguns sítios localizados no levantamento com os seguintes objetivos: resolução de problemas locais e regionais de cronologia cerâmica; verificação da profundidade dos depósitos e a extensão dos sítios; coleta de amostras para análises químicas de solo e datações por radiocarbono. Finalmente, essa pesquisa visa estudar um sítio extenso identificado em 1994 (chamado de sítio Ideta) com o objetivo de determinar o tipo, a duração e a densidade de ocupações nesse sítio, o que fornecerá informações detalhadas, a partir de contextos arqueológicos, sobre o tamanho, duração e densidade de um assentamento de várzea Amazônica antes do contato europeu (p. 6).

Grosso modo, a ideia era testar as cronologias estabelecidas por Hilbert, o modelo de “Cultura de Floresta Tropical” (MEGGERS, 1961), as hipóteses sobre um “centro de dispersão cultural” (LATHRAP, 1970), entender os “hiatos no registro arqueológico” da região (BROCHADO, 1989; HECKENBERGER et al., 1999), bem como mapear e estudar os sítios existentes na área de confluência e interflúvio dos rios Negro e Solimões.

O primeiro modelo a ser testado foi desenvolvido pelo casal Clifford Evans e Betty Meggers, presentes na Amazônia entre as décadas de 1950 e 1980, aproximadamente. Sua

---

<sup>28</sup> Pesquisadores da Universidade de São Paulo, Universidade da Flórida e Universidade de Vermont consecutivamente.

metodologia foi aplicada a partir da corrente norte-americana do histórico-culturalismo, e do paradigma do determinismo ecológico do neoevolucionista Julian Steward, no qual defendia que a floresta tropical não fornecia condições ambientais para sustentar o sedentarismo e a complexidade das sociedades pretéritas da Amazônia (MORAES, 2006). Para eles, a ocupação do continente sul-americano teria ocorrido a partir de migrações sub-andinas que, ao chegar na floresta tropical não teriam conseguido manter seu padrão cultural, causando uma regressão dos povos indígenas devido às supostas limitações ambientais (conceito de “cultura de floresta tropical”) (MEGGERS, 1961). As análises de Evans e Meggers, a partir das premissas do determinismo ambiental e ecológico, foram entorno da seriação da cultura material evidenciada nas pesquisas, bem como a investigação do modo e local de ocupação. Com isso, concluíram que havia dois modelos distintos de assentamentos: o de terra firme e o de várzea (NOELLI, 2001).

No mesmo período, em meados da década de 1970, o arqueólogo norte-americano Donald Lathrap, sem ter realizado pesquisas na Amazônia brasileira, apenas na porção peruana, apresenta o seu modelo interpretativo da pré-história amazônica, conhecido por “modelo cardíaco” (MORAES, 2006). Tal modelo sugere que grupos agricultores ocupantes de áreas de várzea alcançariam um crescimento demográfico cuja consequência seria a expulsão de parte do grupo, levando a colonização de áreas de terra firme. A partir de então desenvolveriam um modo de vida nômade devido aos solos inférteis e ausência de peixes na dieta (devido à dinâmica dos grandes rios amazônicos). Lathrap propõe ainda que existe um padrão em que todos os sistemas agrícolas da América do Sul teriam se derivado de um sistema antigo de cultura de mandioca, centrado nas várzeas da Amazônia ou norte da América do Sul, e que o centro de desenvolvimento cultural estaria localizado nas proximidades da cidade de Manaus – AM. Este modelo contrapõe-se ao proposto pelo casal Evans e Meggers que defendiam a influência exógena (LIMA, 2008). Para Lathrap o desenvolvimento cultural na Amazônia estaria relacionado às origens das principais plantas cultivadas, sendo a mandioca uma das mais importantes. No que diz respeito à cultura material identificada nos sítios arqueológicos, acreditava que suas características convergiam para o entendimento de que o desenvolvimento cultural da região teria sido a partir das primeiras levadas migratórias para o continente americano (LATHRAP, 1970).

A formulação inicial do modelo cardíaco incluía também uma série de hipóteses [...] correlacionando o registro arqueológico da Amazônia Central ao suposto processo de diferenciação dos troncos linguísticos Tupi e Arawak nessa mesma área. Tal diferenciação estaria [...] associada ao aparecimento, por volta de 5.000 anos antes do presente, de cerâmicas policrômicas da chamada ‘sub-tradição Guarita’ da Tradução Policrômica da Amazônia Brasileira’ na Amazônia Central” (NEVES, 2000, p. 81).

Entre as décadas de 1980 e 1990, a arqueóloga norte americana Anna Roosevelt, sugere que o cultivo do milho associado a outros meios favoráveis teria condicionado o surgimento das sociedades indígenas com organização social complexa, e que teriam se desenvolvido de forma autóctone sem influência dos povos do noroeste da América do Sul, contrapondo-se, também, ao modelo de Betty Meggers (NEVES, 1999). A pesquisadora identificou outros sítios pré-cerâmicos, com datações radiocarbônicas de até 11 mil anos A.P., e também as cerâmicas mais antigas da América, com datas de 7 mil anos A.P. na região norte do Brasil (NEVES, 2006). Roosevelt, através de duras críticas ao modelo de Meggers, chama atenção para os problemas que analogias etnográficas podem criar quando populações indígenas do presente são utilizadas como espelho das populações pretéritas (ROOSEVELT, 1989).

As discussões acima elencadas suscitaram o posicionamento de inúmeros outros pesquisadores, como o etnólogo Robert Carneiro, por exemplo, que em 1995 contrapôs-se às pesquisas de Roosevelt quanto ao surgimento das sociedades complexas somente à base do cultivo do milho. Argumentou que a terra firme é propensa para o cultivo da mandioca que associada ao manejo dos recursos aquáticos disponíveis nas várzeas seria extremamente viável para o desenvolvimento de sociedades complexas. Essa teoria foi testada por Denevan, em 1996, que acabou por contestar a dicotomia várzea e terra firme, sugerindo que os dois aspectos ambientais dariam condições de densa ocupação (NEVES, 2006).

Assim, motivado por todas essas questões é que os pesquisadores coordenadores do PAC dão início às investigações. As primeiras etapas de campo ocorreram entre os meses de setembro e outubro de 1995, e julho e agosto de 1997. Essas etapas de campo resultaram na localização de 19 sítios arqueológicos, sendo que um deles, o Açutuba, foi escavado (NEVES, 2000). O recorte geográfico local para a instauração deste projeto, o município de Iranduba, foi eleito também por suas características logísticas em se tratando tanto de locomoção dos pesquisadores, quanto ao acesso aos sítios, tendo em vista a proximidade de Manaus e por ser uma área com atividades agrícolas intensas. Os levantamentos de sítios arqueológicos foram “oportunistas e assistemáticos” e contaram com o auxílio de moradores locais, profundos conhecedores da região. Sendo que os estudos priorizaram os sítios inseridos nas margens dos rios Negro e Solimões, nas áreas de interflúvio e nas bacias internas como a do Lago do Limão (NEVES, 2012). Como resultado, aproximadamente 100 sítios foram identificados, sendo que parte destes foram estudados. A metodologia aplicada para os trabalhos de campo foi desenvolvida por James Petersen no Archaeological Research Center da University of Maine, para salvamentos arqueológicos nos Estados Unidos e Caribe, e adaptada às condições amazônicas. Tal metodologia consiste no uso sistemático de diversos tipos de fichas de registro

com o intuito de padronizar e acelerar o processo de aquisição de dados em campo (NEVES, 2000, p. 16).

Fazendo uso do culturalismo histórico e das classificações cerâmicas em fases e tradições de forma mais ampla, o PAC refuta a hipótese de “cultura de floresta tropical” de Meggers quando afirma, por exemplo, que a localização dos sítios arqueológicos sobre barrancos, em áreas definidas como várzea, está em nível acima da variação anual dos rios em época de cheia, o que não pode ser considerado fator limitante para a ocupação desses ambientes (NEVES, 2012). O “modelo cardíaco” de Lathrap também não se sustentaria se levarmos em consideração que áreas distantes de grandes rios possuem evidências de ocupações mais antigas, indicando que não havia pressão demográfica nas várzeas no período sugerido. Além disso, estudos etnográficos e etnoarqueológicos mostram que é possível obter êxito em ocupar áreas de terra firme na floresta tropical (op. cit.). Os resultados preliminares dos primeiros anos de atuação do PAC remetem a uma reflexão “sobre as origens das sociedades do tipo cacicado que ocupavam a calha do Amazonas no século XVI” (NEVES, 2000, p. 86) ventilando a possibilidade de a cerâmica presente em áreas de terra preta de índio estar associada à emergência e estabelecimento dos cacicados amazônicos (op. cit. p. 87).

Em decorrência de uma das linhas investigativas proposta, referente ao refinamento da cronologia para a região de confluência dos rios Negro e Solimões, os estudos do PAC discutiram as divisões que definem as fases cerâmicas em Manacapuru, Paredão e Guarita sugerindo a existência de uma fase mais antiga que a Manacapuru, a fase Açutuba. Isto é, a descoberta de artefatos cerâmicos com uma variabilidade técnico-tipológica distinta da cultura material inerente à fase Manacapuru, definida anteriormente por Hilbert. A descoberta se deu na área do Açutuba, no município de Iranduba, Amazonas. A datação desta fase cerâmica está entre os séculos III a.C. a IV d.C., resultando no refinamento das datas anteriores da fase Manacapuru e mantendo inalterada a cronologia da fase Paredão (MORAES, 2006).

Segundo Neves (2012), o Projeto Amazônia Central adquiriu, no decorrer do seu tempo de existência, uma estrutura baseada em uma tríade: a pesquisa com sítios e coleções, a conservação dos artefatos tanto em campo quando em laboratório e a ação educativa. Os frutos das ações educativas realizadas podem ser verificados na tese de Carneiro (2009), por exemplo, embora não tenha atuado diretamente no âmbito do PAC. Além disso, participaram indiretamente da pesquisa de campo alunos da rede pública de ensino através de visitas às áreas de escavação, pesquisadores de outras instituições, tais como da EMBRAPA, e alunos de graduação e pós-graduação de universidades nacionais e internacionais, cujas dissertações e teses desenvolvidas no âmbito do referido projeto podem ser visualizadas abaixo.

**QUADRO I** – Dissertações e teses desenvolvidas a partir do PAC

AUTOR	TÍTULO	TIPO	INSTITUIÇÃO	ANO
COSTA, F.W. da S.	As indústrias líticas da área de confluência dos rios Negro e Solimões.	Dissertação	Universidade de São Paulo – USP	2002
DONATTI, P.B.	A ocupação pré-colonial da área do Lago Grande, Amazonas.	Dissertação	Universidade de São Paulo – USP	2003
LIMA, L.F.E.	Levantamento arqueológico das áreas de interflúvio na área de confluência dos rios Negro e Solimões.	Dissertação	Universidade de São Paulo – USP	2003
MACHADO, J.	Montículos artificiais na Amazônia Central: um estudo de caso do sítio Hatahara.	Dissertação	Universidade de São Paulo – USP	2005
MORAIS, C. de P.	Arqueologia na Amazônia Central vista de uma perspectiva da região do Lago do Limão.	Dissertação	Universidade de São Paulo – USP	2006
PORTOCARRERO, R. A. C.	A variabilidade espacial no sítio Osvaldo: estudo de um assentamento da Tradição Barrancóide na Amazônia Central.	Dissertação	Universidade de São Paulo – USP	2007
REBELLATO, L.	Interpretando a variabilidade cerâmica e as assinaturas químicas e físicas do solo no sítio Hatahara-AM.	Dissertação	Universidade de São Paulo – USP	2007
ARROYO-KALIM, M.	Steps toward an ecology of landscape: a geoarchaeological approach to the study of anthropogenic dark earths in the Central Amazon region, Brazil.	Tese	University of Cambridge	2008
LIMA, H. P.	História das caretas: a tradição Borda Incisa na Amazônia Central.	Tese	Universidade de São Paulo – USP	2008
CASTRO, M. W. de M.	A cronologia dos sítios Lago do Iranduba e Lagunho à luz das hipóteses da ocupação humana para a Amazônia Central.	Dissertação	Universidade de São Paulo – USP	2009
PY-DANIEL, A. R.	Arqueologia da morte no sítio Hatahara durante a fase paredão.	Dissertação	Universidade de São Paulo – USP	2009
CARNEIRO, C.G.	Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia.	Tese	Universidade de São Paulo – USP	2009
COSTA, F.W. da S.	Arqueologia das campinaranas do baixo Rio Negro: em busca dos pré-ceramistas nos areais da Amazônia Central.	Tese	Universidade de São Paulo – USP	2009
CAROMANO, C. F.	Fogo no mundo das águas: Antracologia no sítio Hatahara, Amazônia Central.	Dissertação	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	2010
CASCON, L.M.	A arqueologia na Amazônia Central pela análise de micro-vestígios botânicos.	Dissertação	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	2010
SILVA, C.A.	A dinâmica do uso da terra nos locais onde há sítios arqueológicos: o caso da comunidade Cai N'Água, Manaquiri - AM.	Dissertação	Universidade Federal do Amazonas – UFAM	2010
SCHMIDT, M.J.	Reconstructing tropical nature – prehistoric end modern anthrosols (terra preta) in the Amazon rainforest, upper Xingu river, Brazil.	Tese	University of Florida	2010
RIBEIRO, A.T.B.	Acts, practices, and the criation of place: geoarchaeology of a terra preta de índio site in Central Amazon.	Tese	University of Barkeley	2011

SILVA, F. M.	Paleoetnobotânica na Amazônia Central: um estudo dos macrovestígios vegetais de três sítios arqueológicos.	Dissertação	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	2012
TAMANAHA, E. K.	Ocupação policroma no baixo e médio rio Solimões, estado do Amazonas.	Dissertação	Universidade de São Paulo – USP	2012
COSTA, B.L.S.	Levantamento arqueológico na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã, Estado do Amazonas.	Tese	Universidade de São Paulo – USP	2012
GUIMARÃES, A.M.	Aproveitamento turístico do patrimônio arqueológico no município de Iranduba, Amazonas.	Tese	Universidade de São Paulo – USP	2012
MORAIS, C. de P.	Amazônia ano 1000: territorialidade e conflito no tempo das chefias regionais.	Tese	Universidade de São Paulo – USP	2013
CAVALINI, M.S.	As gravuras rupestres da bacia do baixo Urubu: levantamento e análise gráfica do sítio Caretas, Itacoatiara, Estado do Amazonas. Uma proposta de contextualização.	Dissertação	Universidade de São Paulo – USP	2014
LIMA, M.N.	O Rio Unini na arqueologia do baixo Rio Negro, Amazonas.	Dissertação	Universidade de São Paulo – USP	2014
BELLETTI, J.S.	Arqueologia do lago Tefé e a expansão policroma.	Dissertação	Universidade de São Paulo – USP	2015
MATOS, C.S.	Análise micromorfológica dos depósitos arqueossedimentares do sítio Conjunto Vilas, Tefé (AM).	Dissertação	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	2015
SILVA, C.A.	Área de interface ceramista pretérita: a coleção arqueológica José Alberto Neves.	Tese	Universidade Federal do Amazonas – UFAM	2016
STAMPANONI, F.B.	A maloca saracá: uma fronteira cultural no médio Amazonas pré-colonial, vista da perspectiva de uma casa.	Tese	Universidade de São Paulo – USP	2016

Fonte: Plataforma Lattes; Banco de Teses e Dissertações da USP; FAPESP, Banco de Teses e Dissertações da UFAM.

É possível dizer que um dos grandes incentivos do PAC foi a criação de um curso superior de tecnologia em arqueologia à época (meados de 2009), no município de Iranduba e ligado à Universidade do Estado do Amazonas – UEA, sendo que boa parte dos docentes haviam se especializado tecnicamente no âmbito do PAC. No entanto, o diploma de tecnólogo não forneceria aos interessados o exercício pleno da profissão (ainda não regulamentada), uma vez que segundo as portarias que normatizam as autorizações de pesquisa em arqueologia apenas os bacharéis ou pós-graduados podem obter portaria de pesquisa. No final do ano de 2012 o curso foi transformado em bacharelado, mas esse mérito já não se deve ao PAC, encerrado poucos anos antes. O curso formou 17 bacharéis, sendo que alguns deles estavam envolvidos no projeto antes mesmo do curso existir.

Para além da inserção da academia nas pesquisas de campo, outros sujeitos tiveram participação ativa e indispensável ao longo do projeto. Os comunitários do município de Iranduba e mais especificamente do Lago do Limão forneceram todo o suporte no que diz

respeito à logística fluvial da equipe, cessão de áreas para acampamentos e moradia, mão de obra para as escavações etc. Segundo Guimarães (2012), em sua tese sobre o “Aproveitamento turístico do patrimônio arqueológico no município de Iranduba, Amazonas”, realizada no âmbito do PAC, o relacionamento estabelecido entre a comunidade local e os pesquisadores, embora pouco abrangente apresentava-se de forma satisfatória, o que incentivava as ações de educação patrimonial.

***O Projeto Comida – Alimentação, manejo da terra e cultura: uma abordagem paleoetnobotânica da pré-história indígena no nordeste do Estado do Amazonas***

Iniciado em 2012, o projeto COMIDA foi idealizado pela pesquisadora Myrtle Shock, a partir de três questionamentos principais. O primeiro, voltado para a identificação de quais plantas eram utilizadas como matéria-prima “industrial” e quais eram consumidas, alcançando dessa forma, elementos da economia das populações pré-coloniais (SHOCK, 2012). O segundo, voltado para a identificação dos tipos de cultivo e manejo realizado pelas populações pretéritas como meio de acessar sua organização social, tendo em vista que espécies exógenas como o milho, por exemplo, podem fornecer indicativos dos processos culturais que fizeram com que sua utilização fosse adotada. O terceiro questionamento está associado ao processo de modificação da paisagem a partir do manejo e da extração de recursos administrados pelas populações pré-coloniais, entendendo que tais modificações implicam em modelos econômicos associados aos tipos de recursos e às atividades humanas (Op. cit.). O recorte geográfico para a atuação do projeto engloba os municípios de Iranduba (amplamente investigado no âmbito do PAC), Manacapuru e Presidente Figueiredo. Assim, o COMIDA tem como objetivo geral

“Documentar a preservação, presença, utilização e manejo de recursos vegetais no nordeste do Amazonas pelos povos pré-históricos indígenas dos séculos V a XII através de uma abordagem paleoetnobotânica do registro arqueológico analisando três sítios com *terra preta de índio* e que definirá mudanças no meio ambiente provocadas pelos habitantes” (SHOCK, 2012, grifo do autor).

A proposta inicial era de que o projeto tivesse duração de dois anos, mas esse prazo foi extrapolado e as investigações continuam. Os primeiros levantamentos realizados em campo, no município de Presidente Figueiredo partiram, inicialmente, de levantamentos bibliográficos sobre pesquisas que haviam sido realizadas na região, sendo que a continuidade se deu a partir do conhecimento das populações locais, que contribuíram de forma efetiva na identificação de sítios arqueológicos (SHOCK, 2015). Em se tratando das pesquisas realizadas nos municípios



de Iranduba e Manacapuru, estas partiram de análises prévias em parte do material (sedimentos) coletado em sítios arqueológicos da região, no âmbito do PAC, para além dos levantamentos bibliográficos. Os resultados dessas análises direcionaram os sítios com maior potencial para escavação. A escolha dos sítios para investigação está associada ao grau de preservação da área, ou seja, contextos menos remexidos, sem incidência de máquinas pesadas, agricultura intensiva, ou implantação de comunidades, como por exemplo, o caso da Comunidade do Rio Pardo, em Presidente Figueiredo, que está sobre o sítio arqueológico homônimo, são áreas potenciais para a pesquisa (SHOCK, 2015).

Para além dos objetivos voltados à investigação arqueológica, foram utilizados materiais didáticos produzidos no âmbito do projeto de extensão denominado “História e Conhecimentos Tradicionais dos Povos da Amazônia”<sup>29</sup>, também de coordenação da Doutora Shock, como meios de “socialização” do conhecimento para acompanhar as atividades em campo. Folders, banners, cartilhas e um jogo da memória integraram o material didático, cujo conteúdo pairou sobre arqueologia, o trabalho do arqueólogo, os povos indígenas no Amazonas, peças etnográficas, medicina e plantas tradicionais etc.

Dentre os resultados já obtidos com o período de dois anos de pesquisa está a criação de uma coleção de referência de material vegetal carbonizado para que possa ser utilizada na comparação com o material coletado em sítios arqueológicos. Isto porque, esse tipo de análise comparativa é indispensável para materiais vegetais. Shock (2015) afirma que esse tipo de banco de dados não está disponível na literatura amazônica, tornando a coleção de referência criada ainda mais importante.

A identificação de milho e castanha nos sítios pesquisados é outro resultado que merece destaque. O primeiro, identificado em um sítio no município de Tefé/AM, prova que houve manejo dessa espécie por populações pré-coloniais na região amazônica, tendo em vista que o mesmo não se reproduz sozinho. Datações tanto do contexto quanto das cerâmicas associadas ao vegetal ainda estão em processo de execução. A segunda, mais popular entre os sítios, e cuja dispersão mais comum é através de espécies como a cutia, foi identificada em cinco sítios arqueológicos e pode demonstrar um histórico de sua utilização por grupos humanos pretéritos (SHOCK, 2015).

---

<sup>29</sup> Este projeto teve como foco a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia dos anos de 2012, 2013 e 2014 e teve como objetivos distribuir recursos pedagógicos de divulgação científica a partir de temas do Museu Amazônico, envolver e sensibilizar alunos do ensino fundamental e médio a partir de atividades pedagógicas e uma exposição no Museu Amazônico (SHOCK, 2015, p. 78).

No que tange as atividades voltadas para o projeto de extensão associado ao COMIDA, ao longo dos três anos de atuação, mais de dez mil alunos foram envolvidos. As discussões foram muito profícuas, principalmente em zonas rurais, tendo em vista que boa parte dos alunos já conheciam áreas de sítios e vestígios arqueológicos, tais como cerâmicas e terra preta de índio, embora não utilizassem tais classificações científicas. Dentre os municípios focais do projeto COMIDA, apenas em Iranduba não houve atividade. No ano de 2014 participei de uma das etapas no município de Manacapuru, e em 2015 ocorreram ações pontuais em algumas comunidades do município de Presidente Figueiredo, durante as escavações arqueológicas.

## CAPÍTULO II – A EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA MULTISSITUADA

Assim como em qualquer outra área do conhecimento, o fazer arqueológico está intrinsecamente ligado às correntes teóricas que regem a arqueologia. Pois, segundo Funari (1998, p. 14 apud REIS, 2003, p. 13), “não há prática arqueológica sem fundo teórico”.

Diversas são as teorias que foram desenvolvidas, todas fora do Brasil, desde o surgimento da arqueologia, sendo que a escolha do pesquisador por uma ou outra corrente vai definir, até certo ponto, o tipo de metodologia aplicada na prática arqueológica. De acordo com Robrahn-González (1999/2000) é possível perceber uma tendência a considerar a continuidade da construção das escolas teóricas, na medida em que uma não elimina a outra e sim se complementam, o que contribui para o trânsito livre do pesquisador em uma ou outra corrente.

O período que vai de 1840 a 1914 é decisivo na formação não só dos modelos teóricos para a arqueologia, como também na sua definição formal enquanto disciplina. Isto porque, segundo Robrahn-González (1999/2000, p. 17),

Deu-se início à era das descrições e classificações criteriosas, ao desenvolvimento da tipologia, ao mapeamento geográfico dos achados, bem como à realização de grande quantidade de pesquisas de campo. No início do século XX a arqueologia começou a ser lecionada em universidades, dando treinamento a novos profissionais.

São três os principais modelos teóricos para a arqueologia: histórico-cultural, processual ou *new archaeology* e pós-processual ou “arqueologias interpretativas” (SHANKS e TILLEY, 1987; 1989; HODDER, 1985 apud ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999/2000; FUNARI, 2004). De acordo com Funari (2004/2005) o modelo histórico-cultural possui origens históricas e surgiu no contexto da busca das origens pré-históricas dos povos europeus. Um dos expoentes foi Vere Gordon Childe que desenvolveu o conceito de cultura arqueológica (op. cit. p. 1) e estudos voltados tanto para a distribuição verticalizada dos artefatos arqueológicos, correspondente à cronologia (associada às camadas estratigráficas), quanto para a horizontal relacionada à distribuição espacial dos artefatos (ROBRAHN-GONZALÉZ, 1999/2000). Esse modelo parte do pressuposto que as tradições são repassadas por gerações a partir de uma cultura imutável, possibilitando assim, uma analogia direta quanto aos antepassados dos povos objetos de estudo. “Esta [tradição] seria um conjunto de artefatos semelhantes, de determinada época, e que representaria, portanto, um povo, com uma cultura definida e que ocupava um território demarcado” (FUNARI, 2004/2005, p. 1). Este modelo criou a seriação como principal ferramenta metodológica para ordenar os artefatos por meio da presença ou ausência de determinados atributos, a fim de estabelecer padrões culturais, resultando em inúmeras

publicações sobre classificação dos vestígios arqueológicos (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999/2000).

Tanto o método de seriação quanto a tipologia de artefatos, as classificações culturais e a perspectiva histórica direta tinham um objetivo comum: **a elaboração de sínteses regionais, que procuravam ordenar os dados arqueológicos de uma determinada área em uma perspectiva temporal e espacial** (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999/2000, p. 18, grifo nosso).

Como contraponto ao modelo de tradição histórica surge, na década de 1960, o paradigma denominado de Arqueologia Processual ou *New Archaeology*, a partir da arqueologia de tradição antropológica norte-americana, tendo Lewis Binford como precursor (FUNARI, 2004; TRIGGER, 2004). Robrahn-González (1999/2000) define como conceitos básicos para esta escola a formulação de hipóteses a serem testadas e o direcionamento das pesquisas às questões específicas a serem respondidas; a utilização de teorias para explicar o passado humano em contraponto às descrições; a utilização de análises sobre os processos culturais, incluindo os sistemas sociais e econômicos; a utilização de metodologias controladas para a obtenção dos artefatos, incluindo métodos estatísticos. É a partir das discussões e dos trabalhos desenvolvidos neste contexto que surgem novas perspectivas de análise para a arqueologia, como por exemplo, a etnoarqueologia, que possibilita desenvolver pesquisas junto às comunidades vivas e, conseqüentemente, o uso de analogias. Este modelo buscou trazer mais cientificidade para a disciplina na medida em que apresenta uma arqueologia explicativa com pressupostos objetivos e análises processuais do desenvolvimento humano (op. cit.).

O terceiro paradigma, denominado por arqueologia pós-processual ou interpretativa, contextual, surgido a partir da década de 1970 num contexto pós-moderno, e após um processo de reconstrução da disciplina, caracteriza-se por uma visão relativista do passado e pela interpretação de que este passado é socialmente construído (HODDER, 1987). Segundo Robrahn-González (1999/2000), este período pode ser caracterizado pela variedade nas possibilidades de análises para compreender além do passado, mas também o seu uso político no presente, e na abertura de caminhos para o surgimento de novas vertentes teóricas, como a arqueologia pública, arqueologia colaborativa, arqueologia crítica etc.

Até a década de 1980 o fazer arqueológico estava restrito à academia ou às instituições com atribuições de ensino e pesquisa. Após esse período surge um novo campo, a arqueologia preventiva ou arqueologia de contrato e com ela, normativas que traçam as diretrizes para a realização de pesquisas neste contexto (ver Capítulo I). Dentre as diretrizes estabelecidas há a cobrança da socialização do conhecimento produzido e a divulgação do patrimônio arqueológico, que passa a ser realizada por meio de ações ou programa de Educação Patrimonial

(ver nota 22), acreditando que por meio do estímulo da observação e apropriação do patrimônio cultural seja possível despertar nos sujeitos o sentimento de pertença (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999). Para além das inúmeras discussões em relação a utilização de modelos teóricos nas pesquisas de arqueologia de contrato, a execução de atividades de educação patrimonial passa a ser uma necessidade para estas pesquisas, sendo dispensável para àquelas acadêmicas. Neste sentido, no que tange a educação patrimonial, Carneiro (2009) parte do pressuposto que as relações devem ser estabelecidas horizontalmente, “de premissas democráticas e que preveem a transformação da realidade social ou que redundem em benefício coletivo” (BRANDÃO, 1999, p. 40 apud CARNEIRO, 2009).

Em se tratando do fazer arqueológico nos projetos de pesquisa alvos da dissertação em tela, o PAC e o COMIDA, não é possível afirmar a utilização de um único modelo teórico com metodologia específica, mas ambos lançam mão de metodologias concernentes aos três modelos teóricos acima elencados. Embora os coordenadores destes projetos possuam uma formação de base distinta, Dr. Eduardo Neves é historiador e Dra. Myrtle Shock é antropóloga, ambos possuem pós-graduação em universidades norte-americanas, de tradição da arqueologia da antropologia, e trabalham juntos desde a chegada da pesquisadora ao Brasil, sendo que esta também participou de inúmeras etapas de campo do PAC. Neves (1999), especificamente, considera que o objetivo básico da arqueologia brasileira é contribuir para a construção da história indígena.

## PARTE I: O PAC e o Lago do Limão

### *Localização e contexto socioeconômico*

O aglomerado rural isolado<sup>30</sup> denominado Lago do Limão é definido como um distrito do município de Iranduba (região metropolitana de Manaus). Sua origem remonta à ocupação do território hoje definido como Iranduba, a partir da década de 1960, com a implantação da Zona Franca de Manaus e do Distrito Industrial. A ocupação recente da região está atrelada a

---

<sup>30</sup> Conforme classificação do IBGE. Aglomerado rural isolado: “localidade situada em área não definida legalmente como urbana e caracterizada por um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis e dispostos ao longo de uma via de comunicação” (LOPES, 2010, p. 16).

abertura da via que liga a comunidade à rodovia Manoel Urbano (AM-070), na década de 1970, favorecendo a aglomeração, antes dispersa às margens do lago, no entorno da capela, com expansão ao norte (LOPES, 2010). O acesso à comunidade é possível por via terrestre, através da Rodovia Manoel Urbano e por via fluvial.



**Figura 02:** Mapa de localização da comunidade do Lago do Limão.  
Crédito: Nilton Costa de Almeida.

Segundo Lopes (2010), a população do lago é estimada em dois mil habitantes, na maioria dos casos, advindos de outros locais, tanto do Amazonas, quanto de outros estados. A economia da comunidade é baseada na agricultura de subsistência, na pesca e nos produtos da mandioca (op. cit. p. 49). Além disso, existem alguns pequenos comércios familiares, além de serviço de moto-táxi. A infraestrutura é restrita a uma escola e um posto médico, que contribuem com a geração de empregos por meio do funcionalismo público. As ruas asfaltadas são apenas as principais, e há rede elétrica que abastece de energia a comunidade. Segundo Moraes (2006):

A população mantém práticas tradicionais como a pesca de arco e flecha, a agricultura de *coivara* (corte e queima de vegetação arbórea para execução do plantio) e o processo de produção dos derivados de mandioca, que se realiza nas casas de farinha, onde se pode encontrar artefatos de ascendência indígena, como o *tipiti* – um recipiente alargado de palha trançada onde se coloca a mandioca ralada para prensá-la e retirar seu suco. Também há evidências de cerâmica cabocla histórica e se sabe que antes da década de 1980 se consumia *epadu*, a coca amazônica, a qual foi erradicada pela polícia federal.

De acordo com os moradores mais antigos a nomenclatura da comunidade está associada a um antigo, e único, limoeiro existente na margem do lago, em uma feitoria responsável pela salga do pirarucu. O lago é um tributário da margem direita do rio Ariaú, e possui forma mais próxima de um igarapé; a vegetação das margens do lago é formada, de modo geral, por capoeiras de tamanhos distintos (NEVES, 2000).

### ***Contextualização das pesquisas arqueológicas no Lago do Limão***

Embora as pesquisas arqueológicas no Amazonas tenham tido início, mesmo que de forma incipiente, no final da década de 1950, as pesquisas arqueológicas na área de confluência dos rios Negro e Solimões, mais especificamente no município de Iranduba, local onde está inserido o Lago do Limão, tiveram início apenas na década de 1990 a partir do Projeto Amazônia Central, conforme explanado no capítulo anterior.

Diversos foram os pesquisadores e alunos, à época, que participaram do projeto ao longo dos quase 20 anos de atuação, com etapas de campo ocorridas de dois em dois anos, iniciadas em 1995, até a última etapa no ano de 2007, que contou com aproximadamente 40 pessoas, segundo informação oral do Dr. Carlos Augusto da Silva. Mas poucos foram os que se detiveram ao contexto arqueológico do Lago do Limão em específico para compor suas dissertações e ou teses, como por exemplo, Claide Moraes, Ricardo Chirinos Portocarrero e Adriana Meinking Guimarães, todos orientados pelo professor Dr. Eduardo Neves (um dos coordenadores do projeto).

Nas primeiras etapas da pesquisa, ocorridas entre 1995 e 1997, 19 sítios arqueológicos foram identificados (NEVES, 2000; LIMA, 2003), sendo dois deles no território hoje definido como Lago do Limão, a saber: sítio Osvaldo e sítio Lago do Limão (na sede da comunidade).

O sítio Osvaldo está localizado na margem sul do lago, oposto à comunidade e foi localizado em agosto de 1997. Foi selecionado para pesquisa em 1999, pois está localizado próximo a um curso d'água (um lago e não um rio), num contexto de recurso hídrico diferente de outros dois grandes sítios, o Açutuba às margens do rio Negro, e o Hatahara em um topo próximo à várzea do Solimões (NEVES, 2000), despertando nos arqueólogos à época o interesse em entender melhor os processos de ocupação que ocorreram nessas três áreas distintas. A extensão do sítio foi delimitada por meio de tradagens e sondagens, e o material arqueológico identificado foi a terra preta de índio e artefatos cerâmicos pretéritos associados a apenas uma fase cerâmica, a Manacapuru. Alguns carvões foram coletados das escavações e

as datações apontam para uma ocupação intensa durante os séculos VII e VIII, caracterizada por uma aldeia circular<sup>31</sup> ao redor de um pátio central (op. cit.). A cerâmica arqueológica coletada subsidiou a dissertação do pesquisador Ricardo Portocarrero (2006).

Nos anos seguintes, já no início da década de 2000, outras etapas de campo foram desenvolvidas, e os sítios arqueológicos do Lago do Limão, objeto do projeto de mestrado do pesquisador Claide Moraes, voltaram a ser identificados. Com o auxílio de moradores da comunidade, o pesquisador localizou outros 15 sítios arqueológicos no Lago a partir de um levantamento oportunístico<sup>32</sup>, ou seja, a partir da informação oral dos comunitários, associado à identificação de vestígios materiais pretéritos em superfície, e indicadores paisagísticos nas áreas informadas pelos moradores, numa interpretação dos “ecofatos” e “biofatos” (FUNARI, 2003). A estratégia utilizada com os moradores foi perguntar se eles sabiam onde tinha terra preta, uma vez que quase todos são agricultores e já identificaram esse tipo de solo em algum momento. E, para a geoarqueologia, a terra preta é considerada um vestígio arqueológico, pois é um solo criado pelo homem do passado (KERN et al., 2009).

O interesse em executar o levantamento de sítios arqueológicos no lago se deu a partir dos resultados preliminares da escavação no sítio Osvaldo que mostraram que este sítio estaria associado a apenas uma fase cerâmica, a Manacapuru, portanto, um sítio unicomponencial, com datação entre os séculos VII e VIII (PORTOCARRERO, 2006). Como esses resultados colocavam a área fora dos padrões de sítios multicomponenciais identificados até o momento com a pesquisa realizada pelo PAC, a hipótese sobre a possibilidade de um território Manacapuru no Lago do Limão foi levantada e testada (MORAES, 2006, p. 184). Assim, o objetivo do levantamento realizado por Moraes era “entender o processo de ocupação pré-colonial das áreas de entorno do Lago do Limão” (op. cit., p. 184).

De acordo com Moraes (2006) os resultados de sua pesquisa corroboraram com a hipótese de uma densa ocupação da região em período pré-colonial, mas por populações

---

<sup>31</sup> As aldeias circulares são descritas em etnografias do Brasil Central e do alto Xingu (HECKENBERGER, 1998), bem como na arqueologia do Caribe (NEVES, 2000). A possibilidade de se identificar uma aldeia com essa organização, segundo Neves (2000), poderia corroborar com a hipótese de ocupação da área em período pré-colonial de grupos étnicos falantes da língua Arawak: “Há trinta anos, Lathrap (1970) propôs a correlação entre cerâmicas ‘Borda Incisa – Barrancóides’ [caso da fase Manacapuru], e antigos falantes de línguas da família Arawak no alto Amazonas. No Caribe insular, por outro lado, Petersen (1996) identificou que as primeiras ocupações Saladóides, associadas aos ancestrais dos grupos Taino, falantes de línguas Arawak, que ocupavam parte do arquipélago no final do século XV, eram caracterizadas por aldeias circulares” (NEVES, 2000, p. 36). A relevância da apresentação das hipóteses levantadas à época consiste em mapear os efeitos que as descobertas acadêmicas causaram na comunidade palco das pesquisas.

<sup>32</sup> O levantamento oportunístico ou assistemático (SANTOS, 2001; BROCHIER, 2004) trata-se da coleta de informações orais fornecidas por moradores locais acerca de vestígios arqueológicos percebidos nas áreas em que se pretende estudar; além do caminhamento em áreas definidas como potenciais para sítios arqueológicos observando a superfície. É um tipo de levantamento que não considera parâmetro estatístico (SANTOS, 2001).



distintas, ou seja, a hipótese inicial do sítio Osvaldo ser unicomponencial não foi comprovada. Logo, o registro arqueológico do sítio revelou que na mesma área houve uma ocupação de populações fabricantes de três tipos diferentes de cerâmica que se enquadravam nas filiações culturais definidas pela arqueologia como: Manacapuru, Paredão e Guarita. Assim como, em comparação com os modelos de ocupação para Amazônia conhecidos, cujo teste fez parte dos objetivos do PAC, seus resultados refutam, grosso modo, as distintas hipóteses de ocupação<sup>33</sup> propostas por Meggers (1961), Roosevelt (1989), incluindo a de Lathrap (1970, p. 187).



**Figura 03:** Sítios arqueológicos no Lago do Limão.  
Fonte: Adaptado de Google Earth.

**QUADRO II – Sítios identificados no Lago do Limão e afiliação cultural**

Sítios identificados no Lago do Limão	Afiliação cultural
Osvaldo	Manacapuru
Lago do Limão	Açutuba, Manacapuru, Paredão e Guarita
Campo do São Jorge	Paredão e possivelmente Manacapuru
Cinco Unidos	Paredão e Guarita
Cinco Unidos II	Paredão e Guarita
Furo do Açacu	Paredão e Guarita
Evandro	Não identificada
Macumbeiro	Não identificada
Ponta do Gueguidem	Não identificada
Gueguidem II	Não identificada
Furo do Avô Chico	Lítico
Antônio Galo	Paredão e Guarita

<sup>33</sup> As hipóteses apresentadas por Betty Meggers, Anna Roosevelt e Donald Lathrap para os modelos de ocupação da região estão discutidas no Capítulo I.

Pilão	Paredão
Caiarara	Não identificada
Dona Rosa	Guarita e Paredão
Vó Dite	Manacapuru, Paredão e Guarita
Jacuraru	Não informado

Fonte: MORAES, 2006; PORTOCARRERO, 2006.

Em meados de 2005, e em concomitância ao Projeto Amazônia Central houve o Programa de Levantamento e Salvamento Arqueológico do Gasoduto Coari-Manaus/AM, realizado no âmbito da arqueologia preventiva e também com coordenação do Dr. Eduardo Neves. A equipe deste projeto também foi composta pelos colaboradores e alunos do PAC, envolvendo ainda alguns comunitários que já estavam atuando no projeto. Foi no âmbito do projeto para o gasoduto que houve, então, um Programa de Educação Patrimonial, previsto na legislação da arqueologia preventiva<sup>34</sup>, e que foi coordenado por Carla Gibertoni, dentro de uma proposta macro que correspondia aos estudos da sua tese de doutoramento à época. Um dos resultados de seu trabalho foi a criação de um guia temático cujo intuito foi que a “publicação fosse o reflexo real dos interesses, necessidade e anseios dos vários sujeitos envolvidos nesse processo” (CARNEIRO, 2009, p. 246). Embora o programa estivesse vinculado a uma pesquisa de arqueologia preventiva, a do gasoduto, o mesmo foi estendido e implantado no âmbito do PAC também. Dentre as atividades desenvolvidas com os denominados agentes multiplicadores (professores) estavam previstas discussões teóricas e visitas aos sítios arqueológicos. A única escola existente no Lago do Limão foi uma das participantes das atividades.

Ainda no âmbito do projeto de arqueologia voltado para o gasoduto Coari-Manaus foi pensada e planejada a implantação de um Centro de Arqueologia dos Biomas da Amazônia – CABA –, tendo em vista que, até o momento, não havia uma instituição de guarda e gerenciamentos de acervos arqueológicos dentro do Estado do Amazonas, nem tampouco uma “instituição museológica capacitada para congregar a realização das pesquisas arqueológicas realizadas na Amazônia Central, bem como o desenvolvimento das ações de salvaguarda e comunicação do patrimônio arqueológico regional” (CARNEIRO, 2009, p. 275). O Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, a Universidade do Estado do Amazonas e a Petrobrás eram as instituições envolvidas no projeto do CABA, de autoria do Dr. Eduardo Neves. A justificativa para a criação do centro com o apoio da Petrobrás estava relacionada aos anos de atuação da empresa no Estado, que impactaram inúmeros sítios arqueológicos e resultaram em um passivo da cultura material pretérita armazenada em instituições museológicas e de guarda

<sup>34</sup> Portaria IPHAN nº 230/2002 em vigor até o dia 24/03/2015.

fora do Amazonas, situação longe de ser a ideal. O CABA seria implantado no Lago do Limão, em Iranduba, o que despertou mais expectativas nos comunitários quanto às possibilidades de futuro próspero para os envolvidos direta e indiretamente com a arqueologia.

Para além das inúmeras produções científicas produzidas, a exemplo das dissertações e teses (conf. quadro I) no decorrer do projeto, um dos pontos máximo da atuação do PAC foi a criação do curso superior em Arqueologia, inicialmente um curso de tecnólogo, que depois, a duras penas, foi transformado em bacharelado, mas que não contou com a contribuição do PAC para a transição. O curso foi modular e ocorreu na sede do município de Iranduba, entre os anos de 2009 e 2013. Um dos sítios escavados pelos alunos da graduação na disciplina de “Técnicas de campo I”, foi o Antônio Galo, no Lago do Limão.

### ***Os sujeitos e os discursos recortados***

Para o entendimento acerca dos processos e relações que foram estabelecidas para a implantação e manutenção do Projeto Amazônia Central no Lago do Limão, assim como os resultados de suas ações na comunidade, houve a necessidade de coletar o relato de pesquisadores e comunitários participantes de etapas de campo que ocorreram. Para a seleção dos sujeitos que teriam suas vozes visibilizadas nesta pesquisa, no que tange a escolha dos pesquisadores, optamos por alguém que tivesse participado de alguma das primeiras etapas do projeto, como o Dr. Carlos Augusto da Silva. Outro critério foi uma pessoa da região que tivesse participado de etapas de campo e que tenha sido motivada por essas experiências para formação acadêmica em arqueologia, como a Ma. Elaine Wanderley. A formação acadêmica de cada um dos sujeitos selecionados será apresentada para que possamos, mais a frente, pensar acerca das possíveis influências que as instituições nas quais se graduaram refletiram na conduta dos pesquisadores junto às comunidades envolvidas. O que não significa, certamente, que todos os pesquisadores tenham o mesmo comportamento só por ser aluno de uma determinada instituição. Em relação aos comunitários, fizemos um levantamento de algumas pessoas que foram envolvidas diretamente nas pesquisas realizadas e nos desdobramentos da pesquisa, como o projeto do gasoduto, por exemplo, e que, de acordo com suas próprias interpretações, tiveram suas vidas transformadas pela arqueologia. Veremos, por ordem cronológica de início da participação no projeto, o que dizem os senhores Hermenegildo Gomes da Silva, Cláudio Roberto Pinto Cunha, e Edimar da Silva Alves.

Como não é possível utilizar integralmente todas as conversas realizadas entre os interlocutores e eu nas etapas de campo, trechos das falas dos sujeitos foram recortados, a fim de ilustrar a temática abordada, e observando o sentido em que as falas foram proferidas. Ressalto que houve um esforço de minha parte em enviar aos colaboradores os fragmentos de suas falas selecionadas, transcritas e contextualizadas no texto que construí, para que revisassem e se posicionassem quanto a utilização nesta etnografia. Com exceção do senhor Hermenegildo, por não ter havido tempo hábil uma vez que transita entre a sede da comunidade e seus terrenos/roças fora da sede. Dessa forma, assumo a responsabilidade por sua fala, e afirmo que foram utilizadas no contexto em que foram proferidas, mantendo de forma fidedigna o sentido em que tinham no discurso.

No que tange ao Projeto Amazônia Central, todas as situações e observações aqui descritas são construções posteriores ao período de atuação do projeto, uma vez que a última etapa oficial de campo ocorreu no ano de 2007, sendo que o projeto ainda permaneceu até 2011.

### *Os sujeitos pesquisadores*

Carlos Augusto da Silva, o professor “Tijolo” como é conhecido (e prefere ser assim chamado), é amazonense, bacharel em ciências sociais, mestre em “Ciência do ambiente e sustentabilidade na Amazônia”, e doutor em “Sociedade e cultura na Amazônia”. Tanto a graduação quanto as pós-graduações foram realizadas pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), sendo que tanto o mestrado, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPG/CASA), quanto o doutorado, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), foram orientados pelo Dr. Eduardo Góes Neves, arqueólogo e pesquisador colaborador dos dois programas de pós-graduação.

Professor Tijolo nos conta que começou na arqueologia a partir do convite de um amigo para participar do Museu Amazônico<sup>35</sup>, cuja divisão de arqueologia já existia no papel mas não de fato. Tendo sido o primeiro diretor da divisão a partir de uma portaria de nomeação em 1997. Segundo ele, tinha poucas leituras sobre os assuntos relacionados à arqueologia, apenas

---

<sup>35</sup> O Museu Amazônico, localizado no centro histórico de Manaus, foi criado em 1975, porém, só foi implementado em 1989 e inaugurado dois anos depois, em 1991. Faz parte da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e, além do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, o qual essa dissertação está vinculada, possui ainda o Laboratório e Reserva Técnica de Arqueologia, localizados dentro do campus da Universidade (Fonte: <http://www.ufam.edu.br/2013-02-03-08-07-17/museu-amazonico>).

algumas menções superficiais durante sua graduação em ciências sociais. Ainda em 1997 teve a oportunidade de participar de um curso de formação de arqueólogos oferecido pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, com uma equipe multidisciplinar, com a participação dos arqueólogos Michael Heckenberger, à época professor visitante do Museu Nacional, e Edith Pereira, do Museu Paraense Emílio Goeldi, como coordenadora do curso. Foi durante esse curso que participou, pela primeira vez, de um campo de arqueologia. No ano seguinte, em 1998, participou de um evento do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (*International Council of Monuments and Sites*), no qual conheceu o arqueólogo Eduardo Neves, pois este era um palestrante do evento. A partir de então, segundo o professor Tijolo, foi firmada a parceria entre ambos os pesquisadores e as respectivas instituições as quais pertencem.

No que tange ao Projeto Amazônia Central, e seus desdobramentos, como é o caso do projeto do gasoduto (GASCOMA)<sup>36</sup>, sua participação se dá ao longo de uma década, desde 1998 até 2008, cooperando não só com o projeto, mas também na parceria entre instituições. Atualmente<sup>37</sup>, de acordo com a sua nomeação, o professor Tijolo atua como colaborador do Museu Amazônico, estando locado em outro setor, mas de fato é o diretor do setor de arqueologia do laboratório da UFAM. Além disso, está envolvido com atividades de docência para o curso de bacharelado em arqueologia, oferecido pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Embora não tenha participado das primeiras etapas de campo ocorridas até o ano de seu ingresso no projeto, 1999, no que tange a presença dos pesquisadores no Lago do Limão, o professor afirma que houve uma negociação prévia com a comunidade para a entrada em campo por parte da equipe de arqueologia, logo no início do PAC:

A etapa de campo vai ser em julho, aí é primeiro de julho. Aí hoje o Eduardo já estava em Manaus pra ir em campo e dizer: olha vai chegar uma equipe assim assim assim... Ele ia fazer toda a logística, conseguir casa, conseguir o pessoal para fazer comida, alugar casa, e ver... Era ele que estava na frente então o pessoal estava sabendo sim que ia chegar uma gente pra trabalhar. E pra explicar o que ia fazer. Então o Eduardo tinha esse cuidado de sempre que ir... E é questão de todos os projetos. O projeto o cara tem que fazer um pré-teste. O quê que é o pré-teste? É dizer: olha, eu estou fazendo isso na comunidade (trabalho). Você aceita na sua comunidade? Se disser não, não aceito eu não venho pra cá. Se aceitar eu venho. Então tinha um pré-teste de toda a realidade e execução do projeto no ambiente da comunidade.

Em se tratando da negociação para a entrada em campo, Jacques Derrida (2003) trata da relação de “hospitalidade” que é estabelecida entre o pesquisador e seu interlocutor, no

---

<sup>36</sup> Tijolo atuou neste projeto como coordenador de toda a etapa de campo na faixa do gasoduto entre os anos de 2005 a 2008.

<sup>37</sup> Ano de referência desta pesquisa de mestrado.

momento do campo, sob a ótica de um tipo de “desconstrução do método” de abordagem, ou seja, no comprometimento por parte do pesquisador em pensar os limites e as questões de sua abordagem, assim como a anulação de oposições como discurso e prática, cientista e comunitário. Segundo Derrida (op. cit.), a lei da hospitalidade é incondicional e ilimitada na medida em que oferece um lar ao outro, ao estrangeiro, sem solicitar algo em troca. No entanto, pelo caráter de acolhida à uma visita inesperada, a hospitalidade em si gera uma tensão.

Nesse contexto, é preciso que o pesquisador esteja atento para involuntariamente não potencializar a relação de estrangeirismo, ou que a comunidade o tome como um forasteiro que esteja interessado em adquirir ou absorver algo do local que os próprios comunitários desconheciam haver. Como bem explicita o Dr. Tijolo que no âmbito do PAC, o Dr. Eduardo Neves teve a preocupação de fazer o “pré-teste” junto à comunidade buscando estabelecer a negociação da entrada em campo. Nota-se que houve um esforço para que não ocorresse no Lago do Limão o que até certo ponto ocorre em algumas regiões, que é a relação hierárquica entre colonizador (pesquisador) e seus colonizados (interlocutores). Ao mesmo tempo em que certa autoridade etnográfica é imposta por valores e posturas etnocêntricas. É necessário aqui um adendo: a hierarquização nas relações não está restrita aos pesquisadores investidos em sua postura científica. Há que estar atento para as nuances das relações, pois, as hierarquizações ocorrem também entre sujeitos da mesma categoria. Assim como na academia existem pesquisadores colonizados, nas comunidades existem comunitários colonizadores.

A relevância de uma negociação que antecede a chegada de pesquisadores em campo pode, por certo, colaborar nos entendimentos equivocados da *práxis* e da teoria arqueológicas para ambos os sujeitos relacionados. No entanto, vale notar que o discurso do Dr. Tijolo, não situa muito bem em que etapa da pesquisa houve a negociação acima narrada. Isto porque, embora os pesquisadores tenham se estabelecido no Lago do Limão somente em 1999, com o aluguel de casas e barcos, os arqueólogos estavam atuando na região desde, no mínimo, 1997, quando da identificação dos sítios Osvaldo e Lago do Limão (NEVES, 2000; MORAES, 2006)<sup>38</sup>. Fato é, que a permanência dos pesquisadores na comunidade gerou demandas de trabalhos específicos que beneficiou direta e indiretamente muitos comunitários; como por exemplo, a formação de técnicos em arqueologia.

Em paralelo às negociações para a realização dos trabalhos de campo, ações continuadas de difusão do conhecimento produzido no âmbito dos projetos podem levar os

---

<sup>38</sup> Como a tentativa de contato com algum dos pesquisadores que participaram das primeiras etapas de campo não foi bem-sucedida, não é possível verificar com precisão se houve, como foi e qual teria sido o tipo de negociação de campo. De todo modo, suspeito que deve ter sido semelhante aos relatos do professor Tijolo.

resultados para além dos muros da academia, favorecendo ambos os sujeitos da relação. Afinal, fatos dessa ordem contribuem não só para o entendimento da comunidade em relação às atividades que ali estavam sendo desenvolvidas, como também para a construção de valores de pertencimento junto ao patrimônio arqueológico, porque quase toda a totalidade dos moradores não associava a cultura material que aflorava no solo à população indígena do passado. Nesse sentido, o Dr. Tijolo nos conta que decidiram fazer reuniões com a comunidade no final das tardes para explicar os objetivos do projeto:

Porque o Lago do Limão, a estrada não estava (sic) asfaltada ainda, era estrada de barro então era difícil o acesso. Então as pessoas que chegavam lá eram os alunos do Eduardo, vindo da USP, do Rio de Janeiro, vindo da Itália, vindo de França, vindo da Inglaterra e Estados Unidos. Então aquelas pessoas estranhas, tudo bem vestido falando uma língua diferente e isso complicava o meio social na comunidade. Aí uma sugestão era no final de tarde reunir no centro social e discutir exatamente o que é o trabalho. Aí como na época não tinha data show, não tinha energia, não tinha nada, a gente veio a Manaus, na época tinha todo um problema de logística, era difícil chegar em Manaus, tinha que esperar a balsa, a balsa era duas horas, três horas de viagem, então era um dia todo. Nós viemos a Manaus, fizemos a impressão de material para mostrar o quê que era o trabalho do Eduardo. Porque o material arqueológico na roça ele está disperso e o pessoal conhece ou como ‘caco de beiju’ ou ‘pedaço de panela de barro de índio’. Ou conhece lítico como ‘pedra de corisco’ e acha que veio do céu ou de alguma parte, e não entende como cultura material. Ele começou a mostrar exatamente aquela realidade.

[...]

E logo nas primeiras reuniões eu senti assim. Não tem nada a ver chegar logo assim: ‘eu sou arqueóloga’, mas em que? ‘Eu estou aqui trabalhando pra tentar buscar subsídio para o nosso trabalho pra entender’... Aí sim. Não adianta ‘eu médico’, mas de que? Então o Eduardo dizia eu sou professor da USP. Aí, mestre (eu chamo-o de mestre), mestre isso não adianta, o pessoal não vai entender. Entendeu? Professor, você é professor lá. Aqui o senhor é um simples operário de arqueologia, só, entendeu? (...). Então ora, o cara que vem com um panela de mandioca na costa, descendo, ele quase não te percebe. Mas se você parar e conversar com eles ‘ah, eu tô (sic) entendendo qual é o seu trabalho’. Pois é, então eu acho que essa é a relação que houve no Limão, nesses quase 17 anos do Projeto Amazônia Central (...).

Os pesquisadores do PAC começaram a circular pela comunidade a partir de 1995, e em 1997 o sítio arqueológico Osvaldo sofreu sua primeira intervenção. Nesta época, a equipe era composta por apenas quatro pessoas, sendo que essa quantidade passa a variar entre 30 e 40 pessoas a partir de 1999. De acordo com as narrativas dos sujeitos colaboradores, o início das reuniões com os comunitários só ocorreu em 1999, o que pode caracterizar um início “tardio”; podendo até ter contribuído para interpretações das mais diversas. Como observado no discurso de que de repente começaram a transitar na pequena comunidade arqueólogos de várias localidades de fora do Brasil e essa alteração no cotidiano dos moradores pode ter despertado, ao menos nos moradores das áreas que estavam sendo investigadas, um novo modo de enxergar a cultura material existente em suas propriedades; ou até ter estabelecido uma rede de troca de

conhecimentos (empírico e científico) que acabou por contribuir tanto com a pesquisa, quanto com a prática agrícola dos pequenos produtores da comunidade, como o Dr. Tijolo conta:

Aí veio um senhor dizendo o seguinte: ‘eu tenho uma sugestão, eu tenho notado que já é o terceiro trabalho de vocês e aonde vocês fizerem o buraco...’ Foi exatamente assim, o seu Osvaldo, o dono do sítio Osvaldo, ‘e da onde foi tirado todo o material cerâmico eu senti que as minhas laranjeiras começaram a murchar. Ou seja, secar, porque tiraram a água da laranjeira e isso pra mim tá sendo um problema, então eu estava carregando água existente entre o complexo cerâmico’.

Observações como a do senhor Osvaldo acerca do papel que as cerâmicas arqueológicas desempenham em sua plantação serve como exemplo de como os saberes tradicionais contribuem para as questões científicas. Para os estudiosos de terra preta de índio, por exemplo, tal informação auxilia nos experimentos que têm sido empreendidos na tentativa de reprodução deste solo altamente fértil; em que algumas cerâmicas fragmentadas podem estar absorvendo água por meio dos poros existentes e contribuindo com a umidade do solo, como bem observou o senhor Osvaldo.

Berriman (1975), ao falar de interação social entre sujeitos em campo aborda a questão das impressões “mutuamente manifestadas”, apontando como são construídas a partir da observação do comportamento dos sujeitos. No caso em foco, arqueólogos e comunitários. Nesse sentido, o Dr. Tijolo relata sua percepção acerca de uma tensão entre sujeitos, e que até aquele momento havia sido mantida de forma velada, mas que somente na terceira etapa de escavação do sítio, o senhor Osvaldo externou. De forma que o proprietário do sítio já julgava estar sendo prejudicado na sua produção agrícola com a retirada das cerâmicas do solo:

Então qual foi à alternativa do Eduardo? Dizer o seguinte, que a partir daquele momento ele não ia tirar mais toda a cerâmica. Mas sim, a cerâmica era importante para fazer exatamente o conhecimento do trabalho do Eduardo. Então vejo essa tensão. Realmente tinha uma tensão e as pessoas perceber que é um trabalho, é um trabalho acadêmico que estamos trabalhando a história do homem do passado. Então quando ele começou a falar que era a história do homem do passado que estava sendo contada a partir daquele vestígio, começaram a entender.

[...]

Então acho bem mais plausível esse encontro e desencontro na comunidade. Mas antes era exatamente, tinha essa tensão porque ‘tão levando o que?’ ‘O ouro’. Então ‘o que é aquilo ali, é ouro?’ ‘Não, olha o que nós temos aqui, é cerâmica, material polido ou lascado e solo e terra preta’. ‘Mas pra que isso?’ Aí tinha todo o trabalho de explicar.

[...]

Então se chegar com as pessoas de 1999/2000 e falar do projeto eles vão lembrar, entendeu? Sobre essa possível tensão, porque era uma questão meio que desorganizada, mas no fundo ela tinha uma organização que era chamar a atenção do público. E sempre que necessário dizer o quê que estava sendo feito, entendeu? Então, o simples fato de eu levar um saco com solo isso tinha um significado na comunidade, entendeu? ‘Por quê que está levando isso?’ Então, o Eduardo tinha o maior cuidado de avisar ‘olha isso aqui é para bem do conhecimento. Eu só posso escrever a história do Limão se eu tiver esses dados. Fora isso não tem nada escrito. Então isso aqui é



uma forma de escrita pra mim reproduzir o modo de vida de população através de seu artefato, não tenho outro'. E o pessoal levava a sério isso.

A fala do Dr. Tijolo demonstra uma preocupação por parte do coordenador do projeto em desfazer qualquer tipo de interpretação equivocada acerca da pesquisa desenvolvida na comunidade, explicando de forma didática os objetivos do trabalho. E ainda um cuidado em considerar as colocações dos comunitários sobre a interferência que as escavações e coletas de material arqueológico estavam causando nos terrenos pesquisados e nas plantações existentes no local, de modo a alterar a metodologia empreendida em campo de forma a atender aos anseios de comunitários.

No que tange as trocas de experiências e aprendizados entre a comunidade e os pesquisadores, o professor Tijolo nos conta que inicialmente havia uma senhora responsável pelo almoço da equipe. Porém, depois de um tempo perceberam que parar para uma refeição não era prático e fazia com que perdessem tempo de trabalho. Assim, o almoço passou para o final da tarde quando regressavam do campo e durante o dia era apenas consumido água e um “pãozinho”. Segundo o professor Tijolo, essa alteração foi devido aos novos aprendizados com a comunidade, uma vez que as pessoas que trabalham no roçado já levam a comida, algo rápido e prático de transportar, que deve ser consumida durante o dia de forma que não percam tempo almoçando, no sentido amplo da palavra:

Parar para comer o quê e por que no meio dia? Então trabalhava-se direto até as 16, 17 horas, reunia todo o material e depois era a janta, a maior alegria. Então eu penso que isso foi adquirido com o modo das pessoas, entendeu? Que estavam lá. E isso o projeto conseguiu se infiltrar nisso. (...) E com isso, se tivesse atrito, diminuiu.

A situação acima descrita pode ser analisada como o esforço de inserção por parte do pesquisador no contexto do outro, na medida em que vai aprendendo o *modus operandi* de seus interlocutores. Pode ser interpretada também como a desconstrução do método abordada por Derrida (2003) e como contrapartida do estrangeiro para ser igualado ao local.

Segundo o professor Tijolo, os pesquisadores começaram a fazer reuniões recorrentes com a comunidade para expor o trabalho que estava sendo realizado e, posteriormente, essas reuniões foram estendidas para a escola. A equipe ia até a escola e a escola ia até as escavações. A avaliação dessas atividades, segundo o Dr. Tijolo, foi positiva, tendo em vista que após o início dessa comunicação entre arqueólogos e comunitários, houve maior interesse da comunidade pelo trabalho, aumentando a participação na pesquisa:

‘Olha, lá em tal canto...’ É tanto que todos os sítios do Limão quem sabe onde está o sítio é o roceiro. (...) Nós achamos um sítio só durante essa etapa de 99 que foi o sítio Lago Grande. A gente andando numa capoeira nós encontramos o sítio que tinha umas plantações de pimenta de cheiro e pepino. O sítio que nós encontramos foi o Lago Grande, o resto tudo foi indicação da comunidade. Só era: ‘eu vi em tal canto isso e

isso'. E foi numa dessas indicações que o Eduardo se acidentou com a mordida da cobra em 2000. 'Olha lá tem tanta coisa' e ele foi lá e pegou o acidente.

O relato oral dos comunitários, profundos conhecedores dos locais que habitam, contribui de forma eficaz na identificação das áreas de sítios arqueológicos. De acordo com Moraes (2006), dos dezessete sítios identificados no Lago do Limão, quinze foram a partir da indicação dos comunitários.

Perguntamos ao professor Tijolo qual a sua opinião sobre a forma de abordagem dos pesquisadores nas comunidades e como isso pode interferir nas respostas que o pesquisador espera conseguir. Ele nos conta que, embora as reuniões com a comunidade tenham facilitado a comunicação e, de certa forma, a convivência entre os sujeitos em foco, é necessário estar atento para essa questão sempre. Principalmente no que tange a necessidade de se respeitar o tempo dela quanto à sua disponibilidade e/ou vontade em contribuir com a pesquisa:

Olha, a forma de abordagem às vezes inibe, entendeu? Os caras não dão informação. Mas tem hora também, dependendo do momento. Porque o seguinte, às vezes o cientista chega num local, chega em campo, e ele quer ter privilégio, no horário. E ele sabe que todo mundo trabalha, né? Então principalmente no campo, o horário, 6 horas às vezes, o cara já estava trabalhando. Então qual a melhor hora pra falar? Ou no final da tarde ou no final da noite. Também você não pode ficar até muito mais tarde porque ele dorme cedo. Sete e meia, oito horas ele está dormindo. Então tem que ver esse horário, tem que ajustar, ou então ir *in loco* onde ele está trabalhando.

[...]

Se eu vou te atrapalhar, eu vou fazer cara feia e não vou te dar informação. Eu acho que isso é importante na hora da abordagem. A outra também (...) é a questão da vestimenta, ou seja, ver como as pessoas andam, entendeu? Que às vezes o cara chega lá vestido de soldado (inaudível), aí eu tenho medo de soldado, então é o homem da lei. Então isso é um problema pro pesquisador. Então eu leio muito do pessoal, dos etnobotânicos... quando eles querem conseguir alguma coisa da comunidade eles fazem reuniões no local de trabalho das pessoas. Ou num sábado, num domingo, alguém que tá (sic) desocupado vai pra lá, entendeu? Aí eles conseguem. Aí não precisa nem passar questionário, eles mesmos vão anotando o que eles querem e conseguem. Depois vai *in loco* e vê.

Neste sentido, a visão que o Dr. Tijolo nos passa, embora no contexto de uma pesquisa de campo em arqueologia, soma-se com o que Malinowski (1978 [1922]) propõe para o trabalho de campo em antropologia na medida em que o pesquisador se esforça para se inserir no contexto do seu sujeito, em sua sociedade e seu modo de vida.

A leitura do professor acerca da atuação no PAC no Lago do Limão, quanto às relações estabelecidas tanto entre pesquisadores, uma vez que se tratava de uma equipe com pessoas de diversos locais do Brasil e de outros países, quanto entre estes e os comunitários, é de que tudo transcorreu bem devido à amizade que foi estabelecida entre as partes. De acordo com seu relato, tanto ele quanto os comunitários, todos eram tratados de forma igual, sem distinções, independente de local de origem e titulação acadêmica.

Inclusive no Lago do Limão em 99 a gente tinha 3 casas alugadas e uma casa era um flutuante. Sabe que o flutuante no final da tarde o pessoal vai pra tomar banho, né? Então se misturava todo mundo, comunidade e arqueólogos ficavam tomando banho lá. Só tinha um cuidado, era cuidado com o jacaré. Só essa era a mensagem, entendeu? Eu acho que isso era a relação. Agora também, eu acho que isso, por ser uma comunidade bastante grande... acho que as populações quase não estavam tudo coesa.

[...]

O que eu percebo é o seguinte: as etapas de campo do Projeto Amazônia Central tinham toda uma relação entre comunidade e o pessoal que estava chegando de fora. Então o Eduardo na coordenação dele, ele sempre não colocava diferença na equipe, entendeu? Não, o fulano é doutor e ele vai fazer isso. O fulano, ele é aluno de graduação ele vai fazer isso. O mestrando vai fazer isso, o doutorando vai fazer isso. Não, todo mundo fazia a mesma coisa. Então não tinha esse tratamento de distinção. Isso nem na hora de trabalhar, nem na hora dos relacionamentos sociais, isso era a mesma pessoa, entendeu? As pessoas tinham a mesma liderança. Todos eram líder no grupo.

Dentre os aspectos positivos da atuação do Projeto Amazônia Central está, de acordo com o professor Tijolo, o papel de liderança desempenhado por Eduardo Neves na condução do projeto. Liderança esta que não fez distinção entre os membros da equipe, sendo que todos podiam desempenhar as mesmas funções. Segundo o relato do professor, o coordenador do PAC considerava que todos ali eram aprendizes e que tal postura teria favorecido a participação de comunitários de inúmeras faixas etárias, de crianças a idosos. Todos os interessados, para além dos alunos de graduação e pós-graduação, tinham autorização para participar das escavações, desde que houvesse o cuidado e atenção característicos da pesquisa arqueológica. Nas palavras de Tijolo “existia uma relação meio que familiar...” de respeito recíproco, tendo em vista também que os pesquisadores estavam alojados em casas de comunitários. O professor Tijolo contextualiza ainda que a vestimenta de Eduardo Neves, semelhante à de um agricultor, causava estranheza durante as palestras proferidas nas escolas, mas que tal postura do coordenador estava associada ao reconhecimento de que lidava com os seus semelhantes e, portanto, não havia razões para se distinguirem. Segundo Tijolo, os comunitários também podem ser considerados cientistas, pois são os verdadeiros conhecedores da região Amazônica, e as experiências em campo com as comunidades sempre trarão trocas de conhecimentos:

Eu sou uma pessoa espontânea, entendeu? Eu trato todos bem, com respeito, e eu acho que isso me levou a ter uma certa... Eu diria um passe livre entre as pessoas, entendeu? Graças a Deus eu nunca tive esse problema, entendeu? Trato bem as pessoas, e as pessoas também me tratam bem, entendeu? Agora quer saber mais de que o outro, ninguém sabe mais, entendeu, ninguém sabe mais. Nós estamos pra aprender. (...) *O mestre não é aquele que ensina, mas sim aquele que aprende*, né? (...) E eu acho que na comunidade sempre nós estamos aprendendo. E sempre a gente vê o material arqueológico, a posição onde ele está, como ele está, porque que ele está e isso é importante ao pesquisador.

Vale destacar que ao longo das atividades do projeto, a relação entre comunitários e ribeirinhos foi se estabelecendo, ora estreitando laços de parceria, outrora de rupturas e

desentendimentos. Faz-se notório como o professor Tijolo informa e nos apresenta suas afinidades pessoais com a postura do arqueólogo e coordenador do projeto, o Dr. Eduardo Neves. Tratar as pessoas com igualdade independentemente de um título qualquer, por certo, deve ter feito parte das afinidades do professor Tijolo com os ensinamentos da arqueologia. Outros aprendizados, ademais, seriam assimilados ao longo dos anos que consagram o professor também como o título de doutor. Veremos.

O Projeto Amazônia Central levou, durante seu período de atuação, alternativas financeiras para a comunidade. Segundo o professor Tijolo, todos os envolvidos direta e indiretamente nas atividades do projeto eram remunerados. Desde a pessoa responsável pela alimentação, pela roupa, o barqueiro, os auxiliares de campo etc. No entanto, tratava-se de um grupo restrito de envolvidos gerando, naturalmente, desconforto com o restante da comunidade.

Então essa remuneração eu acho que aí sim virou um certo conflito porque toda a comunidade queria, né? Não deu pra todos. Então eu acho que aí sim gera um problema.

Ao ser indagado sobre o legado do PAC no Lago do Limão e a sua avaliação sobre os retornos para a comunidade, inclusive do material arqueológico para o tão sonhado Centro de Arqueologia do Bioma Amazônia, que acabou não saindo do papel e do imaginário de alguns comunitários, e de arqueólogos também, o professor Tijolo pontua o que seria uma falha: a falta de divulgação dos resultados das pesquisas para a comunidade:

Agora a vinda da coleção, o Eduardo inclusive tem livro publicado sobre a coleção do Lago do Limão, Açutuba, então ficou sim. Agora eu acho que é uma pena foi não ter deixado, ou seja, na biblioteca alguns exemplares, entendeu? (...) Então, isso foi muito pouco divulgado cientificamente essa parte de publicação. (...) Agora, trazer coleção é complicado. Você sabe que trazer uma coleção pra expor aonde? E agora, antes não tinha essa lei, mas agora tem uma lei que pra movimentação de coleção é complicado. Eu acho que isso é uma coisa que falta ser explicada no Lago do Limão é a legislação que trabalha o patrimônio arqueológico, entendeu?

O professor Tijolo aponta que a parca divulgação dos resultados do trabalho do PAC no Limão pode não ter sido um ponto positivo. E que o sentimento de cobrança de parcela da comunidade no que tange a presença da coleção arqueológica está associada à falta de conhecimento da legislação sobre o patrimônio e os trâmites necessários para a sua movimentação. Acredita que deve haver ampla divulgação das pesquisas de arqueologia, utilizando este canal como retorno para as comunidades, inclusive para elucidar o fato de que o patrimônio arqueológico, assim como outros, é bem da união, e não particular como faz parte do senso comum. Apesar de eventuais questões que poderiam ter sido melhoradas, Tijolo faz questão de lembrar o importante papel que a atuação do Projeto exerceu na formação profissional e acadêmica de alguns dos comunitários de Iranduba envolvidos, como por

exemplo, Francisco Vilaça, Emily Leão e Leandro Braga. Essas três pessoas, nativos de Iranduba, compuseram a equipe de arqueólogos desde jovens, entre 12 e 13 anos aproximadamente, e a experiência proporcionada pelo projeto foi decisiva na escolha por se candidatarem à graduação em arqueologia, e lutarem por seus diplomas. É importante ressaltar ainda que o próprio curso de arqueologia criado na UEA é mérito da luta empreendida por Eduardo Neves, cujo intuito, podemos inferir que tenha sido a formação de profissionais locais para dar continuidade às pesquisas por ele iniciadas na região.

Outra colaborada para a construção dessa dissertação foi a pesquisadora Elaine Cristina Guedes Wanderley que possui licenciatura em história pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e mestrado em Antropologia com área de concentração em arqueologia<sup>39</sup> pela Universidade Federal do Pará (UFPA) com orientação da Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Seu contato com arqueologia, para além de leituras, ocorreu a partir do estágio supervisionado que cumpriu na graduação em história, e que foi realizado com o professor Tijolo. Na ocasião, ele estava trabalhando na delimitação do sítio arqueológico e resgate de urnas funerárias na Praça Dom Pedro II, no Centro Histórico de Manaus, em setembro de 2003. Naquele momento, Elaine se voluntariou para um estágio em arqueologia durante os trabalhos em execução na Praça, momento em que conheceu alguns dos membros da equipe do PAC, como Patrícia Donatti (coordenadora do trabalho na Praça), os doutores Eduardo Neves e James Petersen, além de Cláudio Cunha (comunitário do Lago do Limão e técnico em arqueologia por força do PAC), dentre outros.

Nota-se já neste momento, que a participação de alunos, como o caso de Elaine e outros, como veremos mais a frente, fazia parte da metodologia empreendida pela coordenação do PAC sem a necessidade de longos processos burocráticos de seleção, proporcionando o acesso às escavações e favorecendo o conhecimento técnico em arqueologia.

No ano seguinte, em 2004, o voluntariado foi estendido para o laboratório de arqueologia montado em Manaus, para trabalhar em um projeto de mapeamento de sítios arqueológicos na capital amazonense, juntamente com outros colegas da história. No ano de 2005, candidatou-se para participar de uma etapa de campo do PAC no município de Iranduba, por meio de um e-mail enviado ao coordenador Dr. Eduardo Neves, o qual atendeu prontamente disponibilizando uma vaga para a sua participação. A participação em campo se deu,

---

<sup>39</sup> O programa de Pós-Graduação em Antropologia com área de concentração em Arqueologia da UFPA objetiva a formação de profissionais com uma vertente antropológica da arqueologia, considerando a relação entre pesquisador, patrimônio arqueológico e populações presentes nas regiões estudadas (FONTE: <http://ppga.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/areas-de-concentracao-e-linhas-de-pesquisa>).

inicialmente, na escavação do sítio Lago do Limão, objeto de mestrado de Claide Moraes (2006), e com uma equipe interdisciplinar. Segundo Elaine:

E a gente começou a fazer as escavações. Então nesse período, na época o Eduardo escavava, eu tive aula de como abrir uma quadrícula ainda. Foi bem interessante, assim, né? O campo muito didático porque era pouca gente, gente muito boa, o Manoel Arroyo, o Jim, e foi bem legal. Foi bem interessante, assim. Foi meu primeiro contato com arqueologia de fato, com as técnicas de campo, como identificar um sítio, enfim, o material arqueológico, como identificar cerâmica, foi nesse campo de 2005.

Elaine narra que também participou de uma frente de escavação no sítio Antônio Galo, no Lago do Limão. No entanto, em virtude do assassinato do arqueólogo James Petersen, o campo foi encerrado antes do previsto. Seu contato com o PAC foi retomado no ano seguinte, em 2006, quando passou a integrar oficialmente a equipe como estagiária remunerada, mas no âmbito do projeto do gasoduto Coari-Manaus, um dos desdobramentos do PAC.

Questionamos Elaine se, de acordo com a experiência vivida nas escavações, ela interpretava que tivesse havido alguma negociação de campo entre pesquisadores e comunitários ainda na pesquisa realizada no Lago do Limão. Ao passo que a interlocutora sugere que, provavelmente, não houve negociação nos moldes da arqueologia colaborativa<sup>40</sup>, mas que isso seria aceitável à época, tendo em vista que discussões com este viés são mais recentes. Ela acredita que deve ter havido apenas uma tratativa para prestação de serviços remunerados por parte dos comunitários, mas que isso não teria interferido nas relações estabelecidas e construídas ao longo do tempo com os comunitários, pois, durante o período em que esteve em campo afirma que não notou nenhum tipo de tensão entre os sujeitos. Embora tenha ouvido o relato de outras pessoas:

O que eu fiquei sabendo é que (e isso foi antes de mim) quando o Claide chegou pra trabalhar lá, a turma do Limão falava muito na questão deles estarem atrás de ouro. Aquela conversa básica. Então gerou uma certa tensão por conta disso. O Eduardo teve que pedir de algumas pessoas da comunidade para acompanhar os pesquisadores, então foi um longo processo. Algumas pessoas do Lago do Limão acompanharam por anos a escavação de vários sítios arqueológicos na região até se formar na comunidade aquela coisa de que eles não estavam atrás de ouro. Mas alguma tensão fora essa, não lembro. Mas eu não participei, eu só fiquei sabendo.

O discurso de Elaine é permeado pelo relato da relação que foi estabelecida entre os pesquisadores do PAC e ela, ou seja, uma relação entre pares. Coloca-se como nativa do Amazonas – que de fato o é – integrando uma equipe de arqueólogos de outras localidades do Brasil. E por isso não conseguiria enxergar tanta dissociação entre ela e os sujeitos comunitários participantes do PAC. Neste sentido, relata que mesmo de forma sutil, percebia alguma

---

<sup>40</sup> Arqueologia colaborativa “é entendida como uma prática arqueológica que visa estabelecer a colaboração e o envolvimento de diferentes coletivos nas questões relativas à pesquisa e gestão do patrimônio cultural” (MARSHALL, 2002; MERRIMAN, 2004; TULLY, 2007 apud SILVA, BESPALÉZ e STUCHI, 2011, p. 37).

diferença na relação estabelecida entre os alunos participantes do projeto, oriundos de instituições que ofereciam a pós-graduação em arqueologia, e os integrantes da equipe local de estagiários, que não faziam parte de nenhum programa de graduação ou pós-graduação em arqueologia. Pois, estes últimos eram iniciantes no campo da pesquisa e essa condição, associada ao desinteresse das instituições de ensino do Estado em criar um programa de formação superior nesse segmento, contribuiu para o sentimento de que alguns alunos de arqueologia sobrepujavam os alunos de áreas afins. Para Elaine, os conflitos estavam associados a esse tipo de situação entre os pares, que atingia alguns alunos, pois assim como ela, havia estudantes de outras regiões (como centro-oeste, por exemplo) que também não tiveram os “privilégios” que muitos do projeto tiveram por pertencerem à região sudeste com tradição no desenvolvimento de pesquisas científicas:

(...) Essas diferenças elas são muito sutis. É na forma que você tem, é numa discussão de texto, que muitas vezes a gente fazia, a gente não tinha essas leituras. Como que nós íamos discutir textos, por exemplo, de arqueologia a altura e com a qualidade que os meninos faziam? Sendo que eles têm aquelas aulas, né, eles vivem aquele universo. Lá em São Paulo as pessoas respiram arqueologia, as pessoas falam de arqueologia, tão dentro de uma instituição que eles veem arqueologia todo dia, eles lidam com arqueólogo, eles conversam isso na mesa de bar. Isso promovia total amadurecimento intelectual, dava todo o arcabouço teórico-metodológico de leitura que eles podiam para de fato ter um desempenho muito melhor do que o nosso. Não é por falta de capacidade, nem de nada, mas isso ficava muito claro, né.

Percebe-se que mesmo sendo alunos, estes fazem parte do universo dos pesquisadores, e nessa rede de como os arqueólogos se veem, existem as disputas internas. Assim como apresentado anteriormente, as hierarquias nas relações também estão presentes no interior de categorias equivalentes, como é percebido aqui entre pesquisadores.

Elaine insiste na crítica sobre a falta de aperfeiçoamento ou possibilidades de aperfeiçoamento na região, como um incentivo do Estado nesse segmento de pesquisa. Isto porque, os alunos que vinham – para o Amazonas – participar de etapas da pesquisa do PAC, no geral, eram bolsistas e faziam parte de um universo acadêmico voltado para arqueologia fomentado pela Universidade de São Paulo e instituições internacionais parceiras. Pois, o primeiro curso superior em arqueologia só foi oferecido no ano de 2009 pela UEA. Sentir-se “diferente” dos arqueólogos da USP e, ao mesmo tempo, colocar-se no lugar do “nativo” situa nossa interlocutora em um expressivo lugar deste campo de relações que nos importa descrever. Desse modo, o exercício que objetiva e fundamenta o esforço desta etnografia, pautando-se por inspirações e orientações metodológicas estruturais, permite-nos apontar não apenas um aspecto no contexto da própria narrativa. Elaine também revela na mesma fala, ainda que de modo menos crítico, que nem tudo foi ruim. Afinal, como ela mesma destacou aquele suposto “universo... onde as pessoas respiram arqueologia”, de certo modo, fez parte de sua formação,

pois acabou sendo motivada pelo conhecimento adquirido. Participar do grupo de alunos do professor Eduardo Neves, certamente lhe rendeu importante bagagem intelectual e técnica porque empreendeu esforços para compensar a realidade de defasagem do Estado do Amazonas no âmbito acadêmico.

Há que considerar que o curso de tecnólogo em arqueologia (posteriormente transformado em bacharelado) no Estado foi iniciado somente em 2009, ou seja, após mais de uma década de atuação do PAC, e a partir de um forte incentivo do Dr. Eduardo Neves. Embora outros pesquisadores tenham passado por essa região amazônica, nunca houve uma tradição local de pesquisa. Tal fato pode mesmo apontar para uma eventual defasagem no conhecimento dos alunos locais envolvidos no projeto, como insiste Elaine. No entanto, igualmente explícito não só no fragmento destacado, como também em diversas falas do professor Tijolo, o esforço do Dr. Eduardo Neves para a inclusão dos alunos locais no Projeto já havia instituído os primeiros passos para que a arqueologia chegasse até os nativos do Norte. Como ela mesma, a Elaine, pensa e diz. Os nativos não são incapazes, bastava uma orientação quanto à formação na disciplina para que as diferenças fossem sanadas. Curioso notar que, se por um lado, é positivo para o professor Tijolo o fato do Dr. Eduardo tratar seus alunos de um mesmo modo, no seu entendimento, sem hierarquizar títulos, tarefas e orientações; por outro lado, para Elaine, que se sente nativa, há um contraponto na perspectiva, pois a mesma entende ter havido certa condução diferenciada entre alguns alunos de “fora” com os aspirantes a arqueólogos da região, e que pode estar estritamente associada à falta de atenção na formação dos alunos da região pelo próprio Estado do Amazonas, e pela escassez de fomento aos pesquisadores da região norte, que revela um quadro crítico se comparado com a tradição do sudeste na concentração de recursos para pesquisas (NADER, 2013).

O que era estranho que eu achava, é que eu não via nenhum processo formativo, de ensinar, entendeu?! Era um laboratório que a galera vinha trabalhar. Mas não tinha um planejamento de ações com cronograma estabelecido, um ritual diário. Era tudo muito confuso o tempo todo, dando a impressão de que o aprendizado do estagiário ficasse comprometido. Então acho que essa informalidade, o fato de o laboratório tá (sic) vinculado a uma universidade como a USP, entendeu, fez a diferença porque acabou que a gente ficou meio excluído, meio de lado, meio que não aprendendo direito as coisas que poderiam ter sido passadas.

O discurso de Elaine aponta também para a importância do Projeto para a arqueologia amazônica, e uma frustração concebida a partir de expectativas por ela criadas. Ou seja, como ela desenvolveu a consciência de quem eram os personagens principais e a dimensão do PAC, vislumbrou a possibilidade de colocar em prática o que sempre desejou, e que sua classe social não havia lhe permitido de forma plena até aquele momento, que era poder se dedicar integralmente aos estudos. Segundo Elaine, a essência de sua relação e experiência com o PAC



foi de aprendizado e evolução acadêmica e intelectual, que serviram de estímulo e alicerce para que pudesse ingressar no programa de pós-graduação da Universidade Federal do Pará:

Eu sempre deixei claro que o que eu queria era estudar, eu não tive oportunidade de ter bons estudos, eu não tive. Mesmo durante a UFAM, que eu fiz universidade pública, mas eu estudava a noite, trabalhava o dia inteiro dando aula, eu não conseguia absorver, era muito complicado. Eu queria sair disso. Eu deixei sempre isso muito claro, eu queria estudar. Eles sabiam que eu queria estudar, eu queria fazer mestrado, eu queria estudar, eu queria ir pra fora, aqui não tinha arqueologia, então é óbvio que eu queria ir pra fora. E não tinha sensibilidade, não tinha vontade, não tinha. Não tinha vontade de ajudar a conquistar esses espaços (...), nunca houve uma ação concreta.

O relato de Elaine, embora carregado de algumas frustrações bem pontuais, diz muito sobre a contribuição que o Projeto Amazônia Central forneceu aos seus participantes. Ao passo que nossa interlocutora narra uma suposta ausência de interesse na formação de alunos nativos, ela mesma reconhece o aprendizado e evolução proporcionados pelo período em que participou da equipe e, é provável ainda, que a discrepância identificada por ela quanto à formação acadêmica dos alunos de “fora” com os alunos do Amazonas, como as dificuldades específicas pelas quais ela passou, tenha servido como estímulo para galgar o espaço e conhecimento acadêmico alcançado. Isto é, pode-se considerar mais uma arqueóloga formada a partir do PAC.

Considera, ainda, que sua participação no projeto se deu até meados de 2008, quando teria participado do processo seletivo para o curso de tecnólogo em arqueologia, à época, criado naquele ano pela UEA, e a partir de forte incentivo dos pesquisadores do PAC teria obtido boa colocação dentre os aprovados. Segundo ela, o intuito de cursar o tecnólogo era embasar teoricamente todo o conhecimento que havia adquirido na prática arqueológica durante os anos de atuação na equipe do PAC. Mas afirma que acabou desistindo do curso e optou por trilhar outros caminhos, como um intercâmbio na Nova Zelândia e o mestrado na Universidade Federal do Pará.

Elaine avalia como extremamente profícua a sua participação no PAC, tendo sido um período de iniciação na arqueologia e de grande aprendizado. E reconhece que o projeto forneceu dados inéditos sobre os processos de ocupação pretérita na Amazônia:

Avaliar minha participação no PAC é difícil porque eu avalio acho que tanto de forma positiva e negativa. Positivo no sentido de que foi o local onde me deu, né, onde eu conheci arqueologia de fato no Brasil, onde eu comecei a trabalhar que me deu a oportunidade de escavar vários sítios no meu estado, de aprender sobre arqueologia no meu estado, né, estando em casa, e de ter tanta bagagem, né, e de ter tido professores tão bons...

O relato de Elaine, por um lado, remete a uma aparente frustração que pode estar associada à questão da autoridade acadêmica de alguns jovens pesquisadores (e segundo ela, não necessariamente os coordenadores do projeto) que vem de centros de pesquisa com tradição e bem avaliados pelos órgãos superiores. Esse quadro reflete a discussão empreendida pela ex-

presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Dr<sup>a</sup>. Helena Nader (NADER, 2013), ao abordar em entrevista o pioneirismo do sudeste brasileiro nas pesquisas e, por conseguinte, na concentração dos recursos destinados às pesquisas nessa região. No entanto, por outro lado, basta reconhecermos que existe mesmo um problema de desigualdade no Brasil e estamos de acordo em afirmar que ele não surge no contexto acadêmico da arqueologia. Seja como for, importa aqui destacar lugares e posições distintas entre os próprios arqueólogos. Na interpretação de Elaine, que pediu para sua fala ser transcrita aqui integralmente, quanto aos que se acham mais iluminados e eleitos que outros:

Pra você ter ideia, né, teve uma situação de uma pessoa da universidade de São Paulo, da equipe do Eduardo, que falou pra mim, num tom que eu até achei bizarro porque... Falou pra mim a seguinte frase: ‘Elaine você não tem culpa de não ter cultura porque você nasceu aqui no Amazonas, isolado, e tudo mais...’ Na época eu ‘Oi? O quê que cê (sic) tá falando?’ ‘Né então, o que você tem que ter é humildade, né, (me dando conselho) de entender que você nasceu num local que tem menos privilégios que tem menos acesso a questão cultural, acesso a teatro (nunca me esqueço que essa pessoa citou teatro) acesso ao teatro, a cinema, a música e você formou na UFAM, né, eu formei na USP então tem uma diferença, é só uma questão de você ter humildade, de reconhecer isso’.

Podemos interpretar a situação acima narrada pela interlocutora como o que Bourdieu (1989) nomina como violência simbólica. De acordo com o autor, a violência simbólica é desenvolvida tanto por instituições quanto por agentes e sobre os quais se apoia o exercício da autoridade. No caso acima, ela estaria declarada a partir do capital cultural, que a segunda julga possuir em detrimento à primeira (Elaine). Para a violência simbólica existe uma cumplicidade entre os que sofrem e os que exercem na medida em que ambos são inconscientes de seus papéis (BOURDIEU, 1989). Mas devemos ir além, em acordo com o que também inspira de fatos e de valores o relato e a interpretação do fragmento.

Como permite e indica nossas referências metodológicas, podemos mesmo afirmar como fato o enunciado acima. Afinal, a despeito da forma refutável que a colega de São Paulo abordou Elaine, o fato é que ela tem razão que nem Elaine, nem ninguém, vai discordar no que diz respeito às desigualdades sociais instituídas no Brasil entre o Norte e o Sul, Nordeste e Sudeste, e Centro-Oeste. Afinal, qual outro sentido podemos dar para o “ar que se respira lá... naquele outro universo”, sendo esse argumento da própria Elaine que explica a diferença vantajosa dos colegas do Sudeste?

Em se tratando dos sujeitos pesquisadores cujas vozes foram visibilizadas acima, ressaltamos a dissonância existente entre o discurso de ambos. Tanto o Dr. Tijolo quanto a Ma. Elaine Wanderley, são amazonenses e passaram a compor a equipe no início de suas carreiras. Professor Tijolo graduou em ciências sociais em 1997 e começou a integrar a equipe do PAC em 1998. Elaine passou a compor a equipe de campo em 2006, ano em que se graduara.

Enquanto o primeiro ressalta sua visão positiva da atuação do projeto e de seus membros como “uma família”, a segunda aponta sua interpretação de um grupo competitivo e desigual. Creio que a visão de Elaine está mais associada à falta de políticas públicas voltadas à formação de arqueólogos no Estado, responsável pela lacuna existente entre os alunos participantes do Projeto, do que com a atuação do PAC propriamente dita, em que os discursos se encontram apontando a positividade do Projeto Amazônia Central foi determinante para o início da formação de arqueólogos no Amazonas, bem como na construção de uma outra forma de se pensar que na Amazônia existe a continuação da história indígena registrada nos sítios arqueológicos (NEVES, 2012).

### *Os sujeitos comunitários*

Hermenegildo Gomes da Silva, ou seu Bené, como é conhecido entre todos na comunidade, é morador do Lago do Limão e sogro de Cláudio Roberto Pinto Cunha. Seu Bené foi ativo colaborador do PAC, bem como o PAC foi seu ativo colaborador, quanto à geração de renda, e na construção do discurso da sua memória narra como foi o seu primeiro contato com a arqueologia:

Em 1999 chegou a equipe do Eduardo e tem essa casa aí do meu vizinho, aí o Eduardo foi e alugou a casa dele; aí veio uma equipe praqui (sic) bem de umas 30 pessoas, aí meu filho tava (sic) doente, adoeceu, e ele tava com 20 anos nessa época, e depois que o pessoal foram (sic) embora ele morreu, né. Aí, como ele tava (sic) doente, aí o seu Edil que era o dono da casa lá veio comigo, né, falou pra mim: ‘Bené teu filho tá doente. (...) Rapaz veio uma equipe de um cidadão aí muito bacana que alugou o flutuante do Zaca. (...) Rapaz eu vou fazer um negócio contigo Bené, vou te apresentar o Eduardo e aí como o Eduardo alugou o flutuante e as rabetas [embarcação regional, um tipo de canoa motorizada] do Zaca, eu vou ver se ele consegue adivanescer (sic) uma rabeta dele e aí tu aluga tua rabeta e tua canoa pra ele?’ Aí eu disse: ‘rapaz se ele vier aqui comigo, né?!’ E também eu tava sem condições financeira, né, aí eu disse alugo, tava (sic) precisando mesmo. (...) Aí ele veio aqui, o Eduardo, e ele disse: ‘é o senhor que é o seu Bené?’; aí eu disse: ‘sou eu mesmo’; aí ele disse: ‘o senhor que tem um filho doente?’; aí eu disse: ‘rapaz é, meu filho tá doente aí’; aí ele disse: ‘o senhor tem uma canoa e um motor pra alugar pra nós?’; aí eu disse: ‘rapaz, tenho sim senhor. Tenho uma canoa aí e um motor’; aí ele disse: ‘quem que vai dirigir o motor, é o senhor ou o seu filho, ou quem que é?’; aí eu disse: ‘rapaz, eu posso dirigir, mas só que eu tenho um trabalho, né?!’. Eu tinha um trabalho mesmo lá dentro, só que o meu trabalho todo tempo foi agricultura, trabalhava com farinha e roça, aí o cara (Cláudio) tava (sic) aí também (...) Então tudo bem, aí eu fui levar ele a primeira vez, eu fui levar ele ali no Osvaldo, ali no outro lado. Levei ele lá e eles olharam lá, e foram lá no Antônio Galo. Aí fomos lá pro Ariaú e Lago Grande, aí eu disse: ‘seu Eduardo é o seguinte, eu queria falar com o senhor que pra mim não vai dar pra continuar. Porque eu tenho o meu trabalho e tenho que cuidar do meu filho, também’; aí ele disse: ‘mas seu Bené, como é que eu vou ficar?’; aí eu disse: ‘olha, será que não serve o meu genro?’. Aí foi quando eu apresentei o Cláudio [comunitário do Limão] pra ele.

Seu Bené conta que enquanto seu genro, Cláudio, conduzia a equipe por meio de sua canoa, ele mesmo dava continuidade às suas atividades agrícolas<sup>41</sup>, sendo essa a realidade amazônica de muitos comunitários. A etapa de campo durou 30 dias, assim como o aluguel de seu barco, e a remuneração recebida pela locação teria sido bem satisfatória para a época, além de ter recebido uma gratificação inesperada considerando que a chegada dos pesquisadores foi providencial para muitos que foram beneficiados pelo Projeto. Pois, a realidade da economia do lugar gira entorno da venda da produção agrícola de pequeno porte. Lembra que esse período foi bastante difícil devido ao falecimento precoce do seu filho apenas dois meses depois da estadia da equipe de arqueologia na comunidade.

A memória social de seu Bené nos remonta a um período que teria sido de bonança financeira para a sua família graças ao direcionamento das pesquisas do PAC ao Lago do Limão e a política de inclusão do mesmo. E, nessa perspectiva, cabe um adendo à situação colocada pelo seu Bené quanto ao seu genro, o Cláudio. Isto porque, seu genro Cláudio não tinha trabalho quando foi chamado para pilotar o barco alugado pela equipe. Após o encerramento do campo de arqueologia, Cláudio voltou a auxiliar o sogro na roça e também trabalhou em uma olaria no município de Iranduba, mas o seu anseio era voltar a atuar no âmbito das pesquisas de arqueologia. No ano seguinte, em 2000, a equipe de arqueologia teria retornado para o Limão com o intuito de contratar Cláudio, e assim ele teria permanecido na equipe do Dr. Eduardo Neves pelos próximos 10 anos, aproximadamente.

O Cláudio, quando foram embora, ele ficou sem trabalhar de novo. Aí ele pegou e foi trabalhar na olaria, aí eu trabalhava no meu terreno porque não tinha pra onde ir mesmo e trabalhava pra lá. (...) Aí quando foi em 2000, eu já tinha até esquecido dele [Eduardo] (...) aí quando eu cheguei a minha filha disse: 'papai, veio um homem aí atrás do Cláudio. Perguntaram aonde o Cláudio tava (sic)' (...) 'vieram atrás do Cláudio, eu disse que ele tava (sic) lá pra olaria'. Aí parece que foram pra lá pra olaria. Aí o Cláudio já foi com eles. Desde lá ele... foi lá e contrataram ele. Conversaram com ele, ele tava (sic) trabalhando, mas saiu de lá da olaria e foi trabalhar com eles de novo.

De 1999, quando de seu primeiro contato com o PAC, até 2005, seu Bené manteve-se afastado do projeto, sendo que seu contato se dava de forma indireta por meio de seu genro (o Cláudio). Até que em 2005 recebeu um novo convite do Dr. Eduardo Neves, mas para atuar agora como auxiliar de campo no projeto do gasoduto Coari-Manaus, um dos desdobramentos do PAC que fez uso dos dados de sítios arqueológicos existentes na área diretamente afetada pelo gasoduto. O trabalho só seria efetivado no ano seguinte, e seu Bené permaneceu na equipe até meados de 2009:

---

<sup>41</sup> Atividades estas cujos produtos como a farinha e outros itens de subsistência, auxiliavam na dieta alimentar da família.

E aí pronto, eu fiquei 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 aí, mas em 2005 já foi quando eu dei uma trabalhada com eles, é que eu tô (sic) dizendo que trabalhei no Zé Relógio, no Hatahara [sítio arqueológico]. Aí o Eduardo foi e disse: ‘Seu Bené se eu contratar o senhor pra trabalhar no gasoduto, o senhor vai, a sua mulher deixa?’; Aí eu disse: ‘Rapaz, se vocês me contratarem eu acho que vou’; Aí ele disse: ‘A senhora tá vendo né, o seu Bené quer dar uma volta, porque a gente não vai trabalhar só aqui no Limão não; vamos ali pelas beiradas do rio Solimões, do rio Manacapuru, por aí’. Aí eu fiquei desacreditado, disse será? Bem, se acontecer eu vou.

[...]

E aí começou, né, foi até 2009 trabalhando e graças a Deus eu fiz o meu trabalho, e não sei se eles têm queixa de mim [risos].

Ao questionarmos seu Bené sobre o seu entendimento em relação ao trabalho desenvolvido pela equipe do PAC ele relembrou como a sua experiência foi importante, a partir da qual ele aprendeu a reconhecer outros valores com os arqueólogos. Isto é, ele passou a perceber o material arqueológico, com o qual conviveu a sua vida toda, como cultura material de populações do passado. E esse conhecimento adquirido junto ao PAC foi repassado aos seus familiares e amigos, exercendo a função de agente multiplicador:

O Eduardo quando veio aqui em 1999 ele falou o que ele queria ver, né?! Aí eu levei ele na terra preta. Essa cerâmica aí na terra preta pra mim isso não era nada. Agora já é outra coisa, quando eu vejo uma cerâmica eu penso que isso aqui é um patrimônio que a gente já trabalhou em cima, tem esse negócio aqui e a gente já sabe, e eu ganhei dinheiro e eu fui valorizado. Aí ele [Eduardo] disse pra mim: ‘Olha seu Bené, a gente tamo (sic) atrás dessas pedrinhas aqui, dessas cerâmicas’. Ela tem vários nomes, né? Aí ele falou, explicou, tem a cerâmica, o carvão, e tem também aquelas coisas, como é? Ah, fama, não, fauna, né?! E tudo isso aqui quando o camarada vai e diz pra mim: ‘você vai fazendo a escavação, mede e vai fazendo a escavação, aí tira e peneira, aí isso e aquilo, o cara vai tirando’. Toda cerâmica que tá em cima do solo o camarada não tira, mas aquelas outras que tão (sic), lá no final mesmo da terra preta, é aquela que é mais valorizada, né?! Aí ele explicou pra mim tudo, mas por essa daí eu não tinha noção de nada, né?! Não tinha noção nenhuma pra quê que servia. E mesmo quando eu era criança, o meu pai trabalhava com verdura aqui nessa terra preta. Aqui era um tio meu, o Agnelo que já morreu, aí ele chamava o meu pai pra plantar verdura e não era todo mundo que tinha terra preta não. Quem tinha terra preta era bem de vida, era rei. E o cara às vezes até brigava por terra preta. Era uma terra que o quê o cara planta dá, né?! Rapaz, aí ele [Eduardo] foi dando essa coisa, explicando, né, pra gente essa coisa. Aí eu perguntei pra ele: ‘E pra quê que serve isso?’ Aí ele: ‘Não, isso aqui vai pro laboratório, depois vai pro museu pra fazer o teste’; aí eu disse: ‘Tudo bem, então’. E foi assim que foi o negócio.

Questionamos ainda se seu Bené notou ou sentiu algum tipo de tensão entre pesquisadores e comunitários ao longo da experiência que teve compondo a equipe de arqueologia. Ao passo que ele nos narra que em alguns momentos chegou a ser abordado por comunitários que questionaram sobre eventuais ações de garimpo nas áreas das escavações. Mas que isso não teria acontecido no Lago do Limão, apenas em Manacapuru:

Aqui no Limão não, mas ali no Jacurixi [em Manacapuru] teve um cara que perguntou de mim: ‘Rapaz, esse negócio aí que vocês tão (sic) cavando não é daquilo de garimpo? Isso aí é peneira de garimpeiro! Vocês são garimpeiros, não são isso que vocês tão falando que são’. Aí eu disse: ‘Não colega, isso aqui...’ Aí ele disse pra mim: ‘No dia que vocês acharem o ouro aí, vocês nunca mais vem aqui’; Aí eu disse:

‘Não, ninguém tá cavando ouro aqui. Nós tamo [sic] cavando isso aqui, olha’. A gente cavava lá no Jacurixi e lá não era terra preta, era aquela terra massapé com aquele barro assim, mas tinha cerâmica. A gente cavou uma fundura, em duas unidades daquelas, a gente escavemo (sic) com 2,20m e nós só achava (sic) isso. E às vezes aquele osso, né?! Aí tem o carvão e a cerâmica. Toda ela era uma terra mulata. Não tinha muita cerâmica, mas tinha um bocado.

Seu Bené avalia de forma positiva a experiência que teve com o PAC e a permanência da equipe da comunidade, e afirma sentir muita saudade dessa época. Sua memória remonta para um período de relativa prosperidade financeira e de oportunidades únicas, como por exemplo, as viagens de helicóptero durante o período que trabalhou no projeto do gasoduto. Experiências e relatos que serão levados para vida toda, como o dia em que o helicóptero que estavam caiu duas vezes no mesmo dia, e seu Bené fez seu relato com detalhes demonstrando com propriedade o que apreendeu sobre o manuseio da aeronave. É possível que essa experiência seja contada e recontada aos familiares e amigos da comunidade, mantendo-o em situação privilegiada pelas experiências novas oportunizadas pela arqueologia, pois no momento em que seu Bené fazia a narrativa havia a filha e o genro ao seu redor escutando atentamente o seu discurso:

(...) Mas pra você ver quando o negócio tem que acontecer, acontece mesmo, né?! Nunca tinha andado de helicóptero, né, aí o banheiro lá no lago do Piranha, e o rio tava (sic) cheio, né?! Aí, meu Deus do céu, aí fomo (sic) lá com a dona Carmem. Aí ele [Tijolo] disse: ‘Dona Carmem de quê que a gente vai? De jatinho ou vai de voadeira?’ Aí ela disse: ‘Carlos Augusto, eu acho que vocês não vão de coisa não meu querido, tá (sic) ventando muito. Eu vou arrumar o helicóptero pra vocês irem que é mais rápido e defende vocês do banheiro’ (...) Aí o helicóptero chegou lá, embarquemo (sic) e o piloto fez o teste tudinho, né, esquentou lá a máquina, aí nós era (sic) 5: piloto, co-piloto, eu, Tijolo e um boliviano da CGA. Antes de a gente chegar no meio do rio deu problema na máquina do helicóptero, aí perguntei o que que tinha acontecido do Tijolo. Aí ele disse: ‘Nós tamo (sic) é lascado, a aeronave não vai nem pra frente e nem pra trás’. Aí eu fiquei com medo, né. Aí o bicho deu um estalo “pá”, aí sobrevoou uma fazenda de boi, a gente olhava benzinho o boi. Quando deu fê o bicho estalou lá em cima e ficou rodando, e nós veio (sic) de lá e ele ‘vrummm’ direto pro chão. Aí eu acho que tava (sic) dessa cor aqui [risos], aí saíram e eu saí também. Aí o piloto ficou lá dentro e começou a mexer, aí passou rádio né, porque eles trabalham com rádio, passou rádio lá pra aquele hotel (...) Não demorou nem 10 minutos e o cara chegou lá com uma maleta desse tamanho aqui, aí destroceu (sic) tudinho e nós lá do outro lado da rua olhando. (...) Rapaz, mas o bicho cortou mesmo a terra com aquele troço duro lá [as hélices], cortou a terra preta [risos]. Aí arrumou tudinho (...) Aí o piloto meteu a chave lá e ligou de novo, aí subiu de novo e desceu de novo. Aí ele [piloto] falou que o pessoal da arqueologia não era pra embarcar porque ele ainda ia testar a aeronave, ia fazer uma volta. (...) Aí o avião [helicóptero] chegou, né, funcionando e o piloto mesmo chegou pegando a nossa mochila e botou lá na bagageira da aeronave lá e falou: ‘Cadê os arqueólogos, bora?’ Depois que o bicho plainou eu fiquei bem, rapaz, quando o bicho chegou lá pro Piranha foi aquele fumaceiro (sic). Aí eu fiquei com medo, aí a gente vamo (sic) morrer mesmo [risos]. Aí eu olhei pelo retrovisor e vi aquela labareda de fogo no rabo da aeronave, olha. Aí começou um barulho feio na máquina, um ‘fiiiiiiiiiiii...fiiiiiiiiii...fiiiiiiiiii’ aí o piloto começou a falar né: ‘A aeronave mudou, aeronave mudou’. Aí eu fiquei puto com ele, né, mudou pra onde? [risos]. Aí o bicho ia caindo assim, aí tinha a faixa do gasoduto era isso aqui, né?! Aí, o piloto muito do seu profissional mesmo, ele botou ali e foi direto, e quando chegemo (sic) no meio da estrada tinha um guindaste e outro no meio do caminho. Aí disse: ‘É aqui que a

gente vamo (sic) morrer, meu Deus'. Botei a mão na cabeça assim só pra esperar a porrada. Aí foi só a porrada 'páaaaaaaa', aí 'bleibleiblei' era ele [helicóptero] rebolando assim. (...) Aí quando deu o impacto na estrada que nós rebolemo (sic) assim, né, que a aeronave se aprumou, aí eu pulei de dentro e saí engatinhando assim [risos]. Tijolo ainda meteu a mão pra puxar na minha calça [risos] porque a hélice ainda tava (sic) rodando. Aí eu saí abaixado porque já tava (sic) treinado também, né. Aí deu tempo de tirar, o piloto tirou as mochilas e o Tijolo ficou batendo foto do coisa lá [risos]. Aí começou a pegar fogo. Aí o boliviano chegou junto lá comigo e disse: 'Você já andou alguma vez de helicóptero?' Aí eu disse: 'Rapaz, é a primeira vez'. Aí ele disse que era eu que tava dando problemas [risos]. Eu disse: 'O senhor tem que dá é graças a Deus eu andar com Deus, porque nós tamo [sic] vivo aqui até hoje'. Foi só eu terminar de falar essa palavra aí foi o 'piiiiiiiiiii' espocou o coisa e a labareda foi mais de 70m de labareda de fogo [risos]. (...) Aí eu perguntei do Tijolo se a gente ainda ia trabalhar hoje [risos]. Sabe que horas era isso? Desde a hora que a gente já tava lutando, já era uma hora da tarde [risos]. Aí eu disse: 'Rapaz num vamo (sic) mais trabalhar não, vamo (sic) embora, mas por aqui eu não vou nem com nojo [risos]'. Era legal [risos].

E avalia com gratidão, para além dos aspectos financeiros, o quanto sua experiência do convívio com os arqueólogos lhe valeu. Importante notar, em sua fala honesta e simples, que seu Bené busca fatos positivos para expressar seus entendimentos:

Pra mim foi muito bom, né?! E graças a Deus até hoje, já com o quê? Já estamos em 2017 e nunca vi relato nenhum de ninguém daqui da comunidade. O pessoal às vezes pergunta de mim cadê aquele pessoal que vocês trabalharam e eles tão por onde? Aí eu digo: 'Tão fazendo os trabalhos deles'. Eu não trabalho mais com eles por causa que eu não sou, só tava (sic) trabalhando com eles naquele tempo por causa da estrada, que tavam (sic) fazendo esse gasoduto aí, não sou arqueólogo, né?! Trabalhava com eles por causa que fazia meus outros tipos de trabalho também, né?! É, mas foi muito bom. Graças a Deus nunca teve nada de problema com vocês. Fui bem querido. Aqui o pessoal da arqueologia passava aqui e todo mundo gostava. E nunca tive problema nenhum. O último pessoal que trabalharam aqui no coisa [Limão] foi o pessoal da arqueologia e nunca tive problema nenhum, porque onde chegava era bem recebido. Quando eles chegavam já conversavam. Porque às vezes tem pessoas que conhece uma coisa e já quer se julgar demais, né?! Não quer ter respeito, né?! Vocês [arqueólogos] não, aonde chega conversa com qualquer uma pessoa e informa, e se informa, e quer saber. Eu andei muito nessa região do Solimões, eu andei muito e nunca tive problema com ninguém de vocês [pesquisadores no geral], graças a Deus. Era pra gente tá bem beneficiado aqui se não fosse, eu tenho queixa não é dos arqueólogos, eu tenho queixa é do nosso prefeito [à época Nonato Oliveira] que na época do gasoduto era pra gente ter um museu aqui. Só que na época, o nosso prefeito foi muito estranho. Ele não conseguiu foi deixar fazer o museu. Hoje era pra nós ter aqui um museu, aqui no Lago do Limão. Se tivesse construído aqui um museu, através desse museu nós ia ter muito emprego. Muito emprego pra gerar pra comunidade. Mas isso daí foi um problema de lá da prefeitura, né?! Eu conheço um monte de gente da arqueologia e também pergunto se eles gostaram de mim, né?! Porque às vezes a gente também faz coisa que as pessoas não gostam, né [risos]?! Mas quando eu tava (sic) trabalhando com vocês, eu fazia todos os pedidos e mandados. Porque ele tem o direito de pedir, principalmente o chefe, né?! E eu não atendia só o chefe, eu atendia todo mundo bem também. Quando tavam (sic) fazendo o trabalho aqui no Limão, mesmo, que vinha todo mundo, era maior animação aí [risos].

No discurso, saudoso e positivo, de seu Bené fica evidente que as contribuições do PAC no Limão ultrapassam os avanços acadêmicos no âmbito da arqueologia amazônica. Para além da movimentação financeira que o projeto promoveu durante o período de atuação na comunidade como um todo, há ainda as proficuas trocas de experiências entre os sujeitos

envolvidos. Se o pesquisador proporciona um aprendizado técnico, que no caso de seu Bené, e de outros comunitários, o qualifica para atuar como técnico em arqueologia, o comunitário proporciona um aprendizado tradicional que contribui sobremaneira na identificação de sítios arqueológicos, na utilização de espécies úteis, nos históricos de intervenção das áreas etc.

Outro sujeito colaborador foi o agricultor e hoje técnico em arqueologia Cláudio Roberto Pinto Cunha, morador do Lago do Limão há aproximadamente duas décadas. Cláudio iniciou seu relato contando alguns “causos” nos quais foi protagonista sem se guiar por uma ordem cronológica da sua visão acerca dos anos em que participou do Projeto Amazônia Central. Relatando de forma clara e objetiva todos os seus anseios e angústias causados, hora pelo encerramento da atuação do PAC na comunidade que os deixou no ostracismo, hora pelas expectativas por ele criadas e frustradas posteriormente porque as pesquisas têm início, meio e fim. Nas entrelinhas do seu relato carregado de sentimentos e, aparentemente, desconexo das questões por nós levantadas, foi possível perceber momentos de reconhecimento velado pelas oportunidades e trocas proporcionadas pelos anos de convivência com os pesquisadores do projeto e os trabalhos que desenvolveu nos laboratórios de arqueologia, no momento pós-campo. É possível que toda essa “bagagem de campo e laboratório” seja entendida por Cláudio como uma experiência acadêmica sem título. Para darmos voz a este sujeito, priorizamos a construção de um texto minimamente cronológico para uma melhor compreensão da experiência.

Cláudio ou Claude, como era carinhosamente chamado pelo Dr. Eduardo Neves, teve seu primeiro contato com o Projeto Amazônia Central em meados de 1999, quando o seu sogro, o “seu Bené”, pediu que ele pilotasse a canoa alugada para a equipe de arqueologia. Inicialmente o transporte era feito para o sítio Osvaldo, um dos primeiros sítios arqueológicos a ser escavado no âmbito do PAC. E, segundo ele, a curiosidade de saber qual era a tarefa que a equipe de arqueologia estava desempenhando o motivou para que acompanhasse os arqueólogos para além da canoa/rabeta:

Então, quando a primeira vez que eu levei ele lá, o Eduardo e a equipe dele, eu fiquei na beira o dia todinho esperando eles voltarem, pra eu não subir. Mas aí bateu a curiosidade, aí eu falei não, eu tenho que saber o que esses caras estão fazendo aí. No segundo dia eu já levei eles quando eu parei a canoa no porto eu já pulei na água, entendeu? Já pulei na água e já fui nadando pra proa porque tinha muita gente, entendeu? Já fui lá pra frente, eu peguei a caixa e o Eduardo ‘ou meu, ou meu fica aí, meu, de boa, fica sossegado ou vai pescar’, eu disse ‘não, vou ajudar a carregar’. Tá (sic), aí eu comecei a ajudar a carregar, aí eu comecei a agilizar com eles as coisas, aí eu comecei a ver as coisas, mas eles não falavam nada, só que era arqueologia, mas em 99 o que era arqueologia?

De acordo com o discurso de Cláudio é possível inferir que, embora tenha participado efetivamente da equipe nas primeiras etapas de campo, pouco sabia sobre o significado ou



sentido do trabalho que estava sendo realizado, despertando assim o imaginário para a associação entre arqueologia e garimpo, devido à ação de coleta do material cultural para análise em laboratório:

Imagina arqueologia aqui em 99 que ninguém nem sabia falar, se muitas vezes as pessoas ouviram falar em arqueologia no estado do Amazonas sabe quando? Quando liam a bíblia, a última folha da bíblia tem na arqueologia; e vai saber o que é arqueologia na bíblia? Então sabe o que é que tem aí? Um monte de garimpeiro tem aí, aí rolou na comunidade todinha que tinha uns garimpeiros aí. E sabe o que eles faziam? Vinham perguntar pra mim, todos eles perguntavam pra mim. E eu dizia, ‘não cara, os caras não tão garimpando não; os caras tão vendo o negócio da terra preta pra li’. Eu falava pros (sic) caras, eu não sei o que é que é, mas vou investigar.

Segundo Cláudio foi despertado nele o anseio para descobrir o que aquelas pessoas faziam e por que estavam interessadas na terra preta. Por outro lado, lembra que seu sogro, seu Bené, lhe disse para “largar aquele trabalho de malandro”, e pediu que ele retornasse para as atividades de agricultor para concluírem a plantação no roçado que haviam preparado antes de iniciar a prestação de serviço para arqueologia. Assim, esse interesse fez com que fosse se envolvendo na pesquisa de arqueologia e permanecendo na equipe para além do esperado, o que teria resultado em um convite para trabalhar em outra etapa de campo, porém, em Iranduba dessa vez. O que pode ser interpretado como um reconhecimento por um trabalho de qualidade, pelo fato de Cláudio ter compreendido a *práxis* da arqueologia.

Cláudio relembra que embora tenha feito a intermediação entre a equipe de arqueologia e a comunidade, as pessoas ainda desconfiavam do tipo de atividade que estava sendo realizada. Muitos teriam sido injustos ao se referirem ao assassinato do arqueólogo James Petersen em um assalto em Iranduba, atribuindo tal fato à possível extração de ouro por parte dos arqueólogos, deixando Cláudio incomodado. Segundo ele, constantemente era testado por membros da comunidade que iam investigar o que os pesquisadores faziam no Limão:

Pra você ter uma ideia, eu fui testado até pelos professores aqui. É, quando eu fui pro trabalho lá em Iranduba toda sexta e sábado vinha pra casa, eu vinha sábado e voltava domingo, ia um professor daqui comigo pra lá pra ver o negócio, pediam, o professor chegava comigo, daqui da comunidade, e dizia assim ‘Cláudio tem um agasalho lá pra mim?’, eu dizia meu amigo acredito que tenha porque o povo lá é bom, se você falar com o Eduardo eu acho que ele vai ceder pra vocês. O filho do seu Osvaldo cara, o cara não aguentou meia hora, 300 línguas diferentes, imagina tinha mais de 60 pessoas, o cara me chamou lá fora e falou ‘meu amigo eu não sei como tu aguenta, não sei como tu aguenta’, eu disse que uma hora dessa eu falo uma língua dessas aí. E enfim que essas coisas vão passando na vida e as pessoas da comunidade vão vendo, vão se entrosando.

O envolvimento na pesquisa e nas etapas de campo fizeram com que, gradativamente, Cláudio fosse entendendo as circunstâncias que fizeram com que os pesquisadores trabalhassem na comunidade, e despertando seu interesse pela arqueologia amazônica. Além

disso, estava desempenhando um trabalho remunerado que proporcionava a ele um status dentro da comunidade a partir da aquisição de bens materiais, além da reforma de sua residência.

Quando perguntamos sobre a Educação Patrimonial citada por outros interlocutores e que teria ocorrido na comunidade nos primeiros anos do PAC, Cláudio acaba contando sua experiência nas discussões e reuniões, inclusive com o prefeito de Iranduba, sobre a implantação do CABA, que aparenta ser a sua maior frustração devido a não implantação do centro.

De acordo com a memória de Cláudio, sua prestação de serviços para o PAC se deu até meados de 2009. A partir de então passou a prestar serviços para antigos alunos do Dr. Eduardo Neves, os quais participaram de etapas de campo no Limão e hoje trabalham com arqueologia preventiva, de forma que Cláudio se desloca para outros estados sempre que necessário. Importante notar como o uso dos conceitos arqueológicos passa a compor as narrativas, mostrando o domínio que os comunitários vão ganhando desse novo mundo de fatos e valores. Ainda que possa parecer pouco, é importante destacar e apontar para esse lado da troca que a experiência arqueológica alcança. Além disso, o fato de ser convidado para prestar serviços como técnico em arqueologia por antigos integrantes do PAC demonstra que Cláudio adquiriu, por meio do Projeto, uma profissão distinta da que possuía, e que lhe proporciona remuneração ainda hoje, mais de 5 anos após o encerramento do projeto. Percebe-se, ainda, a absorção do discurso dos pesquisadores quanto às descobertas relevantes só ocorrem na arqueologia acadêmica, em detrimento à arqueologia de contrato:

Depois daí foi mais arqueologia de contrato. Eu gosto de arqueologia de contrato, mas eu prefiro mais de arqueologia acadêmica; é outro ritmo, você tem mais chance de aprender, tem mais chance de passar, mais chance de ver o impossível, mas infelizmente a arqueologia acadêmica tinha que ser arqueologia de contrato. (...)

Cláudio lembra que antes do contato com o PAC nem imaginava o que era arqueologia na Amazônia, aliás, nem imaginava que existisse arqueologia num contexto geral. Relembra de sua infância, quando passava por áreas de terra preta, as quais eram definidas por pessoas mais velhas como áreas do “lixo dos índios”, e que quando questionava seu padrasto sobre a origem da terra preta, se realmente havia sido produzida por populações indígenas, recebia a resposta de que aquela terra se tratava apenas de uma “terra boa para plantar”. Mas, Cláudio afirma que já teve experiências “sobrenaturais”, e que através destas sentia que havia uma energia diferente nas áreas que, anos mais tarde, entendeu se tratar de sítios arqueológicos; o que poderia ter potencializado alguns acontecimentos inexplicáveis, como por exemplo, ter conversado com um índio do passado, experiência esta que ele nos conta que teve.

Uma das questões abordadas, assim como com todos os outros sujeitos, mas que também foi motivada pelo discurso do Cláudio, foi sobre o legado do PAC no Lago do Limão. O que, de outro modo, também aponta para interpretações negativas e parciais dos comunitários que poderiam ser evitadas, ou melhor situadas. As expectativas que os empreendimentos arqueológicos geraram, foram muitas e o experimento pode ensinar a todos que isso não é bom e deve ser evitado ao máximo. A leitura dos comunitários do contexto político local, lamentavelmente, está quase sempre limitada ao jogo perverso das negociações diretas do município e na medida em que passamos para as esferas do estado e da união, tudo fica ainda mais obscuro:

Eu me envolvi mesmo com a arqueologia, hoje eu me sinto traído porque você vê, olha você imagina ali uma escola e o professor tá lá pra ensinar o aluno, e o professor pergunta: ‘o que você quer ser quando tu crescer?’ ‘Ah quero ser jogador de bola’, e o cara: ‘não, tu vai (sic) ser pedreiro’. Mas aí o professor ensina o cara a ser jogador de bola na educação física e o outro professor ensina o cara a ser pedreiro. Aí no final da conta o cara gosta de ser jogador de bola, gosta de ser pedreiro, mas não exerce a função. Que foi o caso que aconteceu aqui, entendeu? Eu não quero ser o arqueólogo fulano de tal, entendeu? Não, mas eu aprendi uma coisa muito boa que contado de um jeito diferente pode até ser atraente pra outras pessoas, que eu vejo que tem muita coisa na arqueologia legal. Por exemplo, imagina qual que é o aluno que não quer saber que a peça tem 1.200 anos? E qual foi a pessoa que pegou naquela peça antes de você? Tudo isso eles me ensinaram, enquanto eu tava (sic) nessa superfície aqui, eu tava iguagliados (sic) com eles, no momento que entrava dentro da unidade era só eu, a unidade e o último índio que pegou naquela peça que tava (sic) lá dentro. Eles nem sabiam lá fora o que eu tava (sic) pensando ou que tava (sic) passando naquele momento (...) Mas aí o cara te convida, você vai lá e faz o curso de tecnólogo, aí você vai ser arqueólogo, mas chega na hora você não vai ser. Chega na hora todo aquele conhecimento que você tem só serve pra você, porque se você falar o doutor ali vai, entendeu? Agora se você sabe coisa que interessa pra ele, ele nem vai te dar moral também, ele vai só ficar ouvindo, entendeu? É peça descartável, eu me senti descartado, entendeu? É porque se eles quisessem, se o Eduardo quisesse, grana já tinha. O projeto já tinha, eu falei pro Eduardo, eu falei pra ele; qual que é problema de não ter o Centro [o CABA]? Ele falou “a terra”! Eu disse: eu dou a terra; eu ia doar uma quadra de terra pra fazer o negócio, ele não quis porque tinha que partir da prefeitura porque era o acordo com o gasoduto.

O discurso de Cláudio permeia por uma mágoa pela falta de continuidade na pesquisa de arqueologia na comunidade, e conseqüente falta de trabalho fixo para os técnicos formados em virtude da experiência proporcionada pelo PAC. Em seu imaginário, tal circunstância teria se dado pela não implantação do CABA, que seria o centro responsável por absorver não só a mão-de-obra local, como ele, seu Nego, seu Bené, e pessoas de outros locais do município de Iranduba, como também os graduados em arqueologia pela UEA, e demais pesquisadores de fora que quisessem se instalar na região. Mas que por questões políticas que estavam acima da boa vontade do Dr. Eduardo Neves, o CABA não foi criado. Além disso, a fala acima ainda demonstra algum pesar por não ter ingressado no curso de arqueologia, criado em 2009 pela UEA, cujas razões não foram mencionadas. De acordo com o seu discurso, o fato de não possuir

titulação acadêmica faz com que seu conhecimento tradicional e suas ideias sobre o patrimônio arqueológico, sobre inovações em métodos e técnicas de campo sejam absorvidas pelos pesquisadores que se interessam pelo Limão e pelas informações que pode oferecer, mas invisibilizando seu autor, no caso ele. Cláudio afirma que contribuiu de forma efetiva nas dissertações e teses que utilizaram do contexto arqueológico da Amazônia Central e gostaria que algum crédito lhe fosse concedido, para além dos agradecimentos na parte dos elementos pré-textuais dos trabalhos científicos produzidos. Apesar de certa mágoa, nota-se mais uma vez que a falta de esclarecimentos e pouca comunicação gera os mal-entendidos de todos os lados. Afinal, vale indagar o que realmente são os achados arqueológicos e como eles poderiam ser creditados aos comunitários de modo que ficassem mais satisfeitos? Provavelmente, um crédito bibliográfico não teria utilidade nessa troca e talvez as queixas apresentadas sejam mesmo resultado de outras questões, como por exemplo a ausência de um trabalho técnico remunerado que lhe proporcionasse terminar a reforma de sua casa, bem como o colocasse de volta no segmento da arqueologia que mais gosta, a arqueologia acadêmica, como chegou a comentar em uma das etapas de campo para esta dissertação.

Apesar da escassez de cargos técnicos remunerados na área da arqueologia, é preciso esclarecer que, conforme apresentado no Capítulo I da dissertação em tela, inúmeros foram os cursos de arqueologia criados no Brasil na última década. E tem havido, de forma ainda mais incisiva nos últimos 2 anos aproximadamente, um esforço de empreendedores ligados à construção civil, somado a estratégias econômicas e políticas que visam diminuir (até que seja eliminada) a participação do IPHAN, e conseqüentemente de arqueólogos no processo de licenciamento ambiental (CALIPPO, 2017), a fim de dar celeridade e simplificar os processos; além dos cortes nos gastos com pesquisas científicas. Ou seja, há um aumento crescente na oferta de mão-de-obra qualificada em arqueologia, mas uma diminuição na demanda por arqueólogos, gerando um número de desempregados na área, além da desvalorização financeira do profissional.

Embora não esteja atuando constantemente na área em que o PAC lhe formou, Cláudio tem feito seus experimentos no que tange a terra preta de índio e, avalio que narrar o seu experimento e a sua ideia de como reproduzir esse solo, muito fala sobre as contribuições que o Amazônia Central deixou no Limão:

Então você vai saber exatamente o que eu tô (sic) te falando; quando você chega num lago já viu que aquela lama seca racha todinha? Aquilo ali tem húmis (sic), tem muita terra que tem muita coisa orgânica, muita mesmo. Então a minha ideia é que o índio sacou, essa é a minha visão, de que ele precisava reter aquela água ali; como que ele ia parar aquela água? Porque se a gente parar pra pensar como criar, a gente não vai criar, né, mas eu preciso pegar uma coisa que tá pronta e trabalhar ela; eu fico

imaginando como que o índio poderia fazer isso, então o índio teve aquela sacada de como ele poderia manter aquela terra úmida. Se lá no lago ela resseca e racha, na terra preta ela vai virar poeira. Na terra firme mesmo vai virar poeira. Aí que vem o pulo do gato deles, né, eles misturaram com a cerâmica, misturaram com o carvão e a cerâmica, o acrescento deles foi esse, foi a cerâmica e carvão. E a minha ideia não é juntar a cerâmica, é por o tijolo pra fazer a função da cerâmica, entendeu? Pra diferenciar, invés de botar a cerâmica, sabe, vou catar a cerâmica ali e botar, não, não quero envolver isso, quero pegar ali meio milheiro de tijolo quebrar e fazer uns 20x30m ou uns 10x20m e fazer um experimento, entendeu? Eu vou passar uns 10 anos aí pra encher um 20x30m. Eu quero mostrar pra eles que a terra preta já foi construída e que os índios não fizeram a terra preta, eles só melhoraram a terra preta; trabalharam elas, porque a gente tem dois tipos de várzea; a gente tem a várzea da terra firme e a várzea da várzea, entendeu? É o gapó (sic) que alaga e fica uma várzea. Então tem o período do ano que você vai na várzea e consegue plantar, mas aí tem aquela várzea da terra firme que ninguém gosta de plantar; nessa várzea da terra firme eu acredito que todos os sítios arqueológicos, toda a terra preta que você encontra, você encontra ela em dois momentos, em momentos próximos da várzea, da terra firme da várzea e próximo a várzea da terra firme, entendeu? Sempre em periferia desses lugares; no centro, no centro mesmo, imagina, é muito difícil fazer uma ocupação num lugar desse. Você não encontra. Você vê que o Iranduba é um lugar arrodado de sítio e Manacapuru, mas se você vê que ele é arrodado de água pra todo lado. E aonde tem um lago eu acredito que tenha essa terra, essa terra preta, entendeu? Tá ali no fundo esse orgânico, tá tudo ali. Eu só preciso saber se ela tem o húmus, se ela tiver o húmus eu matei a charada, entendeu? Eu dei essa informação infelizmente pra uns americanos. Então eles já tão fazendo a terra preta lá, já tão vendendo a terra preta lá. Eu tenho uma pergunta, se você descobre esse trem (a formação da terra preta de índio) o que é que ganha? Só o nome?

Para além do experimento para entender a formação da terra preta de índio, e conseqüentemente a sua reprodução, Cláudio ainda afirma que tem reproduzido uma técnica de plantação verificada em um dos sítios arqueológicos que escavou, e nos levou até seu terreno para mostrar. Podemos concluir que, mesmo que seu discurso quase na íntegra tenha sido voltado para os ressentimentos que tem em relação ao enceramento do PAC e conseqüente ostracismo da comunidade, as trocas de experiências e a possibilidade de escavar sítios arqueológicos proporcionou, para além de uma profissão que lhe assegura alguma remuneração, o acesso a meios distintos de trabalhar a terra e enxergar novas possibilidades de cultivo. Além de ter despertado seu interesse a ponto de realizar experimentos que, se bem sucedidos, trariam benefícios inestimáveis para a arqueologia Amazônica. Em nosso último encontro, Cláudio contou da experiência que teve, dias antes, em dar uma entrevista para um documentário que estava sendo filmado para ser divulgado em um simpósio sobre “plantar água”, que ocorreria em Brasília e contaria com a participação de pesquisadores alemães. Cláudio teria sido indicado para dar entrevista por um amigo comunitário, e a sua fala permeou por fornecer informações sobre os sítios arqueológicos presentes na comunidade e o período em que o Limão foi ocupado pelos índios do passado. O ponto máximo de sua entrevista, segundo ele, foi desviar o foco das terras pretas de índio para os artefatos líticos presentes, principalmente em areais, por se tratar

de ocupações potencialmente mais antigas, informação essa que seus interlocutores afirmaram ser totalmente inédita para eles<sup>42</sup>.

O convívio com Cláudio associado ao seu discurso nos permite uma interpretação que contribui no entendimento da frustração que ele profere ao contar suas experiências com o PAC, que por vezes sugere ter passado por uma experiência acadêmica que não lhe rendeu o título de arqueólogo porque não passou pelo rito de ingresso estabelecido pelas instituições de ensino. Cláudio se vê como um arqueólogo, mas não é reconhecido como tal, o que o deixa extremamente desconfortável e infeliz. Pois, ele possui o que muitos arqueólogos titulados não têm, que é o conhecimento tradicional do mundo rural amazônico associado ao conhecimento científico adquirido por meio do PAC.

No que tange a temática do conhecimento científico em detrimento do conhecimento tradicional, a qual a situação de Cláudio pode ser inserida, Santos (2006) afirma:

Dentro do regime de propriedade intelectual vigente, há um desequilíbrio muito grande entre o valor que se confere ao conhecimento tecno-científico e o baixíssimo valor que se confere aos outros tipos de conhecimentos, que lhe servem de matéria-prima, como o conhecimento tradicional.

Isto porque, o conhecimento tradicional é comumente enxergado de maneira equivocada como algo ultrapassado e acabado. Embora a ciência moderna use conceitos e a tradicional percepções (CUNHA, 2007) tornando-os, a primeira vista distintos, “ambos são formas de procurar entender e agir sobre o mundo, sendo obras abertas, inacabadas” e em construção (op. cit., p. 79). Transportando tais conceitos para o caso em tela, a ausência de institucionalização dos conhecimentos tradicionais de Cláudio, associado ao “arraigado paternalismo do colonialismo interno e a arrogância da ciência ocidental” (op. cit. p. 84), e ainda ao modo de se enxergar sob a ótica do cientista, acarretam na sua anulação perante a comunidade científica.

Um exemplo de suas queixas é que em suas prestações de serviço no âmbito da arqueologia preventiva é contratado como auxiliar de campo, recebendo remuneração inferior à desejada e incompatível com o conhecimento técnico adquirido, ao passo que atribuições de arqueólogo pesquisador lhe são repassadas justamente pelo seu perfil de técnico em arqueologia. Essa falta de reconhecimento seria a responsável por não lhe ser creditada invenções como a utilização da boca-de-lobo em investigações arqueológicas, que segundo ele, foi ideia sua. Nesse aspecto é possível fazer uma analogia com o que Cunha (2007) apresenta como sendo os pontos-chaves para a convivência pacífica entre conhecimento tradicional e conhecimento científico:

---

<sup>42</sup> De acordo com as informações de Cláudio, o simpósio o qual ele mencionou é o 8º Fórum Mundial da Água que ocorreu de 18 a 23 de março em Brasília.

O problema, então, é achar os meios institucionais adequados para, a um só tempo, preservar a vitalidade da produção do conhecimento tradicional, reconhecer e valorizar suas contribuições para o conhecimento científico e fazer participar as populações que o originaram nos benefícios que podem decorrer de seus conhecimentos (CUNHA, 2007, p. 84).

Cláudio afirma que a sua formação e expertise técnica são méritos do PAC associados ao seu empenho, e o não reconhecimento dele enquanto arqueólogo equivale à negação do investimento que o Projeto fez na capacitação dos comunitários envolvidos.

Assim como seu Bené foi o responsável pela participação de Cláudio no projeto, Cláudio teria sido o responsável pela participação de outras pessoas, como por exemplo, o senhor Edimar, conhecido no Limão por “seu Nego”, e também sujeito colaborador nessa dissertação.

Edimar da Silva Alves, o “seu Nego” do Limão, filho da terra e agricultor, hoje técnico em arqueologia e agente ambiental, conta que antes da chegada dos arqueólogos na comunidade todos os moradores já tinham visto fragmentos de cerâmica e, por vezes, os machados em pedra polida (artefatos líticos), mas que não associavam esses objetos como vestígios do homem do passado:

O pessoal jogava era pedra um no outro com esse material, inclusive eu jogava [risos], eu não sabia [risos].

[...]

Ninguém sabia o que era, plantava roça e cortava aqueles vasos lá, mas os caras não tinham o conhecimento e destruíam o material todo. (...) Caco a gente sabia que era dos índios mesmo, porque meu avô falava, a gente tinha conhecimento. Porque, a minha avó, mãe da minha mãe, ela era filha de índio, neta de índio, que eles passaram por aqui e deixaram os materiais deles por aqui. E a minha mãe tem sangue de índio mesmo e eles falavam o que vou falar: ‘isso aqui foram os índios que trabalhavam aqui e deixaram aqui, eles iam passando e iam deixando aqui’. A gente sabia o que era. De terra preta ninguém tinha assim o conhecimento, eles não falavam assim que era dos caras. Eles falavam que eles [os índios] queimavam, mas não falavam que eles que faziam, assim de certeza que eram os índios que faziam, não falavam.

Seu Nego conta, sem entrar em detalhes, que o primeiro contato que teve com a arqueologia foi por meio de seu cunhado já falecido. No entanto, passou a integrar a equipe por intermédio de Cláudio e seu Bené, sendo que sua participação se deu inicialmente como canoieiro ou “piloteiro” para transportar a equipe do Dr. Eduardo Neves durante as atividades de arqueologia no âmbito do gasoduto Coari-Manaus:

(...) Comecei a levar eles como canoieiro para o Gasoduto e através do Gasoduto eu fui contratado pra trabalhar com eles, mas aí não como canoieiro, já como apoio da arqueologia mesmo. Aí no primeiro dia de campo que eu fui que eles me contrataram, o professor Eduardo Goês Neves pediu pro Claide, que era um dos coordenadores de campo, pra me contratar e aí me contrataram e eu entrei já praticamente escavando, nas escavações, trabalhando com ele, foi uma coisa que evoluiu pra mim rapidinho, eu aprendi muitas coisas ali na escavação, conheci o que era carvão, (inaudível) terra preta, eu não tinha experiência nessas coisas e fui aprendendo, assim, evoluindo rápido, foi aí que eu cheguei até eles.

Segundo ele, à época, havia uma tensão dentro da comunidade devido ao discurso de que os arqueólogos estavam levando o ouro da comunidade. Os vestígios arqueológicos coletados nas escavações e encaminhados ao laboratório estavam sendo confundidos ou deduzidos pelos comunitários como objetos valiosos. Seu Nego delega tal situação ao fato de não haver um educador que fosse em cada residência explicar o que é arqueologia e o porquê de estarem estudando no Limão. Embora bastante pertinente a colocação de seu Nego, há que se pensar que, embora fosse uma comunidade pequena à época, estamos lidando com um projeto de pesquisa acadêmica que possui inúmeras restrições financeiras que acabam limitando as atividades a serem desenvolvidas àquelas que são prioridades para que os objetivos do projeto sejam alcançados. Além disso, apenas um projeto específico de educação patrimonial com objetivos de alcançar de forma individual toda a comunidade proporia tal coisa. E ainda assim, provavelmente, não seria possível falar com todos os moradores, tendo em vista o cotidiano de cada um. As ações mais comuns são as reuniões nas escolas ou centros comunitários nas quais os interessados participam.

Questionamos ao nosso interlocutor se quando ele passou a compor efetivamente a equipe de arqueologia, já no âmbito do projeto do gasoduto Coari-Manaus, estava claro quais seriam as atividades que ia desempenhar e a razão destas serem realizadas. O mesmo relata que ele, assim como outros membros do Limão, não entendia direito e, portanto, tinha restrições em relação à pesquisa:

Assim, totalmente eu não conhecia, eu desconhecia o que era o material, né, inclusive eu era contra o trabalho de arqueologia aqui na comunidade que eu não sabia o que era. Pra mim as pessoas falavam pra mim que o resgate tavam (sic) tirando o que era o nosso, o pessoal falavam (sic) 'tão levando os ouros aqui da comunidade' a gente não sabia; por exemplo, eu não tinha experiência de nada e quem já sabia também, que nem o seu Bené, também não tinha ideia do que tava (sic) acontecendo; então foi através dos professores, dos coordenadores que tomavam conta dos campo, que fomos chegando até lá, que foi me explicando o que era e depois eu fui vendo que ia mudando, que não era o que o pessoal falavam (sic); através de mim eu fui passando para outras pessoas: 'não é o que vocês falam, não é o que tá acontecendo!' Então a gente precisa fazer palestras aqui na comunidade, na escola, reunir a comunidade pra comunidade ver o que tá acontecendo.

Assim como Cláudio, a presença de seu Nego nas atividades de escavação e o contato direto com os pesquisadores, foi fazendo com que os questionamentos surgidos e potencializados pela desconfiança de parcela da comunidade fossem sendo diluídos. E o conhecimento adquirido foi sendo repassado por ele como agente multiplicador, contribuindo assim para minimizar as interpretações equivocadas. Para além disso, seu Nego relata a realização de palestras na comunidade e a presença de turmas de alunos das escolas da região nas escavações arqueológicas. No entanto, é possível estabelecer um marco temporal para as



atividades voltadas para a extroversão do conhecimento acerca da pesquisa do PAC na comunidade que estaria associado, num primeiro momento ao início da etapa de arqueologia no âmbito do licenciamento ambiental para a implantação do gasoduto Coari-Manaus (a partir de 2005); e num segundo momento à pesquisa desenvolvida pela turismóloga e doutoranda (à época) Adriana Guimarães, em meados de 2008, para a sua tese intitulada “Aproveitamento Turístico do Patrimônio Arqueológico do Município de Iranduba, Amazonas”, e que promoveu um curso sobre turismo arqueológico para a comunidade.

(...) Foi através do gasoduto que as pessoas foram saber o que era o patrimônio histórico, que era da comunidade e era direito de todos, como meio ambiente, fazer esse tipo de trabalho de conhecimento na comunidade.

(...) Ela (Adriana) esteve lá, fez palestra com a comunidade, inclusive fez um curso de turismo arqueológico que não foi além, né!? E ficou pela metade, mas a comunidade aprendeu o que era arqueologia. Por que arqueologia? Por que foi feito arqueologia na comunidade? Por que tem a terra preta aqui na comunidade, né!?

Seu Nego, faz inúmeras avaliações das contribuições do Projeto na comunidade e fala da importância pessoal que foi a descoberta da arqueologia no Limão. Para ele, a experiência na *práxis* arqueológica e o aprendizado proporcionado por meio das palestras e dos sítios-escola foi única, para além da satisfatória remuneração pelo serviço prestado que o colocou na estatística da população economicamente ativa (PEA). Mas observa que a experiência é individual, e que mesmo após tantos anos de pesquisa no Limão ainda há, entre os comunitários, o binômio entre o discurso científico e o discurso não científico sobre os artefatos arqueológicos, como a discussão acerca do processo de formação da terra preta de índio:

Inclusive tem um rapaz aqui em cima, (...) **ele fala que a terra preta não foi feita pelas mãos dos índios, não foi feita, a terra preta foi uma coisa que nasceu ali, gerou ali, não foi feita pela mão do humano, coisa do humano.** Já vem dos princípios dele, e aí a gente enfrenta algumas coisas que as pessoas falam isso. Inclusive eles são religiosos, eles falam que a terra preta não foi feita pelos índios, aqueles machado de pedra, né, elas foram se encontrando e se gerando ali mesmo. Aí um dia eu perguntei pra ele assim: ‘Como que tu sabe que a pedra foi se encontrando nesse formato aí, de quem trabalhou? Por exemplo, um machadinho desse, como foi feito? Que tem um talho, um corte que o cara trabalhou, isso foi feito por mão de um humano, isso aí. A gente encontra machadinho, com um metro ou dois metros de profundidade’, isso aí ele não entendeu (**grifo nosso**).

[...]

Bom, eu acredito [que os índios faziam a terra preta]. Eu acredito, porque acho muito difícil assim a terra se mexer tanto e separar só a terra preta da terra amarela e da terra marrom. Eu acho difícil isso. Porque você vê que a terra preta ela fica em cima e aquela terra que vai ficando mais pra baixo, mais escura é porque ela vai vazando de cima pra baixo vai escurecendo até onde chega o final dela escurecer.

É possível pontuar, a partir da narrativa de seu Nego, a negativa ou distanciamento forçado da influência indígena tanto numa ocupação pretérita da área, como na intervenção na paisagem e produção do material cultural consubstanciado na dicotomia “criacionismo x

evolucionismo”, por meio da não atribuição da produção da terra preta de índio às populações indígenas pretéritas, lidando com ela como se fosse algo natural, presente na comunidade. Mas esse fenômeno de ressignificação não está restrito à comunidade do Lago do Limão, nem tampouco à eventual ineficiência de pesquisadores. Pois, é recorrente a interpretação da terra preta de índio, por exemplo, ser considerada pelos comunitários como um solo natural em várias localidades do Amazonas. Um estudo realizado no dialogismo da antropologia com a arqueologia junto aos agricultores que manejam a extensa área de terra preta da comunidade Nossa Senhora da Conceição II, no município de Manacapuru, revelou que todos os sujeitos colaboradores da pesquisa não acreditam que as populações pré-colombianas detivessem técnicas que resultaram na criação desses solos férteis, e defendem que as manchas de terra preta são veias de solo bom no meio do barro amarelo (CERQUEIRA, 2016). Lima e Moraes (2013) em estudos realizados na comunidade do Pontão, no município de Silves, também mencionam que nem todos os comunitários associavam a terra preta existente aos índios do passado, mas demonstravam sua percepção que o alto teor da fertilidade destacava esses solos escuros dos demais tipos de solo.

Nota-se a influência do conhecimento introduzido pela arqueologia no discurso do seu Nego, que é evangélico e não desconsidera o que a bíblia apregoa, mas defende que a história indígena vai mais além. Como ele mesmo define “... Sei que é o que está na bíblia é estranho, é profundo, é antigo, é diferente, é espiritual; o trabalho indígena é diferente!”

As urnas funerárias, eu falo pra ele: ‘Por que que a gente encontra essas urnas nessa profundidade, com osso, com dente, com tanta coisa que a gente encontra dentro, isso foi a natureza que construiu? Bota na tua cabeça, que teu estudo, tua bíblia tá errado, por causa da nossa experiência’. Aí eles encontraram dificuldade pra conversar comigo. Não sei se o Cláudio explicou, mas ele eu não sei se tem encontrado barreiras, mas eu tenho encontrado algumas pessoas que tentam me desdobrar por essa área aí. É evolução digamos, humano, material nosso aqui, né, com a ciência também. E outra coisa é a parte espiritual, a bíblia. A bíblia é totalmente diferente, ensina de outra maneira da que nós aprendemos na área da arqueologia lá; os conhecimentos que vem é muito além. Sei que é o que está na bíblia, é estranho, é profundo, é antigo, é diferente, é espiritual; o trabalho indígena é diferente!

A experiência do seu Nego, narrada acima, foi com uma pessoa nascida na comunidade que não teve contato direto com a equipe de arqueologia. Mas, a mãe dessa pessoa participou da “I Oficina de Cerâmica do Lago do Limão”, a qual também participei, sob a coordenação da pesquisadora Elaine Wanderley, em 2011, que, embora não tenha ocorrido no âmbito do PAC, portanto sem nenhuma relação, objetivou um trabalho voltado à arqueologia experimental em que houve a produção da réplica de três potes cerâmicos arqueológicos coletados na comunidade para socializar as técnicas tradicionais de produção. Ou seja, mais uma vez houve a apresentação sobre arqueologia e cultura material para os participantes da oficina. Com base

nisso, podemos refletir que mesmo as palestras proferidas pelos arqueólogos, o curso ministrado, as conversas informais etc., não foram suficientes para demonstrar ao interlocutor a autoria daqueles artefatos. Tal situação pode estar vinculada, para além de questões religiosas, à negação do passado indígena.

A interpretação sobre quem produziu e como foram manufaturados os artefatos arqueológicos presentes no Limão não é uníssona, o que não caracteriza um problema. A questão que devemos levantar é que o PAC obteve êxito no trabalho de conscientização dos comunitários para não destruir as áreas de sítios arqueológicos, como narra seu Nego:

Tem bastante terra preta e bastante terreno com areal, hoje tem bastante pessoas que não tão (sic) atacando a terra preta por causa do ensinamento que foi dado através das palestras e através do conhecimento nosso que foi passado pra população. Não pode meter trator, não pode meter arado, por causa disso, disso (inaudível). Então muitas coisas a gente já foi já falando pra comunidade o que era a importância da terra preta, na comunidade nossa aqui.

Assim como Cláudio, o seu Nego demonstra em seu discurso certa mágoa pelo desaparecimento dos arqueólogos da comunidade devido ao encerramento da pesquisa do PAC, e alega que as novas gerações já não apresentam as mesmas bases de conhecimento que eles possuem, como técnicos em arqueologia; o que é considerado por ele um problema para o Limão, tendo em vista a quantidade de sítios arqueológicos ali registrados:

Bom, eu esperava que os arqueólogos poderiam ter ficado mais aqui, ter acrescentado muito mais trabalhos sobre arqueologia, porque hoje tem muitas pessoas que aqui na comunidade, inclusive essa geração nova que está na escola aí, eles não sabem nada de arqueologia. E isso é uma coisa muito importante. Eu falei pro Tijolo um tempo atrás: 'Tijolo leva alguém no Limão pra dá (sic) uma palestra nas escolas lá, à noite ou de dia mesmo pra falar sobre arqueologia, leva uns filmes, alguma coisa aí pra apresentar. Tem jovem, adolescente que não sabe de arqueologia'. Esses que já teve em sítio-escola, naquele tempo, esses sabem o que é arqueologia. Mas essa geração nova não sabe de nada. Hoje se a gente chegar a pegar uma pedra, um vaso, eles vão quebrar, vão destruir porque não tem uma capacitação de nada, os professores não tão passando a experiência sobre arqueologia, não tão falando lá. Por que não tão falando? Porque não tem ninguém que chegue lá e fale, que faça isso e isso pra comunidade. Rapaz, outro dia aqui em cima, no sítio Zé Relógio, eles foram fazer uma escavação em uma fossa lá e quebraram uma urna. Urna funerária com osso e tudo dentro. (...) Por que eles quebraram? Porque eles não têm conhecimento, me levaram pra ver lá e quando eu cheguei já tava (sic) tudo quebrado.

[...]

Eu vou falar pra vocês que a terra preta não pode mexer sem ter uma autorização, foi o que eu passei pra eles. O cara meteu o trator no campo de futebol lá (inaudível) e tive que falar pra eles: 'Não meta o trator aí dentro que você vai ser preso, alguém vai denunciar você'. E a terra preta aí é grande, é bem profunda e com muito material, várias urnas foram encontradas ali.

É compreensível, até certo ponto, a angústia apresentada por seu Nego. No entanto, são inúmeros os fatores necessários para que uma pesquisa acadêmica ocorra e permaneça por décadas em um mesmo local. São fatores que variam desde o financiamento até os objetivos da

pesquisa. O PAC conseguiu um grande feito tendo permanecido por quase duas décadas atuando no mesmo local. Um dos motivos que contribuiu para que o Projeto fosse diluído foi ter conseguido respostas para as hipóteses que moveram a pesquisa, fazendo com que o foco fosse mudado. Não estou dizendo que toda a questão da ocupação amazônica foi sanada pelo PAC, mas sim que os objetivos do Projeto foram atingidos. Creio que uma das formas de minimizar as frustrações elencadas tanto por seu Nego quanto por Cláudio no que tange a falta de divulgação sobre o patrimônio arqueológico presente no Limão junto às novas gerações seria eles, enquanto técnicos em arqueologia capacitados pelo PAC, promoverem encontros periódicos com a comunidade para socializar o conhecimento adquirido durante o período em que participaram.

Seu Nego narra que não houve retorno dos arqueólogos para a comunidade no que tange, principalmente, a socialização dos resultados das pesquisas realizadas no Limão e o mapeamento dos sítios identificados e, como comunitário, responsabiliza-se também por não ter havido uma cobrança para que isso acontecesse

(...) Não deixaram [o mapeamento dos sítios arqueológicos identificados], isso deveria ter ficado na mão do presidente da comunidade ou na escola mesmo. Isso fica lá em Manaus, né!? O nosso trabalho do gasoduto [Coari-Manaus] lá em Manaus eu vejo, e na Comunidade e nas escolas daqui não tem. Isso é uma coisa muito errada que achei, que foi errado da gente, a gente tem até culpa disso, de não está (inaudível) porque se os coordenadores geral (sic), como Eduardo Neves e Helena [Lima], e esse outro pessoal tivesse colocado ‘olha, tem que deixar colado bem grande na parede da escola aqui o que era arqueologia’, todo mundo ia saber aqui. Mas ninguém não tem, já andei olhando toda essa escola aqui e não tem.

A sugestão de seu Nego é de que novas ações de divulgação sobre o patrimônio arqueológico do Limão e de Educação Patrimonial sejam realizadas na comunidade para que as gerações mais novas possam ter acesso e desenvolver um sentimento de proteção e pertencimento em relação ao patrimônio ali presente, assim como aqueles que participaram ativamente das pesquisas desenvolveram. Sugere ainda que outros projetos de pesquisa sejam propostos para a região como forma de minimizar os impactos e a destruição recorrente e crescente dos sítios arqueológicos. Aponta também para a necessidade de fiscalização do IPHAN e aproveita para denunciar a destruição massiva de sítios arqueológicos na região do Lago do Limão e entorno:

Tem o sítio do Laguinho, aquele sítio foi totalmente detonado, máquina entravam e os caras entraram e fizeram o trabalho de tanque de peixe, né?! Aí ele foi destruído. Um dia a gente foi visitar lá, aonde os caras tão trabalhando lá, fomos ajudar os caras levar umas caixas lá, onde a gente trabalhemo (sic) [durante o PAC], os caras fizeram o tanque de peixe e acabou o sítio arqueológico que era uma coisa muito linda, o sítio arqueológico acabou. E por que que acabou? Porque os caras [arqueólogos] não foram mais lá, ninguém fez mais os estudos e abandonaram, não foram mais lá.

[...]

Eu achei assim que não foi só culpa dos arqueólogos também; eu achei que o IPHAN tem culpa disso aí. Porque o IPHAN, de qualquer forma, o IPHAN tinha que colocar uma placa lá com uma identificação ‘não pode destruir isso aqui, é proibido por lei’, tal e tal, e explicasse, mas terminei o trabalho e o IPHAN não foi colocar nunca uma placa lá. Foi colocado uma placa naquele areal do 25 [km25 da AM-070] porque a gente exigiu, exigiu que fosse lá. Mas eles tiraram a placa, até hoje não sei se ainda tá (sic) lá a placa. É um baita de um sítio arqueológico de pedras [lítico], de fragmento de pedra, pedra mesmo polida que a gente encontrou, tá (sic) lá. O IPHAN foi lá e colocou uma placa. Mas cadê a placa? Não existe mais, tiraram, os caras tiraram a areia todinha [areal destruído] e aí fica difícil.

A destruição massiva de sítios arqueológicos em nome do “progresso” é, desde o início da disciplina, um problema recorrente de norte a sul do país. Compreendemos o quão frustrante deve ser para seu Nego saber da destruição, principalmente, de sítios que foram estudados no âmbito do PAC. Mas é necessário ponderar que a responsabilidade de proteção deste patrimônio é do poder público, não cabendo ao pesquisador a sua guarda permanente. Cabe ressaltar que o arqueólogo é fiel depositário dos artefatos arqueológicos por ele identificados apenas durante o período em que tiver autorização para realizar a pesquisa. Sendo que tal responsabilidade é transferida para a instituição de guarda que forneceu o endosso institucional quando da finalização do projeto e prestação de contas das ações realizadas com a entrega do relatório final ao IPHAN.

Ao analisarmos os discursos dos sujeitos é possível elencar inúmeras contribuições e alguns apontamentos negativos comuns a todos. O PAC representa um importante marco na história da arqueologia no Amazonas, e serviu como base para o crescimento intelectual e acadêmico de cada um dos participantes, para além da enorme contribuição científica no entendimento dos processos de ocupação da Amazônia nos períodos anterior e pós-contato com os europeus. As falas são uníssonas quanto ao aprendizado e as trocas de experiências proporcionadas pelo Projeto. Para além disso, no caso dos comunitários, estes aprenderam uma nova profissão remunerada, a qual exercem ainda hoje – Cláudio e seu Nego – sempre que as oportunidades surgem, pois passaram a ser referência de bons técnicos em arqueologia. No caso dos pesquisadores, inúmeras dissertações, teses e artigos foram elaboradas no âmbito do PAC e com a contribuição do conhecimento tradicional de cada um dos comunitários envolvidos, principalmente no que tange a identificação de sítios arqueológicos. Em se tratando dos pontos negativos, é possível elencar três situações uníssonas. A primeira está ligada à associação que alguns comunitários fizeram entre arqueólogos e garimpeiros, gerando tesões entre os pares, mas desfeita por meio do diálogo. Embora comum nos contextos de pesquisas arqueológicas, é possível que tal situação pudesse ter sido minimizada se a comunidade soubesse de forma clara e objetiva logo no início da pesquisa quais eram as atividades dos arqueólogos. A segunda e a terceira situação estão intimamente imbricadas. Trata-se da mágoa pela não implantação do

CABA, que seria responsável pela ausência de emprego estável para aqueles comunitários que adquiriram experiência técnica com o projeto. Vale ressaltar que as duas últimas situações negativas, embora delegadas como responsabilidade dos arqueólogos, independeram de suas atuações. Podemos interpretar que o CABA, como veremos mais a frente, acabou sendo implantado em Manaus, como o Laboratório e Reserva Técnica de Arqueologia da UFAM, vinculado ao Museu Amazônico. E a falta de emprego é um problema que atinge considerável parcela da população nacional, em especial na arqueologia que configura como atuação específica e restrita.

## PARTE II: O COMIDA e o Rio Pardo

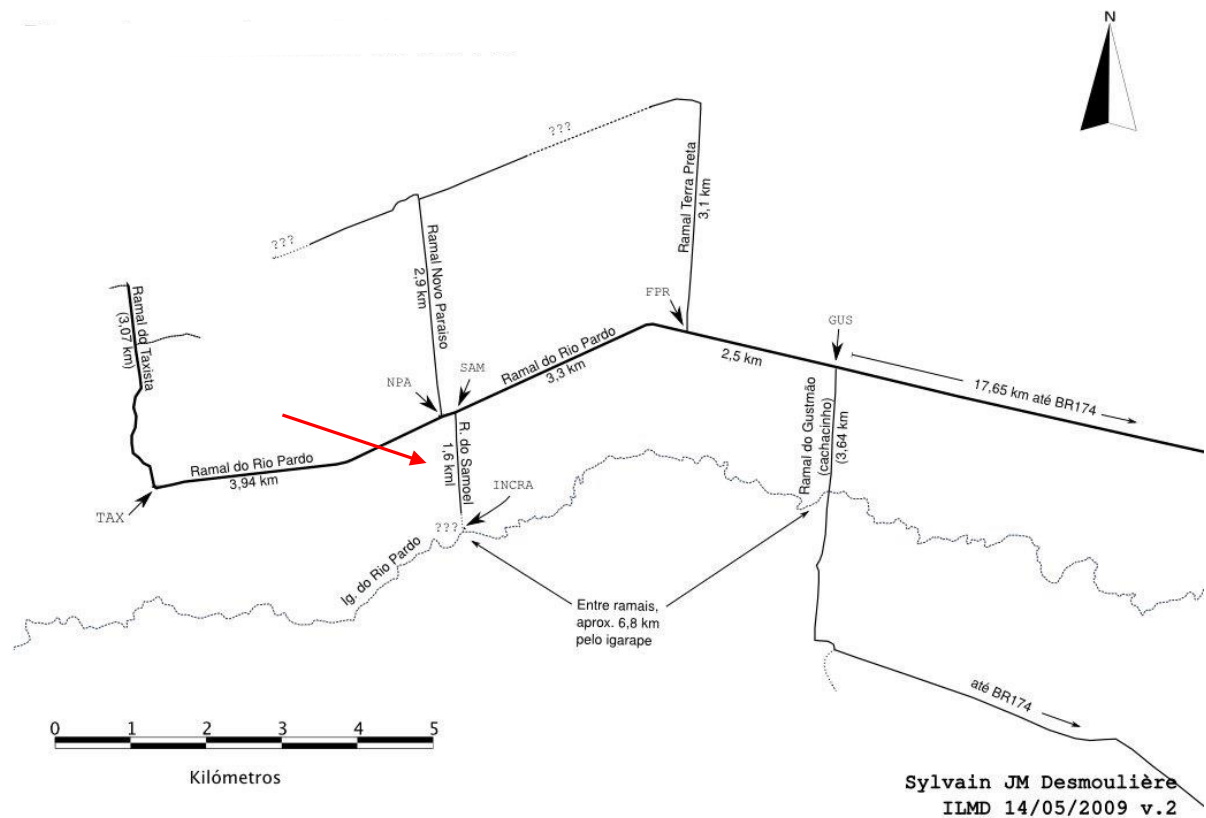
### *Localização e contexto socioeconômico*

A comunidade rural Rio Pardo corresponde a um assentamento agrícola<sup>43</sup>, criado oficialmente em outubro de 1996 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e está localizada no município de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas. O acesso à comunidade se dá por meio terrestre, pela rodovia BR-174 (que liga os estados do Amazonas e Roraima), com acesso no km 139, e depois mais 45 quilômetros em via não pavimentada; ou por via fluvial, através do igarapé do Rio Pardo, um afluente do rio Negro. A comunidade faz divisa a oeste e noroeste com a reserva indígena dos Waimiri-Atroari, os quais circulam pela comunidade, comercializando seus produtos.

A comunidade é composta por seis vias não pavimentadas, com denominação regional de ramal, para além da via principal de acesso, a saber: ramal do Samuel, ramal do Gusmão, ramal Novo Paraíso, ramal Terra Preta, ramal do Taxista e ramal Novo Progresso, sendo que em todos existem famílias assentadas em ambos os lados das vias. Nos ramais do Samuel e do Gusmão (nomenclatura que homenageia os primeiros moradores) estão presentes os prédios de serviços públicos, como escolas e postos de saúde, e ainda fornecem acesso ao igarapé que nomeia a comunidade (FERREIRA, 2015). A dissertação em tela abrange apenas o ramal do Samuel.

---

<sup>43</sup> De acordo com o INCRA, “o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades (...) é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. (...) Os trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão-de-obra familiar. (...) Os assentados pagam pela terra que receberam do Incra” (Fonte: <http://www.incra.gov.br/assentamento> – consultado em 02/11/2017).



**Figura 04:** Mapa esquemático de acesso à comunidade do Rio Pardo.  
 FONTE: FERREIRA, 2015, p. 27.

Grande parte das residências da comunidade são construções de madeira, havendo também construções em alvenaria, taipa e construções mistas (alvenaria e madeira). De acordo com os dados do INCRA, existem 215 famílias assentadas na comunidade, distribuídas entre os ramais e as margens do igarapé. Cada família possui uma casa no ramal principal ou nos vicinais, onde residem, e outro terreno onde produzem (FERREIRA, 2015). A economia da comunidade é baseada na agricultura de subsistência voltada para banana (*Musa spp.*), mandioca (*Manihot spp.*), mamão papaya (*Carica papaya*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), pupunha (*Bactris gasipaes*), abacaxi (*Ananas sativa*), feijão (*Phaseolus vigna*), e milho (*Zea mays*) (VILELA, 2003 apud FERREIRA, 2015), sendo que uma pequena parte da produção de banana, mandioca e polpa de cupuaçu são comercializadas em Presidente Figueiredo (op. cit.). Ainda faz parte da dieta complementar da comunidade a caça e a pesca, além de produtos da floresta, como a castanha (*Bertholletia excelsa*) e ervas medicinais.



### ***Contextualização das pesquisas arqueológicas no Rio Pardo***

Embora o município de Presidente Figueiredo tenha passado por algumas etapas de pesquisas arqueológicas ao longo dos anos, como os estudos dos sítios de arte rupestre que ocorreu no âmbito da UHE de Balbina na década de 1980 (CORRÊA, 1994) e os estudos da Caverna do Maruaga e áreas do entorno na década de 2000 (COSTA, 2009), a área do Rio Pardo é bastante jovem no que tange esse tipo de pesquisa.

O projeto COMIDA (Alimentação, manejo da terra e cultura: uma abordagem paleoetnobotânica da pré-história indígena no nordeste do Estado do Amazonas), sob a coordenação da Doutora norte-americana Myrtle Shock, teve início no ano de 2012 a partir de atividades com coleções arqueológicas já existentes, até a autorização de pesquisa ser publicada no diário oficial da união em dezembro de 2013 para iniciar as atividades de campo. Embora o recorte geográfico para o COMIDA englobe os municípios de Iranduba e Manacapuru, para além de Presidente Figueiredo, nesta dissertação daremos ênfase apenas às etapas de pesquisa realizadas na comunidade de Rio Pardo, em Presidente Figueiredo. A proposta inicial era de que o projeto tivesse duração de dois anos, mas esse prazo foi extrapolado e as investigações continuam.

Como ponto de partida para a pesquisa em Presidente Figueiredo, foram realizados levantamentos bibliográficos sobre os sítios arqueológicos já identificados por projetos anteriores, e o sítio Urubuí I foi selecionado para avaliação *in situ*. A partir da visita neste primeiro sítio, o restante do levantamento foi realizado com o auxílio de comunitários que indicavam as áreas de terra preta de índio (SHOCK, 2015). Foi a partir deste tipo de levantamento que os sítios no Rio Pardo foram identificados. De acordo com o relatório de atividades referente aos dois anos de pesquisa, o qual tivemos acesso, foram identificados cinco sítios: Igarapé do Rio Pardo (na sede da comunidade), Alto do Dejeko, Roça do seu Alberto, Cláudio Cutiã e Pedrais, sendo que o Cláudio Cutiã foi o único sítio a ser escavado, em duas etapas de campo, uma em 2014 (a qual participei) e outra em 2015. O referido sítio arqueológico não está situado no centro da comunidade do Rio Pardo, distando cerca de 21km descendo o rio homônimo, fazendo com que os pesquisadores ficassem alojados na propriedade dos pais do comunitário Moca, próxima à área de estudo.

Dentre os resultados obtidos durante as investigações no Rio Pardo, e acessíveis por meio do processo existente no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN),

está a identificação da castanha entre os vestígios arqueológicos do sítio Cláudio Cutiã que pode demonstrar um histórico de sua utilização por grupos humanos pretéritos (SHOCK, 2015).

No que tange às ações de Educação Patrimonial, houve, no ano de 2012, atividades no município de Presidente Figueiredo, e em 2015, durante as escavações arqueológicas, atividades pontuais em algumas comunidades do município de Presidente Figueiredo<sup>44</sup>. As atividades foram desenvolvidas por meio de materiais didáticos produzidos no âmbito do projeto de extensão denominado “História e Conhecimentos Tradicionais dos Povos da Amazônia”, também de coordenação da Doutora Shock. Foram utilizados como meios de “socialização” do conhecimento para acompanhar as atividades em campo folders, banners, cartilhas e um jogo da memória que integraram o material didático, cujo conteúdo versou sobre arqueologia, o trabalho do arqueólogo, os povos indígenas no Amazonas, peças etnográficas, medicina e plantas tradicionais etc.

Dentre as produções científicas realizadas até o momento no âmbito do projeto COMIDA têm-se um artigo publicado, um submetido para publicação, à época (e que não foi identificado em levantamentos bibliográficos), e quatro comunicações em congressos, sendo que três tiveram os resumos publicados.

### ***Os sujeitos e os discursos recortados***

Para o entendimento acerca do processo de implantação do COMIDA no Rio Pardo, assim como as relações que estão em construção e os reflexos na comunidade até o momento, assim como no PAC, houve a necessidade de coletar o relato de pesquisadores e comunitários participantes de etapas de campo que ocorreram. Para a seleção dos sujeitos que teriam suas vozes visibilizadas nesta dissertação tentamos manter o mesmo padrão estabelecido anteriormente, no entanto, por se tratar de um projeto que ainda está em andamento, as categorias de sujeitos apresentam algumas diferenças quanto às categorias selecionadas para o PAC. Ainda assim, acreditamos que isso não tenha atrapalhado as análises relacionais apresentadas no terceiro capítulo.

Para a seleção dos sujeitos pesquisadores optamos por alguém que tivesse participado de alguma das primeiras etapas do projeto e de campo, como o Me. Luciano Souza Silva. Outro critério foi uma pessoa da região com título em arqueologia pela UEA, e que estivesse no

---

<sup>44</sup> Não foi possível verificar se alguma dessas atividades ocorreu especificamente na comunidade do Rio Pardo.

projeto desde o começo, como a bacharela Ângela Maria Araújo de Lima. Fizemos um levantamento de pesquisadores que estivessem fazendo uso do potencial arqueológico da área como objeto de estudo em projeto de pesquisa para mestrado ou doutorado, e identificamos apenas a mestra Francini Medeiros que participou da segunda etapa de campo que ocorreu no sítio Cláudio Cutião, por um curto período de tempo, e que pretende analisar amostras de solo coletadas quando ingressar no doutorado. Porém, devido ao fato da pesquisadora Francini Medeiros ainda não ter ingressado no doutorado, nós arbitramos que os colaboradores que mais atendiam os perfis de sujeitos acadêmicos foram os colaboradores Luciano Silva e Ângela Lima porque a participação de ambos no projeto remonta ao início das atividades de campo e suas experiências de idas e vindas na comunidade e as relações estabelecidas junto aos comunitários poderiam subsidiar melhor esta etnografia. A formação acadêmica de cada um dos sujeitos selecionados será apresentada para que possamos, mais a frente, pensar acerca das possíveis influências que as instituições nas quais se graduaram podem ter refletido no comportamento dos pesquisadores junto à comunidade.

Em relação aos comunitários, optamos por dar voz aos colaboradores Amós Martins de Sá, conhecido localmente por “Moca”, que é o facilitador da logística local demandada pelas atividades da pesquisa de campo; e sua esposa, Tatiana Costa, cujo envolvimento é restrito em contribuir com a recepção dos pesquisadores em trânsito para os sítios arqueológicos, na residência do casal, sendo importante o entendimento da sua percepção quanto ao processo dessas relações construídas e como vê a sua relação com o projeto em curso. Conversamos ainda com o senhor Leonildo Fernandes, atual presidente da comunidade do Rio Pardo, com o intuito de entendermos a relação da comunidade com os pesquisadores e as expectativas em relação à pesquisa e seus resultados. A motivação em dar voz ao líder comunitário foi, em primeiro lugar, entender a percepção deste quanto à presença de pesquisadores (um grupo de pessoas diferentes) na comunidade, pois tive a oportunidade de presenciar um episódio ocorrido quando da primeira etapa de escavação arqueológica no Rio Pardo, na qual participei. Diz respeito a um dia de folga em que voltávamos à comunidade na companhia do Moca, o qual cedeu a sua casa para que pudéssemos preparar a nossa alimentação naquele dia. Sendo nosso cicerone, enquanto estávamos em sua casa, foi abordado por uma pessoa que lhe levava um recado do líder da comunidade. O recado dizia respeito a uma reunião que deveria acontecer entre os comunitários para discutir a nossa presença na comunidade, assim como o papel desempenhado por Moca nessa situação (que foi o de guia e facilitador da logística). A comunidade julgou essa reunião necessária, tendo em vista a estranheza de alguns comunitários quanto a nossa presença e movimentação no local. Sendo essa uma reação recorrente no que

tange o desenvolvimento de pesquisas em arqueologia, pois para além da mudança temporária no cotidiano dos comunitários há, ainda, as suspeitas de terem seus espaços em comuns investigados e ou remexidos por pesquisadores de fora do seu convívio (CARNEIRO, 2009; NEVES, 2012). Em segundo lugar, a motivação pairou na possibilidade de entendermos as expectativas da comunidade, por meio de seu líder comunitário e após os devidos esclarecimentos acerca da presença dos pesquisadores no local, quanto aos resultados e contribuições que o COMIDA deixará na comunidade do Rio Pardo.

Como não é possível utilizar integralmente todas as conversas realizadas entre os interlocutores e eu nas etapas de campo, trechos das falas dos sujeitos foram recortados, a fim de ilustrar a temática abordada, e observando o sentido em que as falas foram proferidas. Ressalto, ainda, que houve um esforço de minha parte em enviar aos colaboradores os fragmentos de suas falas transcritas e contextualizadas no texto que construí, para que revisassem e se posicionassem quanto a utilização nesta etnografia. Com exceção dos sujeitos comunitários, por não ter havido tempo hábil em retornar para o Rio Pardo. Dessa forma, assumo a responsabilidade por suas falas, e afirmo que foram utilizadas no contexto em que foram proferidas, mantendo de forma fidedigna o sentido em que tinham no discurso.

### *Os sujeitos pesquisadores*

Luciano Souza Silva é graduado em Arqueologia e Preservação do Patrimônio pela Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, e mestre em arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, com orientação da doutora Daniela Cisneiros tanto na monografia quanto na dissertação, tendo como objeto de pesquisa (em ambos os trabalhos), pinturas rupestres na área da Serra da Capivara, em Piauí. Até o ano de 2016 foi o arqueólogo e diretor da Divisão de Arqueologia do Museu Amazônico, tendo pedido transferência posteriormente para o Museu Câmara Cascudo, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Luciano integrou a equipe do projeto COMIDA desde o seu início efetivo, em 2013, por meio das atividades de pesquisa e extensão do Museu Amazônico, o qual tanto ele quanto a coordenadora do projeto Dra. Myrtle Shock permanecem vinculados; o primeiro como colaborador, e a segunda como professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Segundo Luciano, sua permanência na equipe durou dois anos

e sua participação se deu como arqueólogo, monitor e também como mediador entre comunitários e estudantes em algumas atividades de campo.

Para que chegassem até a comunidade do Rio Pardo, ao menos três outras etapas de campo haviam sido realizadas no município de Presidente Figueiredo. Segundo Luciano, a equipe de arqueologia passava a noite em pousadas na cidade e o dia adentrando as estradas de acesso (ramais) interessados em locais com a presença de terra preta de índio, e fazendo levantamento oral com os comunitários:

A primeira etapa foi no ramal em direção à parede da barragem de Balbina, nosso principal informante foi Betão. Depois em direção à comunidade do Jardim Floresta e ao lago de Balbina. Outra etapa foi em direção ao Rio Urubuí e o Rio Pardo, indo principalmente no povoado de Canoas e em seguida à comunidade do Rio Pardo.

Luciano relembra que não estavam tendo êxito na identificação das áreas de sítio arqueológico e, ainda na comunidade de Canoas, pediu que Myrtle (que dirigia um veículo próprio) parasse em um bar para comprar algo para beber. Enquanto ele desceu, ela aguardou no veículo. Após a aquisição do produto, começou a interagir com os presentes no recinto:

Eu falei com um pessoal em um bar, me apresentei como arqueólogo do Museu Amazônico, e expliquei que a gente estava procurando lugares de moradia dos antigos habitantes da região. Eles não souberam responder, mas nos orientaram a falar com uma professora da comunidade (não lembro o nome dela). Essa professora nos relatou sobre um morador e estudante bastante curioso que conhece tudo na região. O morador é conhecido como Moca (Amós).

A partir de então seguiram para o Rio Pardo em busca de Amós ou Moca, como é conhecido popularmente. No entanto, percorreram toda a comunidade em vão, e ninguém conseguiu fornecer informações sobre o tal Amós. Quando estavam quase desistindo, Luciano pede para parar em um novo bar:

Aí eu perguntei pra um cara lá se ele conhecia Amós. Previamente ninguém sabia quem era Amós. E então eu falei ‘e Moca, conhece algum Moca?’ E o cara me responde, ‘é meu irmão!’ Acredita que o cara era irmão de Moca e não sabia o nome dele? [risos]

Sáimos à procura do Moca, quando eu o encontrei, tivemos uma boa interação, e ele se demonstrou disposto em entender o projeto e também a contribuir.

Moca é um agente de saúde, uma figura espetacular, inteligente e comunicativa. Ele serviu de contato e mediação com a comunidade.

A partir desse primeiro contato teria havido o estabelecimento de uma relação entre a equipe de arqueologia, naquele momento, restrita ao Luciano e Myrtle Shock, e o comunitário Moca. Sendo ele o mediador entre a equipe e a comunidade, assim como o facilitador da logística dos arqueólogos durante a estadia na comunidade.

Luciano conta que houve um esforço de sua parte em interagir com alguns comunitários, em deixar claro o que é arqueologia, qual era o objetivo das atividades na comunidade e qual a

função do Museu Amazônico neste contexto. Sua postura teria rendido algumas amizades. No entanto, o pesquisador relata sua percepção sobre possíveis tensões entre arqueólogos e comunitários que ainda não haviam sido contatados por Moca ou pelos próprios pesquisadores:

(...) Os comunitários acharam estranho a presença de muitas pessoas de fora (estranhas para a comunidade), e também não estava claro o objetivo das atividades. Alguns moradores falavam o seguinte ‘eles querem pegar nossas terras ou estão procurando ouro’ ou afirmavam ‘estão levando ouro daqui’, mas enfim, na medida do possível, a equipe tentava deixar claro as atividades realizadas na área.

Para Luciano, a responsabilidade pelos rumores e possíveis tensões entre comunitários e arqueólogos se deram por duas razões. A primeira, pela falta de entendimento em relação ao trabalho desenvolvido na área, porque os comunitários iam sendo alcançados aos poucos, por meio de abordagens pontuais nas oportunidades de compartilhamento do mesmo espaço (como comércios, por exemplo); e, devido aos possíveis esclarecimentos pontuais na escola local não terem envolvido os comunitários de forma mais ampla, estando direcionado mais aos estudantes e professores. Certamente essas tensões não caracterizam a ausência de diálogos e negociações prévias, que delineiam a postura de autoridade etnográfica discutida pelo antropólogo James Clifford (1998). Pois, como podemos identificar na oralidade de Luciano houve a busca pelo diálogo junto aos comunitários. A segunda razão, pelo fato do Rio Pardo se tratar de um assentamento do INCRA e, portanto, possuir regras quanto à posse, a utilização e o repasse de terras, muitas das quais pouco observadas pelos arrendatários, causando certo temor quanto à presença constante de estranhos.

Em seu relato, Luciano afirma que algumas reuniões de esclarecimento aconteceram na escola do Rio Pardo, mas que talvez não tivessem sido suficientes para sensibilizar e envolver uma parcela mais ampla da comunidade.

Como arqueólogo, vejo que deveria ter ocorrido uma participação mais ampla dos comunitários nas atividades, assim como reuniões com participação popular e esclarecedora sobre o projeto.

[...]

A última vez que estive lá (meados de 2015), ainda ocorria comentários sobre o que tantas pessoas estão fazendo na região.

A motivação para participar do projeto, segundo Luciano, foi além de seu vínculo profissional com o Museu Amazônico, à época. Isto porque, não havia verba da universidade para atividades suplementares, e o projeto, como uma atividade de extensão e financiamento da FAPEAM possibilitava a saída dos muros da universidade para a socialização do conhecimento em municípios do interior do Estado, locais que estão à margem dos grandes centros. Assim, avalia sua experiência como uma grande troca de aprendizado com o mundo rural amazônico.

A colaboradora e arqueóloga Ângela Maria Araújo de Lima é graduada pela primeira turma de arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e colaboradora do setor de arqueologia do Museu Amazônico, além de prestar serviços em arqueologia preventiva. Passou a integrar a equipe do COMIDA a partir de uma seleção para bolsista do projeto, ainda quando estava finalizando a graduação, em meados de 2013. Permaneceu na equipe como bolsista durante vinte e três meses e sua participação em campo no COMIDA se deu, inicialmente, em 2014, na primeira etapa de escavação no sítio Cláudio Cutiã, na qual também participei. De acordo com o relato de Ângela, a equipe foi extremamente bem recebida e não teria havido tensões entre pesquisadores e comunitários:

Não, pelo contrário, fomos recebidos gentilmente por todos e todas. Todavia, houve rumores no segundo ano de nossa ida, de que o Projeto Comida estava na verdade comprando ou loteando as terras dos comunitários no rio a baixo [rsrsrsrs] por conta da presença de alguns alunos e professoras estrangeiros que não entendiam a linguagem popular dos comunitários, dificultando um pouco a correlação, mas isso não foi um empecilho para sua convivência temporária.

Nota-se que mesmo havendo uma negociação prévia com alguns comunitários, como o Moca, por exemplo, e as ações de esclarecimento na escola local, não são possíveis sanar as dúvidas dos comunitários. A desconfiança é sentimento peculiar do ser humano que deve ser presumida e dirimida durante as pesquisas científicas.

De acordo com o relato de Ângela, não lembra que tenha havido uma etapa de educação patrimonial anterior ao campo para explicar aos comunitários do que se tratava a presença dos pesquisadores no âmbito do COMIDA. Mas pode ter havido na comunidade uma etapa do projeto de extensão “História e Conhecimentos Tradicionais de Povos da Amazônia”, em curso desde 2012 e com atividades no município de Presidente Figueiredo neste período. A partir de sua primeira ida a campo, em julho de 2014, estabeleceu laços de amizade com a família de Moca e com dona Deusa, uma das senhoras que cuidava da alimentação da equipe, passando assim a frequentar a comunidade em menores espaços de tempo sempre cuidando da logística das etapas de campo. No ano de 2015 contribuiu com a montagem de uma grande estrutura no sítio dos pais do Moca, local onde a equipe de arqueologia ficava alojada, para receber os alunos de arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), na qual a coordenadora do projeto é professora, e também receber os alunos estrangeiros que participariam da etapa de campo daquele ano.

Segundo Ângela, a segunda e última etapa de campo na comunidade teria ocorrido no ano de 2015, sendo que essa data é confirmada por um relatório das atividades realizadas no âmbito do COMIDA enviado ao IPHAN e disponível para consulta pública. Nesta etapa teria havido uma atividade de divulgação na escola da comunidade, mas não foi possível verificar

qual o conteúdo, nem quantas pessoas teriam sido atingidas pela ação. Importante é que houve o diálogo que corrobora as narrativas dos pesquisadores, Ângela e Luciano. Após esse período, Ângela teria voltado na comunidade nos anos seguintes, principalmente para informar que não haveria etapas de campo naqueles anos, em virtude da falta de verba e também por ainda não ter havido, até junho do ano corrente (data da última visita), a renovação da autorização de pesquisa pelo IPHAN. Para Ângela, o projeto teria levado benefícios para a comunidade na medida em que:

Recentemente, encontramos algumas pessoas da comunidade Rio Pardo na estação Rodoviária de Figueiredo que nos cobrou ‘quando vocês irão voltar?’ Mais ainda, eles confirmam que nossa permanência é considerada uma novidade e expectativa. Todavia, em uma breve visita a região de Balbina, quando participamos de uma das etapas de EP [Educação Patrimonial] entre as escolas com ação pedagógica, uma adolescente nos confrontou dizendo que aquela seria a primeira e única vez que estaríamos lá, pois seriam esquecidos facilmente, assim como outros pesquisadores fizeram. Confesso que aquelas palavras nos sensibilizou, nos faz refletir sobre o que levou aquela jovem se manifestar com um sentimento de descaso e abandono?, Dessa forma, acredito que ao levar o conhecimento e a conscientização das ações de preservação em locais tão humildes e afastados, os mesmos devem ser encarados com ações educativas, mas, o mais o mais importante e a reflexão pertinente e persistente da presença do seu retorno para uma melhor valoração e a preservação do Patrimônio Cultural entre o interessado e o comunitário, o nativo ou povos tradicionais, como assim são chamados.

A pesquisadora avalia, ainda, de forma positiva o processo de construção das relações entre a coordenação do projeto e a parcela da comunidade envolvida, como se pode ver na oralidade dos sujeitos comunitários abordada no tópico seguinte:

Apesar de sua origem estrangeira, acredito que isso não causou nenhum transtorno as pessoas locais. Até porque, as pessoas da região que a acompanharam, trouxeram, criaram, acredito, um conforto e confiança para as pessoas dessas comunidades, embora a mentora e coordenadora do projeto também se saiu bem, nesse parâmetro.

Dessa forma, ao avaliarmos que a pretensão do pesquisador de se inserir numa comunidade escassa de informação (digo: sobre os meios de comunicação) levar consigo um meio de se integrar de forma harmoniosa, afetuosa, humilde, colaborativa, ao mesmo tempo, se examinado a quais possíveis impactos poderá trazer de convivência, mesmo que momentânea, acredito que o retorno será atribuído positivamente.

### *Os sujeitos comunitários*

Amós Martins de Sá, o Moca, o filho mais novo de quatro irmãos, é nascido em Manaus e morador do Rio Pardo há dezesseis anos. É casado com Tatiana Costa e pai do Everton, do Henrique e da pequena Débora. É técnico do Instituto Leônidas e Maria Deane, Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) Amazonas (ILDM/Fiocruz), responsável pelas coletas de sangue dos moradores da comunidade para exames de doenças tropicais, como a malária. Por força do



trabalho que desenvolve para a Fiocruz ao longo dos anos sobe e desce o rio, e adentra as casas e sítios da região, tornando-o um exímio conhecedor da área com uma boa relação junto aos demais comunitários e com os indígenas da reserva Waimiri-Atroari. Moca fazendo uso desse conhecimento também presta serviços para todos os tipos de pesquisadores que aparecem pela comunidade, principalmente biólogos.



**Figura 05:** Registro de Moca brincando em um cipó, após termos caminhado pela propriedade do senhor Jair e identificado uma ocorrência arqueológica.  
Crédito: Margaret Cerqueira.

Moca foi a primeira pessoa da comunidade a ter contato efetivo com a equipe de arqueologia, na época composta por Luciano e Myrtle.

Aí, eu tava (sic.) aqui, e chegaram. Chegou aqui, eu tava (sic.) aqui em casa, meu irmão chegou aí falou ‘Moca tem alguém que quer falar contigo’. Aí me indicaram do Canoa [comunidade], e do Canoa que me indicaram pra vir pra cá. Já sabia, porque já sabiam que eu tinha contato um pouco com os índio (sic), mas não sabia que o trabalho, que ela era arqueóloga, né?! Aí depois ela veio me explicar, e tal, e tudo, falei pra ela de umas terra preta, tinha um outro local. Aí ela foi explicar o que ela era, o que ela fazia.

Não (entendi), eu fiquei meio zanzando ainda, aí ela falou de voltar, de fazer a tradagem né?! Aí eu falei beleza, então! Mas depois eles começaram a pesquisa, a pesquisa, aí, quando eu vim entender mesmo foi quando ela veio da segunda vez. Que eu fui pra acompanhar. A segunda vez que ela ficou de vim, veio. Aí fumo (sic) lá pra baixo, com o Luciano e ela. Fizemos a tradagem, deixou o cartãozinho dela aí (...). Aí depois que ela veio me explicar direitinho o que ela veio fazer, explicar a pesquisa dela, né?! Qual era, qual era o porém da pesquisa, né?! Que era o que os índios se alimentava, o que eles comia (sic) antigamente, aí sim, depois do meio dia, que ela veio aqui, ela veio com o Luciano, eu levei ela aqui, falou que ela era professora, e tal da, na época, ela tava (sic) da UFAM.

A primeira impressão que Moca teve dos arqueólogos é de que estavam interessados em saber onde havia terra preta de índio, e entender o que plantavam e processavam para a sua dieta alimentar, mas não que estivessem desenvolvendo uma pesquisa de etapas continuadas

demandando o retorno tantas outras vezes na comunidade, por estar mais familiarizado com estadas mais curtas, como pernoites. Foi entender melhor o trabalho de campo dos pesquisadores tempos depois, já no momento em que foi para campo para realizar as sondagens do tipo tradagens (perfurações pontuais realizadas com o auxílio do trado manual/boca de lobo) para o entendimento da presença ou ausência de material arqueológico no solo e subsolo. Mostrou-se satisfeito por ter adquirido mais um conhecimento, a *práxis* da arqueologia que fora socializada pelos pesquisadores do COMIDA. Moca conta que possui uma boa relação com os índios Waimiri-Atroari que comercializam seus produtos na comunidade e acredita que isso fez com que fosse indicado para dar suporte à equipe de arqueologia. A relação entre ele e os índios é marcada pela troca de presentes, como por exemplo, um arco e flecha com ponta em osso e metal, em madeira de pau-brasil que ganhou e fez questão de nos mostrar:

É difícil, eles não têm muito, eles quase não dão pra ninguém, o material que eles trabalham. Foi um chefe da aldeia lá de baixo que deu pra mim. Do jeito que jogar ela cai em pé. Se jogar ela pra cima, ela cai de ponta, do jeito que jogar aí, ela cai de ponta.

Moca fala que mesmo antes da equipe de arqueologia chegar na comunidade já havia encontrado vestígios arqueológicos em vários locais por onde andou, embora não usasse esse termo. Mas que sempre associou os vestígios aos índios Waimiri-Atroari, pois, segundo ele, as terras correspondentes à comunidade pertenciam a eles.

Aqui tem muito material, essa semana lá, o pessoal tava (sic) cavando (sic) a terra aí, ajeitando o ramal, tava (sic) vendo muito pedaço de cerâmica, muita coisa. Aqui no ramal aqui, nesse ramal. Nós tamo (sic) em cima de uma aldeia de índio, rapaz. Tinha um lugar pra aí, aí pra cima, fumo (sic) roçar uma vez, que era capoeira de índio, lá no seu Lázaro, seu Lázaro. Nunca cavemo (sic) ali, lá era uma capoeira muito top.

Tava (sic) escavando com os biólogos lá, achamo (sic) um monte de pedaço, cavando buraco pra fazer armadilha pra poder pegar rato. Quebrava era muita com a boca de lobo, lá em cima da terra, lá em cima cara, onde nós cavava (sic) não era aqui na beira, era mais lá pra cima, acho que dá uns quinhentos metros daqui pra lá, onde eles tava (sic) fazendo esse trabalho, pra pegar rato pros biólogos.

É possível perceber na fala de Moca que há o sentimento de perda do material arqueológico na medida em que algumas pesquisas ou o próprio manejo do solo ocorrem, pois dá ênfase de que o trado manual utilizado para a pesquisa dos biólogos acabava por mutilar o material cerâmico, como pontua “(...) achamo (sic) um monte de pedaço, cavando buraco pra fazer armadilha pra poder pegar rato. Quebrava era muita com a boca de lobo”. Talvez a percepção e sensibilidade de estar danificando o material cultural já seja resultado do conhecimento transmitido pelo projeto COMIDA, em que pese o fato de ter consciência do potencial das informações que podem ser extraídas dos vasilhames cerâmicos e da terra preta de índio quando em contextos preservados.

Para ele, a terra preta existente na área do sítio Cláudio Cutiã, o qual está sendo escavado nas etapas da pesquisa do COMIDA, é uma “terra muito fértil” e que todas as terras onde os índios trabalharam são boas para plantar “tudo o que cê (sic) planta, dá” e acredita que foram os índios que modificaram a terra de acordo com o seu uso, tornando-a fértil. Pois, segundo ele, o local hoje habitado pelos Waimiri-Atroari “ainda não tem terra preta, mas tem material arqueológico”.

Sentados no chão da sala da casa do Moca e conversando sobre a interpretação do material arqueológico que ele vem encontrando na comunidade, o anfitrião pediu ao filho Henrique que buscasse dois artefatos líticos encontrados por ambos na semana anterior, próximos à casa deles, enquanto cuidavam da terra. Moca não é o único comunitário do Rio Pardo e nem será o último amazonense a guardar artefatos arqueológicos em casa, pois essa é uma realidade do mundo rural amazônico observada por vários arqueólogos que pesquisam a região. Segundo Bezerra (2011), o ato de colecionar artefatos arqueológicos em contextos de comunidades de pequena escala<sup>45</sup>, como é o caso do Rio Pardo, pode ser interpretado como “uma forma singular de fruição do passado e do patrimônio” (p.57).



**Figura 06:** Machados em pedra polida encontrados por Moca e Henrique em local próximo à residência da família.  
Crédito: Vanessa Benedito.

Além destes artefatos, Moca já identificou outros sítios arqueológicos e convidou-me a conhecer um sítio ainda não identificado pelo projeto COMIDA, na propriedade da dona Isabel.

---

<sup>45</sup> Aqui entendido como porção geográfica reduzida.



**Figura 07:** Moca mostrando os fragmentos de cerâmica arqueológica identificadas por ele na propriedade da dona Isabel, que não reside mais na comunidade.  
Crédito: Margaret Cerqueira.

Contou, ainda, que ouviu falarem na comunidade que outros arqueólogos haviam passado pelo Rio Pardo em meados da década de 1990, mas que limitaram o contato ao proprietário da área que pretendiam escavar:

Porque eu cheguei aqui, em dois mil e um, aí já tinha o zum zum zum que andavam cavando. As pessoas pensavam que era garimpeiro e tal, igual naquele dia, o pessoal pensando que ia cavar ouro.

Quando Moca faz a menção “aquele dia”, está se referindo ao episódio que ocorreu em julho de 2014, durante a primeira etapa de escavação arqueológica no sítio Cláudio Cutiã. Durante um procedimento da arqueologia denominado “peneira molhada”<sup>46</sup>, realizado após um dia de escavação, nas margens da várzea do Rio Pardo que margeia a propriedade do pai do Moca cedida para a equipe ficar alojada; nesse dia fomos abordados pelas duas senhoras que cuidavam da nossa alimentação, dona Maria e dona Deusa. As duas senhoras nunca participavam dos trabalhos inerentes ao campo, nem empreendiam diálogos mais aprofundados acerca do trabalho técnico que estava sendo desenvolvido no que diz respeito à escavação. Importante ponderar que o esposo de uma delas, da dona Deusa, participava conosco nas atividades de escavações, delineando a tradicional ideia de que a mulher cuida da casa e o homem dos trabalhos externos. Nesse momento elas se aproximaram com curiosidade e nos

<sup>46</sup> Trata-se de um procedimento da arqueologia no qual o sedimento coletado na escavação é passado por uma peneira fina (aproximadamente 3 mm) e é submetido à água corrente a partir de movimentos circulares para que artefatos menores (microvestígios) como contas de colar, dentes, entre outros possam ser identificados.

questionaram se estávamos procurando ouro devido ao uso das peneiras que usávamos para lavar o solo coletado, a fim de separar o material orgânico e não orgânico para futuras análises laboratoriais. Então explicamos o que estávamos fazendo. É possível se pensar que os utensílios que estávamos usando eram alusivos aos utilizados por garimpeiros que associado ao contexto da beira do rio pode ter despertado um sentimento de “saque” ou de procura por ouro, similar ao ocorrido na comunidade Lago do Limão (CARNEIRO, 2009).



**Figura 08:** Peneira molhada realizada às margens do Rio Pardo.  
Fonte: SHOCK; CASSINO; LIMA, 2015, p. 15. Processo IPHAN nº 01490.000124/2013-14.

Para Moca, essas ideias deturpadas sobre o objetivo científico da pesquisa de arqueologia podem ser desfeitas na medida que se avançar ou intensificar as ações de esclarecimento no âmbito da educação patrimonial do projeto, pois acredita que o projeto COMIDA tem muito a acrescentar positivamente para a comunidade. É uma questão de ampliar o alcance, como mesmo pontuou o arqueólogo Luciano Silva, ao relatar que poucos comunitários teriam participado das “reuniões de esclarecimentos” realizadas na escola da comunidade. Segundo Moca houve uma ação na escola, e isso contribuiu para ampliar a visão dos alunos sobre o passado indígena:

É porque assim, os alunos, os alunos conheceram o que é arqueologia, pelo, pelo treinamento que eles tiveram, acho que pela aula que deu um dia, pelo menos como foi o antepassado, essas coisas. Foi o Luciano, foi nessa época dessa segunda turma que veio, que veio as americanas, a Laura, e a Wemilly, a Wendel, a Francine. É, foi, foi, elas fizeram uma palestra na escola, deram algum material, aí voltaram pra retornar, que tava (sic) com pouco tempo, aí deu algum problema e não retornou. Mas, algum material como machadinha, como eles derrubava a natureza, alguma coisa assim eles entenderam.

[...]

Com o livrinho que eles tavam (sic) dando... Aí ficavam comentando, ficavam brincando. Que deram um joguinho pra eles ficarem brincando, aí, o nome do material, alguns meninos sabiam das coisas. É porque assim, a comunidade não ficou sabendo entre si sobre esse material, sobre essa pesquisa no rio Pardo. Até hoje não sabem, poucas pessoas sabem da pesquisa, precisa de mais. Fumo (sic) na reunião pra falar do material que foi tirado, pra que foi tirado, onde foi precisado, qual o sentido da pesquisa. Só algumas pessoas sabe (sic), no caso o Léo, sabe alguma coisa, o seu Lázaro sabe, mas era assim, era bom se todo mundo ficasse por dentro do assunto. Eu acho que a comunidade precisa saber. Toda comunidade precisa saber porque tem coisas que até hoje as pessoas não sabe (sic). Aí tem pessoas que são ‘não, os índios era assim, assim, assado, cozido’. Aí por exemplo, chega numa reunião ‘nós tamo (sic) fazendo, assim, assim, a pesquisa fulano de tal e tal, a gente tá pesquisando tal e tal, estamos... Fizemos isso, isso, assado e cozido, achamos isso, isso, isso.’ Ainda tem pessoas que ainda acham que vocês coletam material, e ainda vende o material. Eles acham assim que o material tá sendo coletado pra vender pra estrangeiro. Eles falam ‘não, esse material é pra estrangeiro, isso dá uma grana doida, eles tão fazendo é milhões na tua costa’. Tem muita gente que chega comigo e fala isso pra mim e comenta. Se for isso aí, eu não tou (sic) sabendo não (...) Têm pessoas que chega nessa conversa mesmo.

Em seu discurso, Moca discorre sobre os questionamentos dos colegas quanto ao destino final do material arqueológico coletado nas escavações, já que nada fica na comunidade; mas interpreta que para que as pesquisas tenham resultado, os artefatos precisam passar por análises laboratoriais para definir a cronologia de ocupação da área estudada, assim como ocorre com as amostras de sangue que coleta e analisa no laboratório do ILDM/FIOCRUZ. E apresenta sua ideia de que seria normal o arqueólogo possuir algum artefato arqueológico como *souvenir*:

Eu só sei que daqui pra lá, até aqui eu sei; mas daqui pra lá, eu não sei pra onde vai. Eu acho que sim, acho que sim, que é uma pesquisa em laboratório, porque é datado uma coisa, acho que é datado todo o material. Quando os índios foram morar da primeira vez, até a última vez, como eles vão saber que os índios foram morar naquele local até tantos anos? Então, eu acho que foi uma pesquisa, uma procura. Não foi assim, de ontem pra hoje, os caras louco saíram, tipo assim, eu chutar assim, vamos supor, eu tenho tantos anos, eu nasci em ano tal, e morei em lugar tal. Quem vai comprovar que eu morei lá? Alguém tem que fazer uma pesquisa, alguma coisa, tem que indagar...

[...]

Eu acho assim que... Eu acho que cada arqueólogo tem um material (...) no caso eu achei esse pedaço (...), eu queria ter comigo. Tirar uma pedrinha pra, pra si próprio, assim, eu achei um material, acho que isso daí, todo mundo rola. Eu acho, né?! Tem um maluco, não que esses cara aí vende, pô (sic). ‘Esse cara aí vende, é caro pra porra esse negócio, tu não quer vender não?’ Que vender moço! É igual matar gato pra achar uma pedra na biles do animal, essa pedra vale mais que uma cabeça de boi.

Moca fala do sentimento de pertença que os filhos, Henrique e Everton, desenvolveram junto ao material arqueológico encontrado na comunidade a partir do conhecimento adquirido pelo pai e da relação construída com os arqueólogos no momento em que transitam em sua casa. A pesquisa de arqueologia e o contato próximo da equipe com a sua família contribuiu com esse processo de conhecimento sobre o patrimônio arqueológico, auxiliado com o material didático distribuído na escola como ação de esclarecimento:

Eles traz (sic) pedaços de cerâmicas, ele [Everton] chega ‘papai, eu achei material arqueológico! Esse aqui é bonitão, grandão!’ ‘Vai deixar no lugar lá’, ‘eu vou guardar, vou guardar’. O Rafael que é biólogo, a mulher dele fazia cordão, ele pegou um pedacinho de caco de cerâmica e fez um colar, e o pingente foi com um pedaço de cerâmica arqueológica. (...) Aí rachou no meio o pedacinho de cerâmica, eu falei ‘isso é cerâmica meu filho, essa cerâmica tá tão velha que já rachou’. (...) Eles gostam de tá mexendo, tá cutucando. O que eles veem ‘pai ó, ali é cerâmica, é cerâmica’. E eles sabem muita coisa, pode perguntar alguma coisa deles, sobre arqueologia, que eles tão por dentro. (...) Eles que se apegaram mesmo, mas nunca levei eles pra campo assim, é mais aí em casa mesmo, que ele vê as meninas mexendo... Eles aprenderam mais com os livrinhos que eles ganharam, com as coisas que eles tiveram, quando eles vão por aí, eles acham pedaços de cerâmica, eu fico brigando com eles ‘deixa isso aí, rapaz’.

Quanto à narrativa de que seus filhos passaram a ter um maior conhecimento do patrimônio arqueológico, por meio do material didático que ganharam no âmbito do COMIDA, em que o Moca salienta que “...Eles aprenderam mais com os livrinhos que eles ganharam”, tem-se uma ação voltada à algumas ferramentas utilizadas na Educação Patrimonial que consistem na: observação, exploração e apropriação do patrimônio cultural (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999).

A colaboradora Tatiana Costa, a Tati, manauara, esposa de Moca e residente na comunidade há dezesseis anos, nunca participou efetivamente das pesquisas de arqueologia e, portanto, seu entendimento estava condicionado às interpretações que fazia sobre os relatos de Moca e sobre as discussões dos arqueólogos que transitam na casa do casal. Enquanto preparávamos o peixe para ser assado, Tati, entre os apelos de Débora, a caçula, e as orientações para Henrique e Everton acenderem o fogo, conta-nos sobre os comentários que estavam pairando na comunidade: em algum momento teriam que deixar suas casas, pois toda a área do rio Pardo seria utilizada para exploração de minério, cujos responsáveis seriam os Waimiri-Atroari. Segundo ela, já teriam ocorrido duas audiências públicas nas quais os responsáveis pela ação solicitando o remanejamento da comunidade já teriam ganhado. E os comunitários que seriam prejudicados pela desapropriação da área estariam imputando à pesquisa de arqueologia o revés da comunidade, como pontuou:

Já comentaram ali pra cima ‘rapaz esse negócio aí desse pessoal aí’ ainda falaram até de mim. ‘Esse negócio desse pessoal aí dessa arqueologia, esse pessoal tá (sic) cavando terra aí pra dizer que é’... como é? ‘Coisa de índio, atrás de caco de negócio de índio, atrás de ver que terra que tem, que tem vitamina, que nada, isso é tudo pra isso aí mesmo. Aonde que isso nunca tinha aparecido aqui. Foi só esse pessoal começar andarem lá’. Eu digo ‘mano, meu irmão se aqui tivesse alguma coisa que prestasse nunca ninguém nem tinha habitado isso’, né? Eu digo, os índio (sic) nunca nem tinha saído desse lugar. O povo, o ser humano mesmo, o branco nunca tinha nem entrado num lugar desse. Até hoje era só de índio. Ou então desabitado, proibido, né. E geralmente onde eles acham essas coisas, esses negócios de ouro, minério, essas coisas tudo proíbe, né, de entrar. Eu digo ‘que nada isso é frescura desse pessoal’. Eu só acredito no dia que eu vê (sic). Que vierem tirar nós daqui, enquanto não vierem eu não acredito.

Assim como Moca, a Tati associa a ocupação inicial da área hoje definida como Rio Pardo aos índios Waimiri-Atroari, o que, segundo ela, legitimaria qualquer tipo de reivindicação por parte deles ao território da comunidade. Essa abordagem de territorialidade e ancestralidade legitimada pela identificação de sítios arqueológicos com ocupação pré-colombiana está sendo discutida no âmbito da arqueologia colaborativa, devido às ações de reivindicação de terras por indígenas apoiada nesses achados (MACHADO, 2010); Tati afirma que os moradores mais antigos chegaram na época em que a área ainda era habitada pelos Waimiri-Atroari:

O pessoal que é mais velho na área, né, que sempre trabalharam a terra, porque tem muita gente que chegou aqui, né, na época que os índios habitavam. Porque quando eu cheguei pra cá eles já não estavam mais né, mas eles estavam com o quê, uns cinco ou seis anos que tinha deserdado, né, a terra. Já tinha baixado. Mas tem muita gente desse tempo, eu cheguei aqui em 99, mas já não tinha quase esse pessoal. Mas eles [os Waimiri] estão aqui direto, até ontem eles, ontem eles estavam por aqui. Eu acho que tudo por aqui eles habitavam, atrás da casa da minha mãe tem muito.

Tati interpreta os fragmentos de cerâmica como “um pedaço de barro duro” que não teria serventia. Conta que outro morador da comunidade encontrou um pote inteiro, e outros objetos zoomorfos “que é a cara de um bichinho” e “uma pedra com uma cara tipo de um macaquinho, só que um pouco deformado”, e pontua que o interesse da arqueologia pelo solo despertou a sua atenção:

Ele guardava os dois objetos, eu como não entendo muito da terra eu via as meninas [as arqueólogas] no ano passado levarem muita terra, né. E é variada as cores, né, tem umas assim bem preta, tem outras mais vermelhas, tem outras mais areiuscas (sic), assim dependendo das terra (sic) assim, a gente tem muita ciência né, que o pessoal ensinou muito pra gente e deixou esse monte de terra pra gente, as cores né, mas eu nunca prestei muita atenção.

Segundo ela, quando as pesquisas foram iniciadas na comunidade também chegou a ouvir que alguns moradores estavam associando a equipe de arqueologia aos garimpeiros. Mas que os rumores diminuíram ao longo do tempo, depois que passaram a se relacionar mais com a equipe de arqueologia e também devido às ações de esclarecimento, embora ainda exista aqueles que insistem na desconfiança:

Quando eles começaram andar aqui o pessoal dizia que eles estavam atrás de terra que tinha ouro, eu até dizia assim pra eles que se aqui tivesse ouro eu já tava (sic) era rica, eu já tinha escavacado esse Rio Pardo todinho.

[...]

Foi quando começou, mas assim mesmo, ainda tem gente que diz que o pessoal que estão pesquisando aqui nessas terras pra ver se tem é minério, mas eu digo assim meu irmão de por esse tempo todo que esse povo vive aqui, tem gente que vive mais de 20 anos aqui.

Tati conta que os primeiros moradores contavam histórias sobre encontrar minérios semelhantes a ouro, e que isso faz com que as pessoas acreditem que ainda há ouro na



comunidade, e por isso alguns mantêm suas inseguranças em relação a todos os estranhos que chegam na sede ou área rural do Rio Pardo.

Eles contavam muitas histórias que o pessoal achavam (sic). Teve um tempo que veio uma pessoa dali e acharam cascalho, o negócio que tipo é ouro, o pessoal dizia que tinha né, acho que eles ainda andaram jogando bomba nesses pedral, porque eu vejo esses pedrais muito triturado, tem uns pedaços que são muito quebrados.

A comunitária fala que não tem terra preta na sede da comunidade, apenas descendo o rio, e que existem várias espécies de terra por conta das cores distintas que encontram de acordo com os locais por onde andam, e que a equipe de arqueologia levou consigo, na segunda etapa de escavação (em 2015), vários pacotes de terra de cores distintas.

Eu nunca perguntei assim não, mas elas levaram muito no ano passado, levaram uma bem pretinha mesmo. Eu não sei de qual foi o pedaço que elas pegaram ali, mas era uma bem preta, preta mesmo.

[...]

Não, é porque eu perguntei dela pra quê que era, né?! É porque eu fiquei assim, né, indagando. Porque veio na frente, no caso daquelas vasilhas, veio na frente, aí eles colocaram tudo aqui organizadinho, aí eu abelhudando vi que em cada saco daquele tinha uma cor de uma terra, aí eu disse ‘pra que cada um tem uma cor de uma terra?’ Ela falou que era por causa dela, mas ela não entrou em detalhes. Porque também quando ela vinha pra cá e trazia aqueles negócios dela aí, e a gente não gosta de incomodar muito, né, porque é trabalho, né?! Mas elas levaram muito terra ano passado, levaram vários tipo (sic) de areia, uma terra grossa, eu disse até pro Moca que ela tinha umas bolas vermelhas, umas bolas brancas. É tipo um adubo que a gente usa assim na plantação, ele é assim igual areia, igual um sal.

A mamãe disse assim quando vocês vieram ‘elas estão atrás de ouro’, aí eu disse ‘mas mamãe, onde é que tem ouro aqui?’ Mas aonde que se tivesse a gente já tinha achado, porque o tanto que a gente cava atrás de minhoca aqui. A gente já cansou de cavar mais de metro, menina, de barro pra achar alguma minhoca. Aí eu disse ‘se fosse pra achar ouro, a gente já tinha achado’, que tá tudo virado de minhoca embaixo, que a gente se virou e não achou nem nada. A gente achava assim essas coisas enterradas [material arqueológico].

Fica explícito que o fato da região ser rica em minério dificulta o estabelecimento da relação de confiança com qualquer grupo de pesquisadores que adentrem a comunidade. Logo, as tensões são uma constante nessa região.

Tati fala que antes da Dra. Myrtle e sua equipe chegarem na comunidade com o intuito de estudar os sítios arqueológicos ela “nem pensava nisso”, isto é, ela ouvia alguns rumores que certos materiais encontrados podiam ser associados aos índios do passado relativamente recente, mas não aos índios do passado na perspectiva cronológica da arqueologia amazônica que remonta até 2 mil anos para populações ceramistas (NEVES, 2012).

A gente tinha a mentalidade assim, né, que a gente logo que cheguemo (sic), nós via (sic), né. Aí a gente falava assim, ‘olha aqui o índio morava aqui, tem isso aqui assim, tem isso aqui, aqui’, né. Aí a gente achava aquelas machadinhas, aqueles negócio (sic) que o pessoal tudo dizia que era o raio que caía, aí ficava, né, soterrado, né. Aí quando nós cheguemo (sic) aqui ‘olha isso aqui é o índio que faz’. Eu acreditava que era assim porque dentro da mata quem é que vai fazer um negócio daquele, jogado lá por dentro

da mata lá nos confins do brejo, onde o Judas perdeu a bota [risos]. Eu achava assim. Às vezes a gente até cavava ali por trás (inaudível) pra achar minhoca.

Tati e Moca possuem opiniões distintas quanto a origem da terra preta de índio, sendo possível perceber duas percepções quanto à formação desses solos. Percebe-se a construção do discurso da arqueologia, ou seja, a construção do discurso científico (FOUCAULT, 2009) influenciando a interpretação que o Moca tem da terra preta de índio e como contraponto, tem-se o discurso interpretativo da Tati acerca do mesmo objeto, mas distanciando do agenciamento científico; e discutem:

**Tati:** Eu acho que é natural, pra mim quando eles chegaram já tinha. Porque é assim, ó, a gente que anda por aí pelo mato que não é só aquele lugar que tem, né, a gente vê que vareia (sic) em torno da terra, né. Nunca é numa mesma terra, né?

**Moca:** Mas eu possa ser que tenha... Como é que esses vasos vão bater lá no fundo da terra?

**Tati:** Ué, eles podem cavar e enterrar porque eles queimam!

**Moca:** Não minha filha, não tem nada a ver. Se fosse num local só eu ficava calado, a cerâmica só naquele local, vamos supor (inaudível). Mas num sítio arqueológico? Em toda parte que faz a pesquisa tem!

**Tati:** (inaudível) que fica em cima da terra por sabe lá quando tempo num lugar que chove, né, a chuva aterra muita coisa, né.

**Moca:** Ela aterra, mas com um metro e vinte de profundidade, quê que tu acha?

**Tati:** Um metro e vinte de profundidade vai perguntar quantos anos não tem isso lá jogado por lá? Tem 10 anos? Quê que tu acha (sic) que um negócio desse com 10 ano não cava um metro e vinte.

**Moca:** 10 anos... Um século...

**Tati:** É, eu acho assim, né, por causa que (inaudível) aquilo vai descendo e vai ficando pra lá a profundidade...

**Moca:** Mas eu acho que ela é feita também natural muito devido eles queimam muito. O índio, eles queimam muito a terra pra trabalhar.

[...]

**Tati:** Então a gente tem que ver isso aí, né, se naquele tempo eles não cavavam buraco e botavam fogo lá dentro e enterravam aquilo, né, pra queimar.

**Moca:** É nada.

**Tati:** Que nada rapaz!

**Moca:** O índio vai pra um lugar migrar de um lugar pro outro, os índios antigamente eram nômade. Eram nômade (sic), toda a tribo era nômade. São mais nômade (sic) não.

**Tati:** O quê que eles são?

**Moca:** Hoje eles são só hospedeiro num lugar só. Porque hoje em dia as área (sic) são demarcada hoje em dia, naquela época os índio eram nômade. Quê que acontecia, eles tavam (sic) aqui, tá (sic) ficando ruim de caça e comida, já tá ficando fraco, ela já tá ficando fraca, eles imigravam com a população deles pra outro local, onde tavam (sic) com mais localidade longe onde tinha mais caça e comida com facilidade.

**Tati:** Eu não sei não, mas pra mim, no meu... Pra quem estudou história, pra quem entendeu alguma coisa de história, no meu modo de ver pra mim quando eles chegavam já tinha já, já tinha essa terra aí, não foram eles que fizeram não. Como eles fazem um tanto de terra aí toda modificada?

**Moca:** Olha só, tem uma terra ali que é terra preta, ali. Aquela terra ela tem uma, vamos supor, que terra, toda terra tem veia. Aonde nós mora (sic), nós tem (sic) terra vermelha, nós tem areia, nós tem terra preta, são várias veias de terra.

**Tati:** Pois é, assim são várias.

**Moca:** Pois então, as terras podem ser barrenta (sic), umas mais escuras, umas mais... Mas lá onde os índios tava (sic) lá são as terras mais escuras, elas são bem mais escuras que as próprias terras.

**Tati:** Mas eles podem ter chegado e já tava (sic) ali e eles acharam que era bom e plantaram lá e ficaram lá habitando lá. Como é que o índio vai sair pra um lugar e já modificava a terra?

**Moca:** Modificar? Ele vai sair e modificar?

**Tati:** É isso o que você tá (sic) falando que ele tá modificando a terra.

**Moca:** Ele não modifica, ele vai deixar a terra mais escura um pouco.

**Tati:** Como?

**Moca:** Queimando.

**Tati:** Se fosse por isso, aonde a gente queimava ficava tudo preto.

**Moca:** Não fica não? Não fica mais escuro não?

**Tati:** Não vejo nada de mais escuro.

**Moca:** Não mora na roça.

**Tati:** Pronto, naquele tempo na roça ali quase que a gente nem cava de tão duro que tava (sic) rachado o barro vermelho. Ali foi tudo queimado, nunca vi virar preto nada.

Tati fala que pela sua experiência, o solo só fica preto pontualmente em locais onde são queimados troncos, escurecendo apenas essa área e deixando as cinzas. Mas isso não se estende para o restante do terreno. Tati ainda questiona Moca sobre o local de onde teria saído uma “terra preta” de dentro da propriedade deles, no que Moca responde que a área onde moram foi um grande sítio arqueológico, “onde era a aldeia a terra é mais escura”.

Moca faz uma interpretação de onde seria a aldeia de acordo com a sua observação acerca da dispersão do material arqueológico identificado por ele ao longo da comunidade, apoiando-se no seu conhecimento do mundo rural amazônico e no conhecimento introduzido pela arqueologia na comunidade. Quando questionado por Tati sobre os Waimiri-Atroari terem morado na comunidade em momento anterior a eles, Moca nos explica que eram duas tribos com o mesmo idioma, algo muito incomum para as populações indígenas segundo ele, e eles foram unidos, hoje somando 45 aldeias com aproximadamente 5 mil índios. Segundo Moca na área deles não existe terra preta e eles não utilizam mais cerâmica, apenas painéis de alumínio. Diz ainda que o que mais lhe chamou a atenção na “aldeia dos índio (sic)” é que eles são bem organizados, são limpos e “as painéis das índias parecem espelhos de tanto que brilham”.

O casal ainda relata algumas experiências que tiveram com as equipes de arqueologia que passaram por sua residência, dando ênfase para os acontecimentos mais emblemáticos para eles, como por exemplo, uma vegetariana que comeu carne de caça, e um paraense que “se escorou nesse freezer aí e quando terminou de comer não tirou nem o prato do lugar, largou o prato no chão mesmo, e ainda queria que eu servisse a comida no prato dele, eu disse, ah rapaz! Ele disse ‘bote aí pra mim’ e eu disse ‘o que? Ah, rapaz!’”, relata Tati meio incrédula com a situação: “sabe o que eu disse pra ele? ‘Ah meu irmão eu não sirvo nem o prato do meu marido que se quiser comer tem que fazer o prato dele. Aí ele ficou todo desconfiado, levantou e veio servir o prato dele”.

Fazendo uso de sua expertise técnica como agente de saúde, o Moca diz que em meados do ano de 2016 já havia sido identificado mais de 80 casos de malária na comunidade, então

avaliava que a impossibilidade temporária da equipe de arqueologia dar continuidade aos trabalhos de campo teria sido “providencial”, pois “com certeza alguém ia pegar malária”. Moca relembra ainda que fizeram um laboratório no terreno do seu pai, local onde a equipe se aloja, para que pudessem trabalhar no material arqueológico durante o dia. Conta que dois membros que participaram dessa etapa de campo não levaram barraca “nem lençol, nem nada” e por isso tiveram que ficar dormindo dentro. Nessa etapa tinha muitos estrangeiros e por isso Moca disse que furou o dedo de todos “eu fiz lâmina de todo mundo, ninguém escapou”.

Moca nos levou até o líder comunitário, o senhor Leonildo Fernandes, ou “seu Leo”, como também é conhecido. Após muitas tentativas frustradas e depois de percorrer toda a comunidade, subindo e descendo os ramais de barro atrás do seu Leo, conseguimos encontrá-lo na residência de sua parceira de liderança, responsável pela tesouraria. Depois de uma longa conversa sobre o trabalho que desenvolve na comunidade, nós perguntamos sobre o primeiro contato que ele teve com a equipe de arqueologia:

No início, é, o Moca levou ela lá pra baixo, pra fazer uma visita, que quem tinha dado a autorização na época na visita, tinha sido o Lucivaldo (o dono da propriedade que foi feita a escavação), né?! Inclusive essa semana, eu tava (sic) vendo esse material, eu tou (sic) fazendo também aqui uns estudos.

Aí o Lucivaldo liberou, só que quando foi um dia, eu chegando, cheguei em Figueiredo, aí o pessoal perguntaram, quem é que são esse pessoal (sic) que tão, trabalhando em pesquisa lá dentro? Eu disse, eu não tou (sic) sabendo! Aí, eu procurei o Moca, me cobraram lá, eu procurei o Moca. Moca quem é que tá (sic) fazendo trabalho aí dentro? Aí ele falou, que era ela, aí eu, mandou me chamar lá, eu fui lá ao encontro deles, conversei sobre a situação, ela foi lá em casa também, a gente conversou, aí eu expliquei pra ela, a gente tá, dentro de um assentamento federal, e eu sou o representante legal, todo e qualquer movimento, que acontece aqui dentro, só sobra pra mim, aí eu expliquei pra ela, e ela fez, um requerimento solicitando, uma solicitação, que ia fazer esse trabalho aí dentro, tudo bem!

Seu Leo conta que o trabalho de arqueologia já tinha sido iniciado quando teve o primeiro contato com a coordenação do projeto, e que teve que reunir a comunidade antes de se posicionar formalmente:

Tinha iniciado, aí dei um aval, reuni a comunidade, porque a gente trabalha em assembleia geral, ninguém nunca decide sozinho, aí na próxima reunião que teve, falei pro pessoal, que tava (sic) havendo uma pesquisa arqueológica lá dentro e tal, que era bom, pra a gente saber o histórico dos nossos antepassados, dentro da nossa comunidade, pra de uma certa forma a gente ter um pouco de conhecimento do que foi isso aqui, né?! Aí tudo bem, eles começaram a trabalhar.

Todo mundo concordou, até porque a gente expressa a necessidade da gente saber e levar o conhecimento lá de fora, quem é, quem somos nós aqui dentro, é isso que eu tou (sic) hoje fazendo isso, esse trabalho, aí, é, continuou, quando foi no final, é, não sei se concluiu, sei que, aquela etapa ela concluiu, foi lá em casa levou o relatório, trouxe as fotos, as fotos do, do, da prática de campo, eu tenho lá em casa tudinho direitinho, e assim, as coisas tão abertas, porque, é difícil a gente trabalhar aqui dentro. Como acabei de falar pra eles, tava (sic) falando aqui sobre isso aqui, porque olha, essa semana tive pra fazer uma oficina da Federação Amazonense da Agricultura da FAZ, eu passei uma semana trabalhando sobre essa, a finalidade, né?! A da qual me

convidaram, se me convidaram, se não tem o conhecimento que existe o rio Pardo, o BNDES não ia nos convidar e mandar um edital da oficina, se não nos conhecesse, né?!

Segundo ele, ficou sabendo da presença dos arqueólogos pelos técnicos do Instituto de Desenvolvimento da Amazônia (IDAM) que estavam na região, que o questionaram sobre a presença e que tipo de atividade que estavam desenvolvendo na área, fazendo com que fosse investigar com Moca o que estava acontecendo:

Porque, foi contactado (sic) esse pessoal lá dentro, e aí, me chamaram lá no IDAM perguntaram o quê que tava (sic) acontecendo no rio Pardo, que nem eu sabia, foi uma semana. Foi, alguém do IDAM que chegou lá, foram alguém daqui falar lá no IDAM, um relato, acho até banal mesmo, foi fazer, pegar, atualizar a carteirinha falou, perguntou pra eles, quem é o pessoal que tá trabalhando lá embaixo, aí o técnico do IDAM mandou me chamar ‘aí Léo quem é, os arqueólogos que tão trabalhando lá embaixo, o quê que eles estão procurando? Tão procurando ouro? Qual a finalidade desse trabalho?’ Aí, eu procurei esse rapaz, ele que é o guia, né?! Aí eu disse ‘Moca tu que tá vendendo o ouro lá de baixo?’ ‘Não, vou te apresentar o pessoal, olha, não, é que eles só vieram fazer uma coleta de material e foram pra Manaus...’

‘Que material?’ Aí quando ela voltou, ela já veio em casa já com o documento que tinha feito uma coleta de solo, e que já tinha até trazido até as fotos do que tinha feito lá, e qualquer coisa mete o cara no xadrez, porque a Polícia Federal lá da um jeito neles. Aí ficou tudo acordado assim, que eles iam continuar, que não ia ser só aquele ciclo de pesquisa, que ia ter continuidade na pesquisa. Aí aquilo era só a primeira etapa de identificação do solo, tudo bem a gente tá (sic) aqui é pra ser parceiros.

Desfeito o mal-entendido, seu Leo afirma que não houve mais questionamento por parte dos comunitários. E acredita que as pesquisas arqueológicas na comunidade podem trazer benefícios, como dar visibilidade para o local em nível regional e nacional, embora isso não passe de uma expectativa por enquanto:

Não, não eles não questionam muito, até porque, a maioria são leigo (sic) nessa, nessa área, né?! Aí eles, chegou dentro da comunidade, se foi bom pra mim, foi bom pra eles. Eu explico pra eles, rapaz a gente tem que ter um certo conhecimento. Alguns às vezes que chega e fala: ‘será se é o pessoal do ouro? Que tem um negócio de umas pesquisa (sic) de ouro’. Aí eu tenho como, tá (sic) aqui o documento da solicitação da visita pra pesquisa nessa finalidade, é arqueológica, não tem nada a ver. Aí a gente sabe que tem histórico de, de, de amostras de, que já foram encontradas aqui. Não tem nada que a gente estude, que de repente encontre mais coisas que possa até, melhorar até a visibilidade da comunidade, né?! No termo, digamo (sic), um sítio arqueológico aqui dentro também, a história já muda, já vai ter visita de pesquisa arqueológica, já vai ter, vai ter, mais um potencial pra turismo, pra visita de um sítio arqueológico, tudo isso a gente, passa pela cabeça da gente, né?! A gente que tem um pouco de conhecimento e quer ver a coisa acontecer.

Um ano após a última etapa de campo (em 2016) foi disponibilizado para o líder comunitário o relatório de atividades do projeto e os resultados das análises preliminares, assim como as imagens feitas durante a pesquisa na comunidade. Seu Leo diz que pretende apresentar esses dados para os comunitários:

Tem até o relatório, as fotos, ela trouxe agora por último, ano passado. Eles vieram com o relatório, e as fotos, ontem eu peguei nessas fotos lá em casa. Pretendo apresentar (para a comunidade) porque até o momento não teve, foi só a pesquisa

arqueológica, com coleta de material, até agora só é isso. Já foi falado, explanado até pro pessoal, mas não teve nada como relatar com probabilidade (sic) de documento, porque eu não tenho nada de documento pra comprovar [risos]. Eles que fizeram a pesquisa. Tem o resultado parcial, de sobre a alimentação. Tá (sic) datado já, eu tenho, tenho o mapa lá em casa, datado já (...). Foi do século treze, até o século vinte um, uma coisa assim, se eu não tiver (sic) enganado.

Antes mesmo do contato com a equipe do COMIDA, seu Leo conta que já tinha identificado vestígios dos índios do passado, e diz que a região foi habitada por antigas populações indígenas. Demonstra certa familiaridade com os registros arqueológicos ao citar a ocorrência de pão de índio e a estimativa cronológica de ocupação do local,

Eu já tinha encontrado, inclusive tinha encontrado, alguns fragmentos, lá, lá, naquela castanheira da, da, da finada Gorete.

Tinha muito antigamente era pão de índio, antigamente achava muito pão de índio.

Isso aqui, já passou índio por aqui, mas, os meninos até brincava, dizia, ‘tudo isso aqui, já passou índio a milhões de anos, teve um estouro’, que milhões de anos, ficava nessa, mais assim, só em tom de brincadeira, porque eu não tenho conhecimento arqueológico.

Seu Leo ainda afirma que existe uma preferência por parte dos agricultores pelas áreas que já tinham sido utilizadas pelas antigas populações indígenas (áreas de terra preta de índio), pois são mais férteis em relação ao latossolo amarelo, característico da região. Além disso, conta ainda que a presença dos artefatos arqueológicos desperta o imaginário dos agricultores:

(...) Já tinha passado por isso antes [encontrar material arqueológico], o pessoal fica é até curioso, né?! Porque o agricultor, quanto menos instruído, quando vê um negócio desse assim, ele acha que futuramente ele vai achar uma coisa maior, grande lá dentro, inclusive. Inclusive, o, o, o produtor, ele não é bobo não, saíram procurando aquelas áreas cultivadas pelos índios, que era, a melhor área de, de, de plantar! Num tempo o pessoal, andava atrás de terra de índio. Terra preta é uma área fértil, então, o pessoal trabalha em cima desse, porém, sendo preta ela é boa pra produzir, e ela é!

O líder comunitário estima que haja duzentas e dezesseis famílias na comunidade do Rio Pardo, dado bem semelhante ao disponível no site do INCRA. Com uma somatória de aproximadamente oitocentos moradores. Diz que o controle é feito a partir do registro dos agentes de saúde que possuem contato direto com os comunitários.



**Figura 09:** Seu Leo, líder comunitário nos contando sua experiência com a arqueologia e suas expectativas para o futuro.  
Crédito: Margaret Cerqueira.

Seguindo na mesma linha do PAC, o projeto COMIDA apresenta no discurso dos sujeitos situações semelhantes e proporcionais ao tempo de atuação e à continuidade do projeto. A questão do aprendizado e da troca de experiências entre pesquisadores e comunitários é relatada de forma ampla e considerada positiva. Assim como a associação entre a práxis arqueológica e as atividades de garimpo e consequente subtração do patrimônio da comunidade ocorrem no imaginário dos comunitários, mas que têm sido dirimidas por meio do diálogo e ações de esclarecimento apoiada com material didático.

Ao término do capítulo II em que foi apresentada a etnografia das relações dos comunitários e arqueólogos é possível dizer, em linhas gerais, que o grau de intervenção do projeto COMIDA na comunidade é proporcionalmente menor, considerando o curto período de atuação (se comparado ao PAC). Mas que as expectativas dos comunitários em obter visibilidade da comunidade do Rio Pardo a partir do potencial arqueológico revelado, talvez estejam na mesma direção apontada pelos comunitários do Lago do Limão, em que projetaram nas pesquisas de arqueologia a oportunidade de melhorar a realidade econômica do local.

Talvez, a mais expressiva intervenção da arqueologia tenha ocorrido diretamente nos comunitários que absorveram de forma profunda o discurso dos arqueólogos no que tange as nomenclaturas técnicas utilizadas. Pois, os seus discursos são construídos a partir da influência científica pela qual passaram ou ainda estão passando (FOUCAULT, 2009).

Na comunidade do Rio Pardo não se identifica o sentimento da experiência junto à arqueologia como uma profissão ou possibilidade de fonte de renda extra ou até estável, diferentemente do que ocorreu no Lago do Limão. O que é compreensível, dada às experiências e possibilidades ofertadas por cada projeto (PAC e COMIDA) frente aos recursos financeiros disponíveis e a previsibilidade de duração.

As expectativas das comunidades de serem visibilizadas, por meio das pesquisas de arqueologia e seus resultados, são similares. Pois, ambas esperam que com a evidenciação da antiguidade dos seus processos culturais de ocupação possam, de alguma forma, chamar a atenção do governo ou instituições privadas para proporcionarem o desenvolvimento da área. Tanto por meio do turismo arqueológico, como pensa o seu Leonildo do Rio Pardo; quanto por meio de mais pesquisas, como pensa o seu Nego do Lago do Limão.

Em se tratando dos pesquisadores e dos frutos acadêmicos, tem-se duas situações: a primeira atinente ao PAC, que subsidiou a qualificação em nível de pós-graduação dos alunos, em sua grande maioria do MAE/USP, mas também de outras instituições nacionais e internacionais. As dissertações e teses contribuíram cientificamente acerca do refinamento da cronologia para a Amazônia Central estabelecida para a região (HILBERT, 1968) e a ampliação da discussão sobre os processos culturais do homem do passado que resultaram na formação das terras pretas de índio e modificação da paisagem (NEVES et al., 2003; NEVES, 2006; 2012; BALÉE, 2008); a segunda é atinente ao COMIDA, em que pese o fato da pesquisa dispor apenas dos recursos de fomento da FAPEAM talvez implique na redução da possibilidade de envolver um número maior de pesquisadores e alunos que tenham interesse na temática da arqueologia amazônica, se comparado ao PAC. Quanto à produção científica até o momento está disponível o primeiro relatório da pesquisa, que informa a publicação de um artigo. O foco dos discursos dos sujeitos no âmbito do COMIDA está nos vínculos estabelecidos com os comunitários, nas relações que perpassam os objetivos do projeto.

Esses aspectos convergentes, bem como os contrapontos que foram identificados e pontuados na etnografia multissituada das relações entre os comunitários e arqueólogos estão discutidas no Capítulo III, à luz do dialogismo da antropologia com arqueologia.



### CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES

Para adentrarmos nas análises relacionais entre as áreas de estudo, primeiro é necessário ter em mente um cenário que, aparentemente, interfere diretamente nos tipos de abordagem junto às comunidades, nas relações estabelecidas e em eventuais retornos para as comunidades. Como vimos, existem dois modos de fazer pesquisa em arqueologia: academicamente ou preventivamente, estando a última ligada ao processo de licenciamento ambiental (ver Capítulo I). Sendo que para a elaboração de projetos de pesquisa em arqueologia deve-se ter claro o que rege a Portaria SPHAN nº 07/1988, aplicável para qualquer um dos casos. No que tange a socialização do conhecimento produzido com a pesquisa tem-se no artigo 5º, inciso IV, alíneas 5 e 6 da Portaria SPHAN nº 07/1988:

5. proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais;

6. meios de divulgação das informações científicas obtidas;

Para pesquisas de arqueologia preventiva, à época da solicitação de autorização de pesquisa para os dois projetos em análises nesta dissertação estava vigente a Portaria IPHAN nº 230/2002 que, no que tange a socialização do conhecimento produzido tem-se o artigo 6º, parágrafo 7º:

§ 7º - O desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como **programa de Educação Patrimonial**), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma (**grifo nosso**).

Ambos os projetos abordados no trabalho em tela estão enquadrados no viés de pesquisa acadêmica e, portanto, não previam ações diretas de socialização do conhecimento, uma vez que precisam estar nos moldes apenas na Portaria SPHAN nº 07/1988. No projeto piloto do PAC, intitulado “Investigações Arqueológicas na Área de Confluência dos Rios Solimões e Negro, Estado do Amazonas”, não há menção alguma sobre ações de socialização do conhecimento. Já na solicitação de prorrogação da autorização da pesquisa seguinte, há três propostas que consistem em publicações de artigos científicos, exposição de fotografia e visita programada às escavações de arqueologia:

Realizar uma exposição fotográfica na cidade de Iranduba paralelamente ao desenvolvimento das escavações no sítio Hatahara. Dada a proximidade desses sítios ao centro da cidade, planejamos realizar visitas programadas à escavação com os habitantes da cidade (Processo IPHAN nº 01490.000035/1999-22, p. 169).

Já na solicitação de autorização da pesquisa de 2002 é mantida a proposta para a produção de artigos científicos, e há o interesse em desenvolver ações de educação patrimonial no município de Iranduba, mediante subsídios da prefeitura:

Continuaremos também as atividades de visitas guiadas aos sítios e, de acordo com o interesse da prefeitura de Iranduba, procuraremos trazer subsídios para o desenvolvimento de atividades de educação patrimonial no município (Processo IPHAN nº 01490.000002/1996-20, p. 149).

De acordo com Carneiro (2009), no ano de 2002 houve um diagnóstico no âmbito do PAC das possibilidades de ações de educação patrimonial a serem desenvolvidas na região de atuação do projeto. Porém, por falta de recursos financeiros, nada foi implementado. Segundo a autora:

A equipe responsável pela execução dos trabalhos sempre se preocupou em estabelecer um bom relacionamento com os moradores da região, tanto em relação à autorização para a realização das pesquisas em terras particulares, quanto ao envolvimento de municípios, inicialmente, no desenvolvimento das pesquisas de campo. Começou a ser solicitado, porém, uma ampliação deste relacionamento, principalmente quanto ao aspecto de divulgação sobre as motivações e resultados das pesquisas realizadas. (...) Esta cobrança passou a existir tanto por parte da comunidade, via representantes ligados ao poder público local quanto da Superintendência IPHAN no Amazonas e Roraima, antiga 1ª Superintendência (p. 252).

Vê-se neste momento a teia que amplia e aprofunda a relação entre os comunitários e arqueólogos. No município de Iranduba, tanto na sede quanto em algumas comunidades rurais, como o Lago do Limão, a arqueologia passou a fazer parte do cotidiano da população e a compor a paisagem do município. Todos já tinham visto ou ouvido falar de arqueologia e arqueólogos, porém, obviamente não eram muitos os que compreendiam o motivo que levou o município a ter tantos arqueólogos transitando entre a sede e a zona rural.

No projeto COMIDA, a proposta de utilização futura do material produzido, para além da criação do banco de dados de espécies, foi a indicação de uma exposição temporária no Museu Amazônico; enquanto os meios de divulgação, assim como no PAC, mantiveram-se em produções acadêmicas. Após a solicitação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para que as ações de socialização extrapolassem os muros acadêmicos envolvendo a sociedade em geral, o projeto COMIDA passa ter a seguinte proposta:

As ações de socialização do projeto são exposições e atividades educacionais. A exposição principal ocorrerá no Museu Amazônico/UFAM (...). Visamos que a exposição será levado aos (sic) comunidades próximas as ações de campo. Serão produzidos e distribuídos folders divulgando os resultados em linguagem apropriado (sic) para o público alvo. (...) Ações educacionais continuarão junto a Secretaria Municipal de Cultura em Presidente Figueiredo dividido a dois projetos de M. Shock. Em 2012, o projeto “História e Conhecimentos Tradicionais dos Povos da Amazônia” levou materiais didáticas (sic) e uma exposição de pôsters com temas em arqueologia, antropologia e história do Amazonas para a sede de Presidente Figueiredo e a comunidade de Balbina (...). Em 2013, o projeto “História e Conhecimentos

Tradicional dos Povos da Amazônia, ações em dois municípios”, aprovada (sic) pela FAPEAM, visa levar ações para escolas da zona rural em Presidente Figueiredo, entre os cinco municípios contemplados. Práticas de subsistência, o assunto principal do presente projeto de pesquisa arqueológica, fazem parte importante dos materiais educativos que serão similares aos do 2012 (sic) (Processo IPHAN nº 01490.000124/2013-14, p. 59/60).

Nota-se que após o início das pesquisas do PAC e COMIDA houve um esforço em criar mecanismos para socialização do conhecimento produzido para não incorrer no que Bastos (2007, p. 65 apud FOGOLARI, 2007, p. 89) discorre acerca das interpretações dos comunitários à presença de arqueólogos:

Do ponto de vista das representações sociais sobre o ‘fazer arqueológico’, o arqueólogo é entendido como uns caçadores de tesouros escolarizados, que trabalha em proveito próprio, carregam com os tesouros achados e largam para trás um enorme buraco, sem que isto tenha o menor impacto social positivo na vida das pessoas do lugar, com que razão se sente usurpada.

Embora exagerada, a afirmação acima traduz de alguma maneira a visão generalizada que uma parcela dos comunitários possui em relação às pesquisas de arqueologia, independente das negociações para a entrada em campo ou das ações de divulgação dos trabalhos realizados. É possível identificar nas vozes a experiência de algumas dúvidas dirimidas, mas também a persistência da desconfiança e sentimento de estarem sendo subtraídos de alguma forma. Em ambos os projetos percebemos que as abordagens individuais que ocorreram inicialmente, restritas às partes envolvidas diretamente na pesquisa, colocando o todo, o qual corresponde à comunidade, em segundo plano até a implementação das ações de educação patrimonial, podem ter contribuído com o sentimento de desconfiança dos comunitários. Pois é comum surgirem dúvidas frente ao novo, ao que lhes são desconhecidos. Vejamos caso a caso.

Na reconstituição da chegada dos pesquisadores do PAC no Lago do Limão, tem-se, a partir do discurso dos sujeitos comunitários, uma abordagem restrita às pessoas que teriam sido indicadas com disponibilidade para locação de imóvel e barco, assim como o barqueiro. No relato de seu Bené, o primeiro barqueiro da equipe, foi possível perceber que não houve investimento em fazê-lo entender a miúdo do que se tratava o trabalho, gerando especulações e curiosidade sobre a presença dos arqueólogos na comunidade. Sendo que a mesma situação foi estendida ao Cláudio, genro e substituto do seu Bené na condução do barco. No relato de Tijolo, a partir de 1999, ele teria sugerido que fossem feitas reuniões diárias no período da tarde com a comunidade para esclarecer a pesquisa. No entanto, o discurso de seu Nego aponta para um início de diálogo em meados dos anos 2000. De forma que acabou sendo recorrente nas narrativas dos sujeitos ter havido ruídos entre arqueólogos e comunitários no que concerne às representações sociais atribuídas por estes últimos à práxis da arqueologia.

Em se tratando do projeto COMIDA no Rio Pardo, percebemos que a forma de abordagem é semelhante, ou seja, esteve restrita inicialmente ao sujeito indicado como interlocutor ideal para os pesquisadores. Ressalto aqui que os arqueólogos foram até a comunidade do Rio Pardo procurando por uma pessoa específica, o Moca, para iniciarem as tratativas para a entrada em campo. Mas mesmo em se tratando da abordagem restrita ao Moca, de acordo com o relato de Luciano, teria havido um esforço por parte dele para explicar de forma didática quais eram os objetivos da visita dos arqueólogos na comunidade, de modo a minimizar as chances de interpretações equivocadas. Se por um lado obteve êxito com o seu primeiro interlocutor, por outro não diminuiu as especulações no restante da comunidade, tampouco conseguiu evitar uma situação desconfortável com o líder comunitário que não estava ciente da presença dos pesquisadores nem de seus objetivos. Sendo cobrado por explicações quanto a presença dos pesquisadores na comunidade.

Voltando ao PAC e de acordo com Moraes (2006), algumas dificuldades foram enfrentadas ao longo da pesquisa no Lago do Limão, tendo em vista os sítios arqueológicos estarem implantados em terrenos de proprietários diversos que muitas vezes não autorizavam o trabalho. Situação semelhante não teria ocorrido no Rio Pardo, talvez devido ao projeto estar relativamente no início e as escavações estarem mais voltadas ao sítio Cláudio Cutião, nesta etapa da pesquisa. Outro fator que pode ter contribuído, também, é o mesmo estar situado em um terreno cujo proprietário faleceu e sua família se mudou, ou seja, é um terreno que atualmente está desabitado e sem uso para o plantio. Diferente do que ocorrera no Lago do Limão, no sítio Osvaldo, em que o proprietário proibiu a coleta das cerâmicas fragmentadas na área com plantio de laranjas, sendo a equipe de arqueologia impedida de pesquisar nessa área.

A não autorização por parte dos proprietários pode demonstrar certa insuficiência na comunicação com a comunidade acerca do tipo de trabalho que a equipe de pesquisadores estava desenvolvendo. Moraes aponta em sua dissertação (MORAES, 2006) que houve, então, a necessidade de esclarecer à comunidade quais eram os objetivos da pesquisa arqueológica no local, em uma palestra realizada na escola. Segundo ele, o resultado teria sido bem positivo, pois, para além dos esclarecimentos, houve ainda o desejo de alguns comunitários em colaborar nos trabalhos de campo, ampliando assim a equipe local.

A partir do ano de 2005, uma década após o início do PAC, as ações de educação patrimonial no Limão passam a ser efetivadas de maneira sistemática, envolvendo uma parcela maior dos comunitários. No entanto, essas ações, embora realizadas pela equipe do projeto, ocorrem no âmbito do Programa de Levantamento e Salvamento Arqueológico do Gasoduto Coari-Manaus, uma pesquisa de arqueologia preventiva, cujo relatório final foi protocolizado

no IPHAN no ano de 2010. E por ser uma pesquisa à luz da arqueologia preventiva, vinculada ao licenciamento ambiental, enquadrou-se na Portaria IPHAN nº 230/2002, que exige previsibilidade e execução de um Programa de Educação Patrimonial cuja responsabilidade financeira é do empreendedor.

O “Programa de educação patrimonial do projeto de levantamento arqueológico do gasoduto Coari-Manaus (AM)”, objeto central da tese de doutoramento de Carla Gibertoni Carneiro, teve como estratégia a atuação “junto aos agentes multiplicadores<sup>47</sup> locais” (CARNEIRO, 2009, p. 228), promovendo um curso de extensão universitário intitulado “Arqueologia Amazônica no Contexto Educacional” com aulas teóricas e práticas, a circulação de kits de objetos arqueológicos e um Guia Temático sobre o programa. No município de Iranduba foram ministradas duas edições do curso, sendo uma delas no ano de 2006. É ainda no âmbito deste programa que é proposta a criação do Centro de Arqueologia do Bioma Amazônia (CABA), que estaria vinculado ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, em parceria com a Universidade do Estado do Amazonas e com o financiamento inicial da Petrobrás, sendo que sua sede seria em Iranduba devido ao longo período de pesquisas realizadas pelo PAC. Essa ideia inicial foi responsável pela euforia e frustração dos comunitários do Lago do Limão que viram a possibilidade de permanecerem atuando na arqueologia.

Carneiro (2009) aponta o início de ações anuais de educação patrimonial no âmbito do PAC em concomitância às ações promovidas pelo programa por meio do gasoduto, sendo que as ações do PAC teriam sido implementadas de fato a partir de 2007 com atividades voltadas a estudantes de diversas faixas etárias, envolvendo atividades teóricas e práticas, incluindo a visita dos alunos às áreas escavadas, numa perspectiva de “ações continuadas” (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999). A partir dessas atividades teria sido possível observar o grau de entendimento dos comunitários acerca da pesquisa de arqueologia no íterim de uma década de atuação do projeto:

Alguns aspectos ficaram muito evidentes como principalmente o grande desconhecimento sobre as reais motivações que vêm impulsionando o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas na região.

Como curiosidade, outros aspectos confessados pelos alunos quanto à nossa ‘visita’ anual ao município são referentes ao comportamento e aspectos dos arqueólogos: referem-se a nós, então, como o grupo de pessoas que vivem sujas, andam de Kombi pelas ruas da cidade e gostam de tomar cerveja ao fim do dia.

---

<sup>47</sup> Segundo Carneiro (2009), a recomendação era de que os participantes fossem profissionais que pudessem difundir as discussões (professores, coordenadores pedagógicos, agentes comunitários etc.), sendo que a seleção dos participantes ficou a cargo da Secretaria de Educação de cada município.

As interpretações dos moradores com relação a este trabalho caminham muito mais no sentido da desconfiança, na medida em que acreditam que os arqueólogos estão em busca de objetos valiosos (o ‘eterno’ mito da caça ao tesouro); e não só pelo interesse nos cacos de índio (como os fragmentos cerâmicos arqueológicos são chamados), na terra preta de índio, ou nos areais, enfim aspectos da paisagem regional que servem de motivação para a investigação sobre os modos de vida de populações pretéritas. Pelas falas apresentadas fica constatada a dificuldade em reconhecer qual interesse pode despertar esses vestígios que remetem a um passado tão distante, que nada mais tem relação com o modo de vida atual e que aparentemente não revelam nenhuma riqueza (CARNEIRO, 2009, p. 255).

A quantidade de sítios identificados na região do Lago do Limão e a possibilidade ventilada à época, da área ser um complexo regional ou território de um grupo específico (MORAES, 2006), fez com que a comunidade ficasse, durante algum tempo, em evidência como uma área de elevado potencial científico para além do esperado, fazendo com que os pesquisadores da equipe focassem na área e aprofundassem as escavações. O interesse dos pesquisadores nos sítios de Iranduba, muito provavelmente, era refletido na comunidade do Limão, mas principalmente nos moradores que participavam das atividades e que, ao longo do tempo, foram criando expectativas com a possibilidade de que as pesquisas arqueológicas contribuíssem para o desenvolvimento da comunidade. O ápice deste desenvolvimento seria a implantação do CABA, que acabou não saindo do papel da maneira como foi planejado, frustrando pesquisadores e comunitários que esperavam um espaço físico dotado para trabalharem com arqueologia.

Há aqui a necessidade de abriremos um parêntese para apresentar a discussão institucional sobre o CABA, por se tratar de uma questão que perpassa a troca de experiência imediata entre sujeitos, e pela sua não implantação estar diretamente relacionada ao discurso de frustração dos sujeitos – comunitários principalmente – com os arqueólogos no âmbito do PAC.

O Centro de Arqueologia do Bioma Amazônia (CABA), conforme dito anteriormente, é concebido como tal a partir da implantação do programa de educação patrimonial<sup>48</sup> no âmbito do gasoduto Coari-Manaus, e estaria vinculado ao MAE/USP e à UEA, e teria financiamento inicial da Petrobrás, com sede em Iranduba (CARNEIRO, 2009).

Em linhas gerais, o referido Centro pretende congrega os vários projetos relacionados às pesquisas arqueológicas em andamento na região, assim como criar novas demandas. Dessa forma, será responsável pelo desenvolvimento das pesquisas arqueológicas, salvaguarda do patrimônio constituído e comunicação por meio de exposições e ações educacionais do conhecimento produzido neste contexto; além de investir em formação profissional, que, a meu ver, será um dos pilares de sustentação desta estrutura planejada (CARNEIRO, 2009, p. 251).

---

<sup>48</sup> Objeto central da tese de doutoramento de Carla Gibertoni Carneiro

A proposta de implantação do Centro foi apresentada no ano de 2008, momento no qual as negociações já estariam avançadas. De acordo com o discurso do Cláudio Cunha, várias reuniões ocorreram envolvendo a coordenação do PAC, a prefeitura do município de Iranduba e representantes da Petrobrás. Mas ainda assim, o Centro não saiu do plano das ideias.

Em consulta aos autos do processo do gasoduto Coari-Manaus existente no IPHAN foi verificado que há, desde meados de 2004, quando do início da participação do referido Instituto no processo de licenciamento ambiental para a implantação do gasoduto, menção à necessidade de:

Implantação de um centro de apoio à pesquisa, em Manaus, o qual além de dar suporte ao desenvolvimento do Programa (de Salvamento Arqueológico), atuará como um núcleo de estudos de questões relativas à arqueologia da Amazônia, garantindo a permanência dos acervos constituídos no Amazonas e a socialização do conhecimento gerado. Esse centro deverá ser sediado preferencialmente em instituição científica de âmbito federal, com vocação para a pesquisa, e que garanta como contrapartida, além do terreno, manutenção permanente (vigilância, segurança etc.) da estrutura montada, além da contratação a médio prazo de equipe técnica especializada que garanta a sua continuidade (Processo IPHAN nº 01490.00014.2004-53, p. 76).

A recomendação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ocorreu devido a Petrobrás ter iniciado as obras na faixa do gasoduto Urucu-Porto Velho sem atentar para a necessidade de estudos prévios (incluindo a arqueologia), o que acarretou nas negociações para a implantação de um centro de pesquisa de arqueologia com laboratório e reserva técnica (acordo firmado entre Petrobrás e IPHAN em 21/01/2005) como condicionante para o andamento do processo de instalação da faixa do gasoduto Coari-Manaus e, posteriormente, na necessidade de assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A proposta inicial era de que o referido centro de arqueologia fosse implantado na cidade de Manaus e estivesse vinculado à UFAM ou ao INPA (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia), com o apoio da USP (Processo IPHAN nº 01490.00014/2004-53). No entanto, no ano de 2006, o professor Dr. Eduardo Neves propôs que o centro fosse implantado no Lago do Limão em virtude de o local estar sendo palco de pesquisas arqueológicas no âmbito do PAC há uma década e pelo potencial arqueológico da região.

De acordo com o material disponível para consulta<sup>49</sup> é possível perceber que não houve iniciativa da Petrobrás em arcar com o acordo firmado para a construção do centro de arqueologia onde quer que ele fosse. Fato é que, embora haja uma recomendação do IPHAN do ano de 2004 para a implantação de um local de pesquisa e guarda definitiva da coleção

---

<sup>49</sup> Processos IPHAN referentes ao PAC, GLPDuto Urucu-Coari e gasoduto Coari-Manaus. Assim como todos os outros processos internalizados no Instituto, são públicos e estão disponíveis para consulta mediante requerimento na sede do órgão.

arqueológica proveniente das pesquisas no âmbito do gasoduto, e o consequente aceite da Petrobrás, a obra foi realizada e a licença de operação expedida em 2008, sem que nenhum cronograma fosse estabelecido para início da construção do Centro. O relatório final prestando contas das atividades da arqueologia foi protocolizado no IPHAN em 2010. Foi apenas a partir de junho de 2011 que, por força de um inquérito civil público (ICP 1.13.000.002423/2009-05) instaurado no ano de 2009 para analisar o descumprimento de condicionantes à licença de instalação (LI) para as obras do gasoduto, que o Ministério Público Federal (MPF/AM) passa a solicitar informações principalmente no que tange a pesquisa arqueológica e as obrigações acordadas pela Petrobrás. É somente a partir da cobrança constante do MPF que as negociações para implantação do Centro avançam, a essa altura já com definição de local de implantação: o campus da UFAM em Manaus. Em julho de 2013 é assinado o convênio entre UFAM e Petrobrás que permite o início das obras, sendo que a entrega oficial do prédio ocorre em outubro de 2014, ou seja, 10 anos após o aceite da Petrobrás em construí-lo.

Situações como essa, alheias a maioria dos sujeitos envolvidos numa pesquisa de arqueologia, certamente gerarão desconfortos e interpretações distorcidas como apresentadas nos parágrafos acima, e que perpassam a boa vontade dos envolvidos no processo. Para além da não implantação do CABA, que no processo legal se confunde com o espaço estabelecido na Universidade Federal do Amazonas, outro exemplo de como os processos evoluem num ritmo adverso ao desejado é o curso de arqueologia oferecido pela Universidade do Estado do Amazonas iniciado como tecnólogo em 2009 e tendo formado a primeira turma de bacharéis em 2013. Há que se atentar que o curso foi planejado para formar tecnólogos, tendo sido alterado para bacharelado quando a primeira turma estava em formação. Hoje, quase 9 anos depois, o curso ainda é ofertado na categoria especial, ou seja, não faz parte da grade de cursos regulares da universidade, e não possui um corpo docente de arqueólogos estável e estabelecido.

Não houve um encerramento formal do PAC, o projeto foi diluído quando novas questões científicas surgiram para outras regiões amazônicas, como Rondônia, por exemplo, local onde a equipe atua atualmente. No Lago do Limão, o que ficou para a comunidade como resultado das pesquisas desenvolvidas na área foi o Guia Temático, uma das atividades desenvolvidas no âmbito do programa de educação patrimonial para o gasoduto (CARNEIRO, 2008) que, segundo Neves<sup>50</sup>:

Este Guia Temático representa também o reconhecimento de que as atividades de educação patrimonial são tão importantes que a própria pesquisa científica, seja ela básica ou aplicada. É comum que moradores de comunidades onde se realizam pesquisas arqueológicas assistam desconfiados a grupos de pesquisadores que vêm de

---

<sup>50</sup> Trecho de autoria do Dr. Eduardo Neves ao contribuir com o trabalho de Carneiro (2008).



fora e passam dias ou semanas trabalhando em suas roças ou quintais, retirando com cuidado amostras de fragmentos cerâmicos ou de solo, sepultamentos etc. É quase inevitável que tais atividades de coleta sejam associadas, pelos moradores locais, à procura por ouro ou outros bens valiosos. É fundamental, portanto, que as pesquisas de campo sejam acompanhadas por trabalhos sistemáticos voltados para a divulgação dos objetivos e modos de operar da arqueologia. Tal esforço representa, no mínimo, um sinal de respeito àqueles que nos acolhem sempre tão bem, mas, mais ainda, uma busca pelo engajamento desses moradores como parceiros no estudo e salvaguarda do patrimônio arqueológico (p. 6).

Como reflexo do exposto acima pelo professor Dr. Eduardo Neves foi possível perceber as representações sociais de alguns comunitários durante a I Oficina de Cerâmica do Lago do Limão, realizada pela arqueóloga Elaine Wanderley e por mim no ano de 2011, fruto de um projeto aprovado em 2010 no programa “Mais Cultura de Apoio a Microprojetos na Amazônia Legal”, organizado pelo Ministério da Cultura (MinC), em parceria com a Secretaria de Articulação Institucional (SAI) e a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE). Embora totalmente dissociada do PAC, como a oficina previu a troca de experiências no processo de manufatura cerâmica a partir da imagem dos potes arqueológicos mais emblemáticos coletados no Limão durante as pesquisas de arqueologia realizadas, e mesmo a coordenação sendo de nossa responsabilidade, a comunidade entendeu como uma extensão do trabalho do PAC, e nos associou à equipe de arqueologia do professor Dr. Eduardo Neves. O público participante da oficina foi totalmente composto por mulheres e algumas crianças. Ressalto aqui que nenhuma das participantes da oficina integrou – direta (atuando nas escavações) ou indiretamente (cozinhando ou lavando roupas) – a equipe do PAC, mas reproduziram os discursos desconfiados sobre ter havido à época das pesquisas possíveis subtrações do patrimônio da comunidade com fins lucrativos, conforme mencionado pelo Dr. Eduardo Neves e Dra. Carla Gibertoni (CARNEIRO, 2008).

No que concerne ao COMIDA, infelizmente não foi possível definir em quais momentos ou quantas foram as ações empreendidas na comunidade no âmbito da educação patrimonial proposta pelo projeto para que pudéssemos analisar os efeitos nas interpretações dos comunitários em relação a pesquisa de arqueologia em curso.

Ainda em uma análise comparativa entre os dois projetos, no âmbito do PAC há um vasto quadro (conf. quadro I) de teses e dissertações com objetos de pesquisas vinculados ao projeto e disponíveis para consulta. Além disso, existem inúmeros artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Já no COMIDA não há dados disponibilizados, para além dos dispostos no relatório parcial encaminhado ao IPHAN, o que é entendível dado ao curto período de atuação do projeto, concebido em 2012 e em andamento ainda, e que tem envolvido um número reduzido de pesquisadores colaboradores, além de alunos de graduação e pós-

graduação. É possível que com o avançar da pesquisa do COMIDA novas informações estarão disponíveis para contribuir com o entendimento dos processos de ocupação da região. Além disso, há que se pensar que o PAC foi concebido a partir do apoio (financeiro também) de três instituições com departamentos de arqueologia já estabelecidos: Museu Carnegie de História Natural nos Estados Unidos; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e o Centro de Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Maine nos Estados Unidos. Com um quadro diferente, o COMIDA possui o apoio da FAPEAM, por meio de um programa de apoio à pesquisa e do Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas que apenas recentemente passou a possuir um laboratório de arqueologia e um corpo técnico temporário atuando, implementados por força do acordo estabelecido entre IPHAN, Petrobrás e UFAM nas tratativas de medidas compensatórias para a implantação da faixa do gasoduto Coari-Manaus, conforme apresentado anteriormente.

Em se tratando das instituições às quais os pesquisadores estão vinculados, há que se atentar para o fato de que o pensamento individual destes depende, até certo ponto, destas instituições (DOUGLAS, 1998) pois, segundo Mary Douglas, “a instituição propicia as categorias dos pensamentos de seus membros, estabelece os termos para o autoconhecimento e fixa as identidades” (op. cit. p. 132), sendo que as identidades são estabelecidas por meio das diferenças. Assim, as instituições podem ser consideradas como uma forma de disciplinar por meio de uma relação de conhecimento e poder, ambos intrinsecamente ligados, como bem pontuou em “Arqueologia do saber”, o antropólogo Michel Foucault (2009).

Em se tratando das relações estabelecidas entre sujeitos num contexto de pesquisa arqueológica, parece-nos recorrente elas predominantemente partirem da prestação de serviços por parte do comunitário ao pesquisador, o que pode até se confundir com a “negociação para a entrada em campo” (CLIFFORD, 1983). Os serviços prestados estão relacionados à logística da etapa de campo da pesquisa, como o deslocamento, muitas vezes fluvial, e a estadia, por exemplo; e também como auxiliar de campo, no manuseio de terçados, cavadeiras articuladas e enxadas durante as escavações; e principalmente como guias da região, levando os pesquisadores às áreas de sítios arqueológicos. Fato é que, assim como no Lago do Limão, os sítios arqueológicos identificados no Rio Pardo foram indicados pelos comunitários.

Em se tratando da função de guia exercida por comunitários, profundos conhecedores da região que habitam, assim como os “selvagens” descritos por Lévi-Strauss (1976), para que classifiquem as coisas como úteis, primeiro foram conhecidas e classificadas. Ou seja, mesmo que as áreas definidas pelos pesquisadores como sítios arqueológicos não sejam enxergadas como locais de interesse para a comunidade, em algum momento elas foram notadas e

classificadas como não interessantes. E o interesse de arqueólogos por estes locais não significa que os comunitários também se interessarão.

Ainda analisando as relações estabelecidas, embora Latour (2004; 1997; 1994), inserido no contexto da antropologia contemporânea, estude a antropologia da ciência, ou seja, a ciência e a sua prática, como os fatos científicos são produzidos e apresentados, sua teoria sobre simetria e rede contribuem efetivamente na discussão que estamos apresentando. Isto porque, de acordo com Latour (1994) natureza e cultura não precisam necessariamente ser distintas, como tratadas pelos clássicos, mas sim híbridas, o que as tornam não passíveis de classificação. Isso resultaria numa simetria, tendo em vista que a separação entre natureza e cultura só ocorre na esfera das ideias. A ideia de simetria transforma os pesquisadores em objetos de pesquisa, ou seja, passíveis de serem pesquisados também, sepultando de uma vez, a ideia de superioridade ocidental em relação aos povos nativos, ou de regiões longínquas os quais foram objetos de pesquisas por décadas. E nessa pesquisa, a ideia de que o conhecimento científico do pesquisador se sobreponha ao conhecimento tradicional e empírico do pesquisado.

Dois casos em que pudemos aplicar a teoria de simetria de Latour (1994) ficaram evidentes durante as etapas de campo empreendidas. Um com Cláudio Cunha, no Lago do Limão, e o outro com o Moca, no Rio Pardo.

Após anos de prestação de serviço como técnico em arqueologia, Cláudio hoje se enxerga como um arqueólogo com experiência, mas sem a titulação oficial. Em diversos momentos de nossos encontros, nosso sujeito fez menção às áreas de sítios arqueológicos por ele identificadas e desconhecidas pelos arqueólogos formados. Fez questão de nos levar em alguns locais (dentro e fora da comunidade) que estavam sendo utilizados para extração de areia e que correspondem a sítios arqueológicos que estão sendo destruídos, como forma de comprovar seu discurso acerca do conhecimento empírico que possui associado ao conhecimento adquirido a partir do discurso científico dos arqueólogos, com o qual conviveu por anos. A experiência foi bastante produtiva, tendo em vista termos identificado ocorrências arqueológicas a partir da expertise de Cláudio. Além dele ter nos questionado se tínhamos conhecimento de haver ou não autorização do IPHAN para as extrações de areia em sítios que ele mesmo percorreu na época do PAC.



**Figura 10:** Cláudio segurando uma ferramenta lítica que poderia ter sido utilizada como um percutor (instrumento utilizado para confeccionar outras ferramentas líticas, cuja funcionalidade análoga seria a de um martelo ou marreta).  
Crédito: Margaret Cerqueira

A postura de Cláudio é bastante evidente quando se esforça em pesquisar o seu interlocutor (eu) para entender de que forma a arqueologia pode trazer algum retorno para a comunidade. Segundo Cláudio, o atual líder comunitário estaria interessado em retomar as negociações para a implantação do CABA, e seguindo por essa linha, diversas foram as discussões que tivemos na tentativa de levantar possibilidades para a implantação de um museu comunitário no Limão, contando com o auxílio de editais de fomento, e de pesquisadores e instituições que possam se interessar pela problemática da arqueologia da região.

Fomos anunciadas na comunidade como amigas, e a nossa presença (dos arqueólogos) foi interpretada pelos interlocutores como uma possibilidade de retorno das pesquisas, e a consequência disso seria uma movimentação na economia da comunidade, levando esperanças de emprego e renda aos moradores. O discurso do Cláudio gira em torno de que no Limão ainda há muito para pesquisar, tentando demonstrar a necessidade de novas pesquisas e ao mesmo tempo despertar o interesse de pesquisadores na tentativa de reproduzir um ambiente similar ao da época de atuação do PAC. Isto porque, o dinamismo que houve na comunidade foi devido às escavações arqueológicas.

A interpretação que faço da experiência de campo com o Cláudio no Limão é que fui utilizada como uma ferramenta de expressão e divulgação de todo o sentimento (bom e ruim) que ele desenvolveu ao longo das últimas duas décadas. Durante todo o tempo em que passamos

juntos ele só disse o que quis, não respondendo diretamente a nenhum dos questionamentos levantados. Segundo Mary Douglas (1998), “quando observamos mais de perto a construção do passado, verificamos que o processo tem muito pouco a ver com o passado e tudo a ver com o presente” (p. 82). Ou seja, podemos atribuir a construção do atual discurso de Cláudio aos acontecimentos posteriores ao PAC, à frustração declarada que atribuiu às questões políticas que na época impediram os arqueólogos de avançarem com a implantação do CABA na comunidade, e à ausência de aplicabilidade de todo o aprendizado técnico em arqueologia que adquiriu ao longo dos anos de participação no projeto.

Voltando ao Rio Pardo, em uma das etapas de campo, após Moca ter passado parte de sua tarde nos levando em áreas de sítios arqueológicos por ele identificados ressaltando que ainda não havia apresentado aos pesquisadores do projeto COMIDA, convidou-nos para lhe acompanhar até o laboratório no qual faz leitura de lâminas (exame da gota espessa) para o diagnóstico de malária. Moca, investido em sua expertise técnica e no esforço de demonstrar suas habilidades de pesquisador, explicou-nos de forma didática como se dá a transmissão da doença a partir da picada das fêmeas do mosquito *Anopheles*, que insere um parasita (*plasmodium*) na corrente sanguínea transportado até o fígado, local onde há a reprodução. Explicou ainda a diferença entre a malária causada pelo *plasmodium vivax* e pelo *falciparum*, sendo que o primeiro, o mais comum, causa uma forma recorrente da doença, enquanto o segundo não<sup>51</sup>. Para exemplificar a aula que recebemos, Moca manuseando a lupa binocular nos mostrou duas lâminas de vidro, cada uma com uma gota de sangue. Cada lâmina recebeu também uma gota de corante específico. Nosso exercício foi definir, de acordo com a explicação recebida, qual era a lâmina com sangue infectado.



**Figura 11:** Moca me mostrando cerâmica arqueológica em um sítio recém descoberto por ele. Crédito: Margaret Cerqueira.



**Figura 12:** Leitura de lâmina no microscópio. Crédito: Margaret Cerqueira.

<sup>51</sup> Informação oral de Moca, em julho de 2016; informações disponíveis em: [www.agencia.fiocruz.br/malaria](http://www.agencia.fiocruz.br/malaria)

A situação acima exemplifica a possibilidade de estabelecimento de diálogo não só entre áreas do conhecimento, mas também entre realidades distintas, no caso, pesquisador-interlocutor, arqueólogo-comunitário, a partir da perspectiva de simetria de Latour (1994), possibilitando ainda a aproximação entre o estudo sobre os outros e sobre nós mesmos, tendo em vista que os pontos de vista só podem ser “construídos na interlocução com aqueles entre os quais se estuda” (GOLDMAN & VIVEIROS DE CASTRO, 2006, p. 177).

### Balanço geral e contribuições da antropologia para o estabelecimento das relações.

As perspectivas abordadas nessa pesquisa estão relacionadas à teoria e à prática voltadas ao ponto de vista dos sujeitos. Considerando que os sujeitos “sempre atribuem universalidade às suas próprias experiências e interpretações” (Ortner, 2011, p. 421).

De acordo com Funari (1994; 2012) a história da arqueologia legitima estruturas de exclusão social, favorecendo costumes e hábitos elitistas em sua formação. Teria surgido “como atividade militar, masculina, imperialista e aventureira” (FUNARI & TEGA, 2014, p. 19). Sendo que a partir da década de 1980 um processo de mudança, no qual os historicamente excluídos seriam inseridos, inicia com a fundação do Congresso Mundial de Arqueologia (op. cit.). Embora amplamente abordado anteriormente, um exemplo a ser citado é o ínfimo número de universidades nacionais que ofereciam formação superior na área até meados da década de 1990. Havendo como consequência a necessidade de deslocamento para os locais com ofertas de curso. As pessoas que podiam se deslocar e se dedicar ao curso precisavam ter uma estabilidade financeira mínima para se manter, restringindo o acesso aos mais abastados. É possível que na formação da disciplina de arqueologia, permeada por experiências entre alunos de diferentes classes sociais, refletidas em oportunidades escolares distintas, o resultado tenha sido algumas experiências marcadas por relações hierarquizadas por parte de alguns daqueles que ocupavam funções (como alunos ou pesquisadores) distribuídas por universidades com tradição de pesquisa na área. Podemos verificar um exemplo desse quadro, a partir do discurso de Elaine Wanderley (2017):

Porque eu sei o que eu tenho a oferecer, o que eu sou como aluna, eu sei da minha dedicação, (...) mas infelizmente realmente eu não tenho como competir (...) eu não tenho como competir com o fulano que fez *high school* nos Estados Unidos, com outro fulano que fez *Fisk* desde os 5 anos de idade, com outro fulano que, entendeu, fez um ensino médio com excelentes professores e que consegue, né, teve aulas de inglês desde a quinta até o ensino médio que por mais que não tivesse feito aula particular, né, tem uma noção melhor do que a minha. Então assim não dava pra competir, é

questão de oportunidade mesmo, oportunidades que foram diferentes e que enfim, tem que se esforçar... Eu na frente dos alunos do Eduardo (Neves) tenho que, tive que me esforçar, teria que me esforçar na época, né, e tive, falando do hoje, que me esforçar infinitamente mais do que todos os alunos dele, né. O fulano lá, que foi alfabetizado em inglês, e tudo o mais, eu nunca tive isso, né, então... Enfim.

Vale ressaltar, no entanto, que embora as instituições interfiram diretamente na postura de seus pesquisadores (DOUGLAS, 1998), há aqueles que sofrem menos influência do ambiente em que estão inseridos, sendo isto refletido em posturas mais horizontais juntos aos comunitários, alunos e ou colegas de profissão.

Para além das questões políticas e econômicas que interferem diretamente no estabelecimento de instituições de ensino e pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, há que se atentar também para o que Barreto (1999/2000) alerta sobre os problemas que interferem na construção e no despertar do sentimento de pertença dos brasileiros junto ao patrimônio arqueológico:

A Arqueologia no Brasil é marcada não só pela falta de identificação étnica e cultural com o passado indígena, mas ainda sofre o agravante do caráter pouco monumental e modesto do patrimônio material, em grande parte perecível e de difícil conservação, dificultando ainda mais a valorização e identificação cultural com este patrimônio por parte da sociedade em geral.

Em uma perspectiva regional, Lima e Moraes (2010) falam da percepção que a maioria dos habitantes de Manaus tem da história da cidade por meio de curtos e intensos ciclos de crescimento econômicos, interrompidos por períodos de estagnação, como por exemplo, a considerada “belle époque” entre o final do século XIX e início do século XX, e a implantação da zona franca de Manaus já no final da década de 1960 (que interfere indiretamente no desenvolvimento do município de Iranduba e no adensamento populacional do Lago do Limão). De acordo com os autores, esse tipo de visão contribui para uma história fragmentada, “atribuindo uma hierarquização de valores entre crescimento e a recessão” na qual a parcela de passado sem glória é eliminado (p. 91); o mesmo processo ocorre com a negação de um passado indígena, ou seja, mesmo quando o discurso aceita a ocupação territorial indígena pretérita, a potencial ancestralidade ainda é negada. E a arqueologia vem construindo o discurso da antiguidade indígena na ocupação da Amazônia, assim como no Brasil. Esse tipo de postura de negação do passado indígena contribui para o processo letárgico de consolidação da disciplina para além dos muros acadêmicos.

O histórico de formação da disciplina de arqueologia no Brasil somado ao papel que as instituições exercem sobre seus componentes podem ter resultado numa postura dos pesquisadores que privilegiou a relação com os artefatos arqueológicos em detrimento de um diálogo simétrico com os comunitários. Havendo, por conseguinte, os inúmeros ruídos na

interpretação das pesquisas de arqueologia por parte dos comunitários. Segundo Douglas (1998):

A profunda discordância (...) ilustra a surdez seletiva, na qual nenhum dos dois interlocutores conseguem, por ocasião de um debate, ouvir o que o outro está dizendo. (...) Atribuiremos a inabilidade da conversão a argumentos racionais ao domínio exercido pelas instituições em nossos processos de classificação e reconhecimento (p. 12).

O que estou tentando dizer é que a ausência de uma negociação que anteceda a pesquisa de campo, na qual os objetivos dos projetos e dos pesquisadores sejam didaticamente expostos aos interlocutores, tal qual Luciano Silva afirma ter feito quando do primeiro contato com Moca, no Rio Pardo, vai interferir diretamente no comportamento dos comunitários, durante e após a pesquisa. Importante ressaltar, mais uma vez, que o tipo de negociação e retorno para a comunidade é definido ainda pelo tipo de pesquisa a ser realizada, se acadêmica ou preventiva.

As etapas de campo atinentes a esta etnografia que fizemos na comunidade do Lago do Limão deixaram claro que um dos legados do PAC para os comunitários que participaram do projeto é a consciência de preservação dos sítios arqueológicos. Em que os comunitários partícipes do PAC sabem que as áreas de sítio podem ser exploradas desde que passem pelos estudos de arqueologia preventiva, juntamente com todos os demais trâmites legais para o licenciamento ambiental. Pois, Cláudio e seu Nego exercem o papel de um tipo de “fiscal do patrimônio arqueológico”, no qual são consultados quando surge qualquer situação relacionada à arqueologia; como por exemplo, Cláudio relatou um caso em que um dos moradores da comunidade foi escavar para a implantação de uma fossa e encontrou fragmentos de cerâmica e o mesmo foi contatado; ou quando recebem denúncias, como no caso de um dos sítios escavados pelo PAC que foi destruído pelo proprietário do terreno. A própria comunidade busca os dois técnicos para deixa-los cientes dos acontecimentos, ao passo que cobram uma atitude. Essa consciência de manutenção e preservação do patrimônio arqueológico despertada em uma parcela dos comunitários é mérito da atuação do PAC. E apesar de todas as críticas (ressentimentos) tecidas pelos sujeitos comunitários, o balanço que fazem do projeto é positivo, tendo em vista a nova profissão aprendida, no caso de Cláudio e seu Nego, e a ascensão financeira daqueles que participaram, que culminou em um status diferenciado, um reconhecimento dentro da comunidade.

Em se tratando do COMIDA, há que considerar que a sua atuação dentro da comunidade do Rio Pardo, no que diz respeito à troca de experiências, aparenta estar mais direcionada à família do Moca, talvez por estarem mais ativos na pesquisa. Que interpreta a relação com a pesquisa de arqueologia como uma prestação de serviço periódica e temporária sem



expectativas de contribuições para o futuro, nominando tecnicamente coisas que Moca e sua esposa, a Tati, já enxergavam antes da presença dos arqueólogos (como a terra preta boa para o plantio e restrita a alguns lugares). Enquanto seu Leo espera que os resultados do COMIDA levem algum reconhecimento e benefícios para a comunidade no futuro, dando visibilidade para a área. Os arqueólogos são apenas mais uma categoria de pesquisadores a investigar um atributo da comunidade que poderá dar deferência para o local, pondo o Rio Pardo na rota de mais pesquisadores e de turistas interessados no patrimônio arqueológico.

Embora o processo de consolidação da disciplina de arqueologia em meados do século XX tenha promovido um distanciamento da antropologia, a qual fazia parte, não podemos deixar de considerar as contribuições que a segunda pode fornecer à primeira. Em um cenário cada vez mais caracterizado pela variedade das possibilidades de análises para transpor a compreensão do passado, alcançando o seu uso político no presente é que novas vertentes teóricas, como a arqueologia colaborativa ou arqueologia pública, por exemplo, são colocadas em voga (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999/2000), e promovem uma reaproximação das disciplinas de arqueologia e antropologia social. Oliveira (2014), durante a 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, aborda essa reaproximação, destacando a importância da utilização do método etnográfico aplicado nas vertentes que estão surgindo, conforme mencionado acima, e também à etnoarqueologia, arqueologia indígena etc. (p. 2). Um exemplo das contribuições da antropologia social para as pesquisas em arqueologia indígena é a utilização dos métodos genealógicos e dos conceitos de territorialização (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998 apud OLIVEIRA, 2014). A etnoarqueologia, por meio da etnografia associada a outros recursos da arqueologia, apresenta-se como um ramo voltado à investigação do homem contemporâneo para auxiliar inferências sobre o passado (SILVA, 2009).

Tim Ingold (2012), à luz da antropologia ecológica, afirma que o conhecimento é adquirido a partir de habilidades que advém da prática e não de informações repassadas. Assim, o conhecimento seria acessado através da paisagem modificada por seus habitantes, ou seja, permeia pela relação entre os seres humanos e o seu ambiente “natural”, sendo que o mundo natural fornece os materiais necessários para subsidiar as pesquisas e as experiências que os indivíduos têm no mundo e que os dota de conhecimento. A paisagem, para Ingold, recebe uma carga histórica e cultural originária de todos os seres que habitam o mundo.

Para Ingold “a contribuição das gerações passadas para as seguintes não se dá pela entrega de um conjunto de informações que adquiriu autonomia em relação ao mundo da vida e da experiência, mas pela criação, por meio de suas atividades, de contextos ambientais dentro dos quais as gerações presentes desenvolvem suas próprias habilidades” (INGOLD, 2010, p.

21). Os sítios arqueológicos com terra preta de índio são verdadeiros exemplos da contribuição das gerações passadas e o desenvolvimento das habilidades das gerações presentes pode ser verificado nas pesquisas que estão sendo realizadas no município de Manacapuru, no Amazonas.<sup>52</sup>

No que tange à etnografia em tela, insisto que a contribuição antropológica para dirimir os ruídos causados entre arqueólogos e comunitários está embasada na perspectiva pós-moderna de interpretação da cultura adversa a do pesquisador, mas passível de tradução. Desde que o pesquisador não esteja investido em sua autoridade etnográfica ou postura etnocêntrica (CLIFFORD & MARCUS, 1986). De acordo com Clifford e Marcus (1986), a etnografia precisa ser uma negociação com diálogos. Embora os projetos alvos desta pesquisa correspondam aos trabalhos arqueológicos, e não prevejam a construção etnográfica, a aplicação de determinados métodos relacionados ao comportamento e à postura do pesquisador em campo interferem diretamente no resultado que se espera da interação entre sujeitos. Mesmo quando os sujeitos principais são os artefatos arqueológicos. Jacques Derrida (2003) trata da relação de “hospitalidade” que, segundo ele, é estabelecida entre o pesquisador e o seu interlocutor no momento do campo. Para o autor, a hospitalidade é sinônimo de acolhimento incondicional ao outro, no caso, o pesquisador que chega de fora. No entanto, a hospitalidade ocorre sob condições, e cria tensões. Segundo SOARES (2010, p. 165):

Ao hospedar, o hospedeiro se torna refém, pois é acolhido pela visita do outro. Ele se torna hóspede dessa visita e sua propriedade é expropriada. Portanto, há limites, critérios, leis, valores a serem obedecidos tanto pelo hóspede, sob o risco de se tornar um intruso, quanto pelo hospedeiro, que se torna refém daquele que acolhe.

Daí a necessidade de desconstrução do método de abordagem e de inserção no contexto do outro, isto é, da autoridade etnográfica imposta por um olhar etnocêntrico, muito comum entre pesquisadores que se relacionam com comunitários. É esperado que o hóspede, para ser respeitado, se adeque à cultura local, de modo a ser igualado ao comunitário, no caso em tela, mas considerando a assimetria existente entre as duas categorias distintas: o pesquisador (estrangeiro), e o comunitário (local). Para Solis (2009 apud SOARES, 2010), a hospitalidade diz respeito, em primeiro lugar, às diferenças enquanto diferenças. A desconstrução sob esse ponto de vista é uma forma de hospitalidade, enquanto acolher, um receber o outro.

Como foi apresentado aqui, tanto o PAC quanto o COMIDA buscaram o esclarecimento juntos aos comunitários sobre os objetivos das pesquisas. Porém, não é só o diálogo que garante

---

<sup>52</sup> Projeto Terra Preta Nova, coordenado pelo Doutor Newton Falcão do INPA; e na dissertação de mestrado em antropologia social “E se falássemos sobre Terra Preta?” (CERQUEIRA, 2016).

o bom andamento da pesquisa, a postura do pesquisador é muito importante para estabelecer a relação de confiança e respeito.

O período que permaneci em campo no Lago do Limão despertou em mim o desejo de contribuir de alguma forma com a manutenção do sentimento de preservação do patrimônio arqueológico e de identidade com o NOSSO (do brasileiro) bem cultural despertado nos meus interlocutores. Assim, uma das minhas propostas de retorno para a comunidade é oferecer uma oficina sobre legislação do patrimônio arqueológico para que eles possam compreender o processo construtivo de uma pesquisa em arqueologia, passando pelos trâmites burocráticos até a equipe chegar efetivamente nas escavações no Lago do Limão, ou em qualquer outro lugar. Para além da proposta da oficina, cuja data e local ainda não foram definidos, no mês de novembro de 2017 conseguimos incluir tanto o Cláudio quanto o seu Nego em um curto trabalho de arqueologia preventiva realizado em Iranduba, distante cerca de 20 km do Lago do Limão. Realizamos, ainda, uma palestra na Associação dos Agricultores do Lago do Limão no mês de janeiro do corrente ano, em atendimento à solicitação do seu Nego, versando sobre o potencial arqueológico da comunidade representado na quantidade de sítios identificados no âmbito do PAC. De forma que os comunitários pudessem entender melhor a valiosa contribuição que deram aos arqueólogos acerca do entendimento da longa história indígena de ocupação da região e da Amazônia, a partir da perspectiva da comunidade do Lago do Limão.

## REFERÊNCIAS

ARROYO-KALIN, M. A. A domesticação na paisagem: os solos antropogênicos e o formativo na Amazônia. 2010.

BALÉE, W. Sobre a indigeneidade das paisagens. *Revista de Arqueologia*, 21, n. 2, p. 09-23, 2008.

BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira – I. *Revista USP*, n. 44. São Paulo. 1999/2000.

BERREMAN, G. D. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: GUIMARÃES, A. Z. (org.). *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1975.

BEZERRA, M. As moedas dos índios: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. *Boletim de Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.-abr. 2011.

BINFORD, L. R. Methodological considerations of the archaeological use of ethnographic date. In: LEE, R. B.; DEVORE, I. (Eds.). *Man the Hunter*. New York: Aldine, 1968.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. O racismo da inteligência. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 205-208. 1983.

BROCHADO, J. P. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica. *Dédalo*, São Paulo, 27:65-82. 1989.

BROCHIER, L. L. *Diagnóstico e manejo de recursos arqueológicos em Unidades de Conservação: uma proposta para o litoral paraense*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 2004.

CALAVIA SÁEZ, O. Esse obscuro objeto da pesquisa. Um manual de método, técnicas e teses em Antropologia. Edição do Autor, Ilha de Santa Catarina, 2013.

CALDARELLI, S. B. & SANTOS, M. Do C. M. M. Arqueologia de contrato no Brasil. Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira – I. *Revista USP*, n. 44. São Paulo. 1999/2000.

CALIPPO, F. R. O papel da arqueologia no licenciamento ambiental. *JOTA*. Junho de 2017.

CARNEIRO, C. G. *Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 2009.

CERQUEIRA, M. *E Se Falássemos Sobre Terra Preta?* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Manaus, 2017.

CERQUEIRA, M. & PEREIRA, E. Arqueoturismo no Estado do Amazonas – da teoria à prática: o caso da Gruta do Batismo. *Cadernos do LEPAARQ*, volume 11, n. 12. 2014.

CHYMZ, I. (ed.) Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. *Manuais de arqueologia*. Curitiba, Centro de Ensino e Pesquisa Arqueológica, v. 1, n. 1, 1976.

CLIFFORD, J. A *Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ. 1998 [1988].

CLIFFORD, J. A. & MARCUS, G. E. (ed.). *Writing Culture. The poetics and politics of ethnography*. University of California Press Ltd. London, England. 1986.

CORRÊA, M. V. de. *As gravações e pinturas rupestres na área do reservatório da UHE Balbina/AM*. Dissertação de Mestrado. Universidade federal do Rio de Janeiro – Escolas de Belas Artes. Rio de Janeiro, 1994.

COSTA, D. M. Algumas abordagens teóricas na arqueologia brasileira. 4 NT SBPC, 42, 2013.

COSTA, F. W. *Arqueologia das campinaranas do baixo rio Negro: em busca dos pré-ceramistas nos areais da Amazônia Central*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo. 2009.

CRAPANZANO, V. Tuhami – Portrait of a Moroccan. *Ethnographic Fieldwork: an anthropological reader*. Blackwell Publishing. 2007 [1980].

\_\_\_\_\_. Diálogo. *Anuário Antropológico* 88. Brasília DF: Editora Universidade de Brasília, 1991.

CUNHA, M. C. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. Conferência realizada na Reunião da SBPC em Belém, Pará, em 12/07/2007. *Revista da USP*, São Paulo, n. 75, p. 76-84, setembro/novembro 2007.

DERRIDA, J. Da hospitalidade. São Paulo: Escuta. 2003.

\_\_\_\_\_. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. São Paulo: Escuta. 2003.

DOUGLAS, M. Como as instituições pensam. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

FAGUNDES, M. & PIUZANA, D. Estudo Teórico sobre o uso conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas. *Revista Latinoamericana de Ciências Sociales*. Volume 8, n. 1, p. 205-220. 2010.

FERREIRA, D. C. *Tecnologias sociais, conhecimentos e práticas associadas ao uso da água em assentamento rural na Amazônia Central*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas – Instituto de Pesquisa Leônidas e Maria Deane. Manaus, 2015.

FERREIRA, L. M. *Território Primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2007.

FISCHER, M. Futuros antropológicos: redefinindo a cultura na época tecnológica. Rio de Janeiro: Zahar. 2011.

FOGOLARI, E. P. Gestão em Projetos de Arqueologia. *Habilis*. Erechim, 2009.

\_\_\_\_\_. *Gestão em projetos de arqueologia*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 2007.

FOUCAULT, M. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FRANCISCO, J. A. S.; LIMA, A. A.; ARÇARI, D. P. Datação por carbono 14. 19?

FUNARI, P. P. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. *Mneme Revista de Humanidades*. Caicó: Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Volume 06, n. 13, dez.2004/jan.2005.

\_\_\_\_\_. Arqueologia. São Paulo. Editora Contexto. 2003.

FUNARI, P. P. & CARVALHO, A. V. Universidades, arqueologia e Paulo Duarte. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, n. 22: 89-95, 2012.

FUNARI, P. P. & TEGA, G. Arqueologia, do imperialismo à inclusão social. *Expressa Extensão*. Pelotas, v. 19, n. 1, p. 17-27, 2014.

FUNARI, P. P. & ROBRAHN-GONZALEZ, E. M. Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil. *História*, São Paulo, 27 (2): 2008.

GEERTZ, C. The interpretation of Cultures. New York: Basic Books, 1973.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1987.

GOLDMAN, M. & VIVEIROS DE CASTRO, E. Abaeté, rede de antropologia simétrica. *Cadernos de Campo*, São Paulo, nº 14/15, p. 177-190, 2006. Entrevista concedida a Aristóteles Barcelos Neto, Danilo Ramos, Máira Santi Bühler, Renato Sztutman, Stelio Marras e Valéria Macedo.

GUIMARÃES, A. M. *Aproveitamento Turístico do Patrimônio Arqueológico do Município de Iranduba/AM*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 2012.

HECKENBERGER, M.; NEVES, E. G. & PETERSEN, J. De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central. *Revista de Antropologia*, v. 41, n. 4, 1998, p.69-96.

HECKENBERGER, M.; PETERSEN, J & NEVES, E. G. Village size and permanence in Amazonia: two archaeological examples from Brazil. *Latin American Antiquity* 10(4):353-376. 1999.

HILBERT, P. P. *Archaeologisch Untersuchungen am Mittleren Amazonas*. Berlin: Dietrich Reimer Verlag. 1968.

HODDER, I. The contribution of the Long Term. In: HODDER, I. (ed.). *Archaeology as Long-Term History*. Cambridge Univ. Press, Cambridge. p. 1-8. 1987.

HORTA, M. De L. F.; GRUMBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Museu Imperial/IPHAN, 1999.

INGOLD, T. Caminhando com dragões – em direção ao lado selvagem. *Cultura, percepção e ambiente: diálogo com Tim Ingold*. Carlos Alberto Steil, Isabel Cristina de Moura Carvalho (orgs.). São Paulo: Editora Terceiro Nome. 2012.

\_\_\_\_\_. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan/jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Da transmissão de representações à educação da atenção. *Educação*. 2010. 33(1):06-25.

JÁCOME, C. Arqueologia e desenvolvimentismo na Amazônia: dilemas para dentro e fora das Universidades. *Revista Investimentos e Direitos na Amazônia*. INESC. 2016.

JUNGES, M. Derrida e o pensamento da desconstrução. Entrevista com Paulo César Duque Estrada. *IHU On-line: Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Edição 333. São Leopoldo/RS, 14 junho 2010.

KERN, D. C. et al. As terras pretas de índio na Amazônia: evolução do conhecimento da terra preta de índio. In: TEIXEIRA, W. et al. (Org.). *As Terras Pretas de Índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas*. Embrapa Amazônia Ocidental. Manaus, AM. 2009, p. 72-81

KERN, D. C. et al. Distribution of antropogenic dark earths. In: Lehmann, J.; Kern, D.C.; Woods, W.; Glaser, B. (Org.). *Amazonian dark Earths: origin, properties, management*. 1.ed. Norwell: Kluwer Academic Publishers, p. 51-76. 2003.

LATHRAP, D. *The Upper Amazon*. New York: Praeger Publishers, 1970.

LATOUR, B. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. (Trad. Angela R. Vianna) Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997 [1988].

\_\_\_\_\_. LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34. 1994.



\_\_\_\_\_. LATOUR, B. Por uma antropologia do centro. *Mana*, vol. 10, n. 2, p. 397-413, out. 2004.

LEHMANN, J. et al. (eds). *Amazonian Dark earths Origin Properties Management*. Kluwer Academic Publishers, Dordrescht, The Netherlands, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. A ciência do concreto. In: *O Pensamento Selvagem*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, p. 15-49. 1976.

LIMA, H. P. *História das caretas: a Tradição Borda Incisa na Amazônia Central*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 2008.

LIMA, H. P. et. al. *Arqueologia Amazônica. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado da Cultura; CCPA, 2007.*

LIMA, H. P. & MORAES, B. Arqueologia e comunidades tradicionais na Amazônia. *Revista Ciência e Cultura*, v. 65, n. 2. São Paulo. Abril/Junho 2013.

\_\_\_\_\_. Produção de Conhecimento e Preservação em Debate: Aspectos da Arqueologia na Cidade de Manaus. *Revista de Arqueologia*, v. 23, n. 1. Julho/2010.

LIMA, L. F. E. *Levantamento Arqueológico das Áreas de Interflúvio na Área de Confluência dos Rios Negro e Solimões, AM*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 2003.

LOPES, M. B. *Políticas sociais e aglomeração rural no Lago do Limão – Iranduba/AM*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas – Faculdade de Estudos Sociais. Manaus, 2010.

MACHADO, J. S. Histórias Indígenas e a Prática Arqueológica Colaborativa. *Revista de Arqueologia*, vol. 26, n. 1, p. 72-85. 2013.

MALINOWSKI, B. Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa. In: *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural. 1978 [1922]. 17-34.5.

MARCUS, G. E. “Ethnography in/of the world system: the emergence of Multi-Sited Ethnography”, *Annu. Ver. Anthropol.*, 24. 1995.

MEGGERS, B. J. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

MEGGERS, B. J. & EVANS, C. An experimental formulation of horizon styles in tropical forest of South America. In: Lothrop, S. (ed.), *Essays in Precolumbian Art and Archaeology*, Harvard University Press, Cambridge, Mass, 1961, p. 372-88.

MORAES, C. P. *Arqueologia na Amazônia Central Vista de Uma Perspectiva da Região do Lago do Limão*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 2006.

MORAES, C. P.; NEVES, E. G. O ano 1000: Adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central. *Amazônica – Revista de Antropologia*. Universidade Federal do Pará, v. 4, n. 1, 2012.

MORAIS, J. L.; H. A. MOURÃO; A. Ch. VAZ. *O direito ambiental e a arqueologia de impacto*. In: SILVA, B. C. (org.). *Direito ambiental – enfoques variados*. São Paulo: Lemos & Cruz, 2004.

NADER, H. B. Ela briga pela ciência. *Revista Pesquisa FAPESP*, ed. 209. Julho de 2013. Entrevista concedida a Fabrício Marques.

NEVES, E. G. Existe algo que se possa chamar de “arqueologia brasileira”? *Estudos Avançados*, 29 (83), 2015.

\_\_\_\_\_. *Sob os tempos de equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central (6.500 AC – 1.500 DC)*. Tese de Livre Docente. Universidade de São Paulo – Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia do Gasoduto Urucu-Manaus. Relatório final. Volume I*. São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

\_\_\_\_\_. *Levantamento arqueológico da área de confluência dos rios Negro e Solimões, Estado do Amazonas: continuidade das escavações, análise da composição química e montagem de um sistema de informações geográficas. Relatório de Atividades apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Processo 02/02953-7*. 2004.

\_\_\_\_\_. Levantamento arqueológico da área de confluência dos rios Negro e Solimões, Estado do Amazonas. Relatório de Atividades. Junho/1999 – agosto/2000. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. São Paulo, agosto de 2000.

\_\_\_\_\_. O novo e o velho. *Revista da USP*, São Paulo, n. 44, p. 86-111. 1999/2000.

\_\_\_\_\_. Duas interpretações para explicar a ocupação pré-histórica na Amazônia. IN: *Pré-História da Terra Brasilis*. Editora da UFRJ, Rio de Janeiro. 1999.

NEVES, E. G.; PETERSEN, J. B.; BARTONE, R.N.; SILVA, C. A. Historical and socio-cultural origins of Amazonian dark earths. In J. Lehmann, D. Kern, B. Glaser & W. I. Woods, eds., *Amazonian dark earths: Origins, properties, management*, pp. 29-50. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. 2003.

NIMUENDAJU, C. Mapa etnohistórico. Rio de Janeiro, IBGE. 1981.

NOELLI, F. & FERREIRA, L. M. A perspectiva da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 4, p. 1239-1264. 2001.

OLIVEIRA, J. E. Diálogos antropológicos: expandindo fronteiras. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Simpósio Especial 002 – Antropologia e Arqueologia: diálogos, convergências e possibilidades. Natal, 03 a 06 de agosto de 2014.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, 1996.

PENIN, A. *Academia, contrato e patrimônio* – visões distintas da mesma disciplina. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 2010.

PORTOCARRERO, R. C. *A variabilidade espacial no Sítio Osvaldo*. Estudo de um assentamento da tradição barrancóide na Amazônia Central. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 2006.

PROCESSO IPHAN nº 01490.000124/2013-14. Interessado: Myrtle P. Shock. Assunto: Projeto Alimentação, manejo da terra e cultura: uma abordagem paleoetnobotânica da pré-história indígena no nordeste do Estado do Amazonas. 19/02/2013.

PROCESSO IPHAN nº 01490.000023/2009-59. Interessado: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Resumo do assunto: Projeto de arqueologia regional na Amazônia Central: a fase Paredão e sua inserção no contexto pré-colonial Amazônico. 10/02/2009.

PROCESSO IPHAN nº 01490.000014/2004-53. Interessado: Coordenadoria de Gás e Energia – CGE/Manaus-AM. Resumo do assunto: Licenciamento ambiental – Projeto Gasoduto Coari-Manaus. 23/03/2004. Volumes 1 a 8.

PROCESSO IPHAN nº 01490.000035/99-22. Interessado: Universidade de São Paulo/Museu de Arqueologia e Etnologia. Assunto: Pesquisa arqueológica na área de confluência dos rios Negro e Solimões/AM. 22/09/1999.

PROCESSO IPHAN nº 01490.000002/96-20. Interessado: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Resumo do assunto: Pesquisa arqueológica no baixo rio Negro. 15/01/1996.

PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília, Editora UnB, 1992.

RABINOW, P. Fieldwork and Friendship in Marocco. *Ethnographic Fieldwork: an anthropological reader*. Blackwell Publishing. 2007.

REIS, J. A. *Não pensa muito que dói* – Um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2003.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Arqueologia em Perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira – I. *Revista USP*, n. 44. São Paulo. 1999/2000.

ROOSEVELT, A. C. Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, M. C. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, p. 455-491, 2002.

\_\_\_\_\_. Resource management in Amazonia before the conquest: Beyond ethnographic projection. *Resource Management in Amazonia: indigenous and folk strategies*, edited by D.A. Posey and W. Balée, p. 30-62, vol. 7. New York, 1989.

SANTOS, L. G. Saber tradicional x Saber científico. In: BETO, R.; FANY, R. (org.). *Povos Indígenas no Brasil: 2001 a 2005*. Instituto Socioambiental. São Paulo, 2006.

SANTOS, M. C. M. M. dos. *A problemática do levantamento arqueológico na avaliação de impacto ambiental*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 2001.

SAYAGO, D. & BURSZTYN, M. A tradição da ciência e a ciência da tradição: relações entre valor, conhecimento e ambiente. In: GARAY, I; BECKER, B. K. (orgs.). *Dimensões Humanas da Biodiversidade*. Editora Vozes, Petrópolis. 2006.

SCHAAN, D. P. Múltiplas vozes, memórias e histórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, n. 33, p. 109-136, 2007.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. Relatório final do sub-projeto de levantamento arqueológico. Projeto de Levantamento e Resgate da Área de Influência Direta do Poliduto Urucu-Coari, AM. São Paulo, abril/1998.

SHOCK, M. P. Projeto alimentação, manejo da terra e cultura: uma abordagem paleoetnobotânica da pré-história indígena no nordeste do Estado de Amazonas. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. Amazonas, 2012.

SHOCK, M. P.; CASSINO, M. F.; LIMA, A. M. A. de. Relatório: dezembro 2013 à dezembro 2015. Projeto alimentação, manejo da terra e cultura: uma abordagem paleoetnobotânica da pré-história indígena no nordeste do Estado de Amazonas. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. Amazonas, 2015.

SILVA, C. A. *A dinâmica do uso da terra nos locais onde há sítios arqueológicos: o caso da comunidade Cai N'Água, Manaquiri-AM*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas – Centro de Ciências do Ambiente. Manaus, 2010.

SILVA, F. A. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. *Métis: história & cultura*, vol. 8, n. 16, 2009b.

SILVA, F. A.; BESPÁLEZ, E.; STUCHI, F. F. Arqueologia colaborativa na Amazônia: terra indígena Kuatinemu, Rio Xingu, Pará. *Revista Amazônica*. 3(1), p. 32-59. 2011.

SIMÕES, M. & KALKMANN, A. Pesquisas arqueológicas no Médio Rio Negro (Amazonas). *Revista de Arqueologia*. 4(1), p. 83-116. 1987.

SOARES, V. D. M. Hospitalidade e democracia por vir a partir de Jacques Derrida. *Ensaio Filosóficos*, Volume 11 – outubro/2010.

SOUZA, M. A. C. M. Projeto de Prospecção Arqueológica Interventiva em Subsuperfície da Área Diretamente Afetada e Área de Influência Direta (ADA e AID) para execução da obra viária da Avenida das Torres (Trechos II, III e IV). 2012.

STAMPANONI, F. *A Maloca Saracá*. Uma fronteira cultural no médio Amazonas pré-colonial, vista da perspectiva de uma casa. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 2016.

SYMANSKI, L. C. Arqueologia – Antropologia ou História? Origens e tendências de um debate epistemológico. *Tessituras*, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 10-39, jan./jun. 2014.

TEIXEIRA, W. Terra Preta de Índio: Fatos e Mitos dos Solos Antrópicos da Amazônia. FERTBIO, Conference paper. 2008.

TRIGGER, B. A importância da história da arqueologia. *História do Pensamento Arqueológico*. Tradução Ordep Trindade Serra. Odysseus Editora. 2ª edição. São Paulo. Capítulo 1, p. 1-26. 2004.

WOODS, W. Os solos e as Ciências Humanas: Interpretação do Passado. In: Teixeira, W. G. et al. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental. 2009, p. 62-71.

YAMAMOTO, O. H. Financiamento da pesquisa no Brasil: distorções e desigualdades. *Revista Scielo*, vol. 5, n. 2. Natal, jul/dec.2000.

ZANETTINI, P.; NEVES, E. G. et al. Projeto Arqueourbs (Fase I), Arqueologia Urbana no Centro Histórico de Manaus / Primeiras Contribuições. Secretaria de Estado de Cultura, Turismo e Desporto – SEC. 2002.